

JULIETA C. CRUZ ALFREDO

Planeamento e Gestão
em Zonas Históricas

DEC
FEUP
1997

PLANEAMENTO E GESTÃO EM ZONAS HISTÓRICAS
Estratégias, Políticas e Critérios de Intervenção
A Ribeira-Barredo

JULIETA CRISTINA CRUZ ALFREDO

Dissertação submetida às Faculdades de Arquitectura e de Engenharia da Universidade do Porto, para a obtenção do grau de mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano.

Novembro de 1997

PLANEAMENTO E GESTÃO EM ZONAS HISTÓRICAS
Estratégias, Políticas e Critérios de Intervenção

DEC

JULIETA CRISTINA CRUZ ALFREDO

04311

ALF:191A

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Engenharia
BIBLIOTECA M
N.º <u>31654</u>
CDU <u>71(643)</u>
Data <u>21 / 12 / 1998</u>

Dissertação submetida às Faculdades de Arquitectura e de Engenharia da Universidade do Porto, para a obtenção do grau de mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano.

Novembro de 1997

Resumo

A cidade é uma realidade dinâmica, sujeita a constantes intervenções tendentes a acompanhar as necessidades da vida moderna, os interesses e as correntes de pensamento predominantes, constituindo os centros antigos e históricos a parte mais frágil do sistema.

De facto, ainda que conotados com um enorme peso histórico e cultural, revestem-se de uma grande fragilidade dentro do actual sistema produtivo e de valores, que apenas um esforço contínuo e apoiado pode contrariar. Esta fragilidade varia com as diferentes épocas, das quais resultam diferentes conceitos, estratégias e metodologias de intervenção, originando resultados diferenciados.

As rupturas no sistema urbano existem desde sempre, e estão geralmente relacionadas com transformações económicas e sociais que implicam a reorganização do espaço, de acordo com a sua escala e natureza, transformações essas consolidadas pelo tempo.

Revela-se pois fundamental, aprofundar a análise para identificação e caracterização dos problemas que se colocam a estas áreas da cidade, bem como da metodologia de intervenção a adoptar, procedendo à avaliação dos resultados alcançados pela sua aplicação, por forma a construir um corpo teórico e prático, que permita uma aplicação mais abrangente e eficaz, em termos físicos, e proveitosa em termos sociais e económicos.

Nesta perspectiva, o estudo apresentado aborda, numa primeira fase, as origens das preocupações actuais relativamente à cidade herdada, a evolução dos principais conceitos de intervenção, relativos à sua transformação, com o intuito de melhor enquadrar a posterior análise e caracterização da intervenção em curso, desde 1975, na área da Ribeira-Barredo, obstando à sua demolição e retirando-lhe o rótulo de insalubre e periférico.

Num segundo momento procura-se avaliar, pela análise dos resultados obtidos – não apenas nos seus aspectos quantitativos mas sobretudo qualitativos –, a capacidade da intervenção se constituir como um importante argumento na reabilitação social, económica e cultural da sua população, na reabilitação arquitectónica e urbanística da zona e na dinamização do Centro Histórico.

Abstract

Cities are dynamic entities suffering constant interventions tending to keep in touch with the modern life, the main interests and dominant tendencies of thought.

Its oldest and historical part are the most weak element of the entire system.

In fact, though its great historical and cultural significance, they are extremely exposed tissues in the actual productive system and its prevailing values that only a continuous and supported effort can manage to put an end.

This fragility is variable concerning to the different times and eras, from which result different concepts, strategies and methodologies of intervention, and consequently different results.

Ruptures in the urban system exist since ever and tend to be related to economic and social transformations.

This fact usually implies the reorganization of the urban space according to its scale and nature, generally consolidated by time.

So, it seems of extreme importance the profound knowledge and analyses for posterior identification and characterization of the existing problems relating to this specific areas of the urban system, as well as the suitable methodology to adopt, by proceeding to the evaluation of the achieved results by its application.

This procedure makes possible the construction of a theoretical and practical knowledge in order to permit an huge and effective application, in physical terms, with greater profits in social and economical terms.

In this sense the present study makes, in a first phase, the approach to the origins of the actual concerns related to the inherited city, to the evolution of the principal concepts of intervention in order to promote its transformation and development, so to reinforce and contextualize the analysis of the intervention in course since 1975, in Ribeira-Barredo.

In a second moment an evaluation of the capabilities of the organism responsible for the operation is tried, not only in quantitative terms but mainly qualitative, as an important argument in the social, economical and cultural rehabilitation of its population, in architectural and urbanistic rehabilitation of the area as well as in the dynamization of the whole historic center.

Agradecimentos

Gostaria de expressar a minha gratidão ao Professor Catedrático Nuno Portas, meu orientador científico, pela sua supervisão, bem como pelo seu apoio e encorajamento durante a preparação desta dissertação.

Agradeço também ao Arquitecto Manuel Teles toda a amizade e disponibilidade demonstrada e, principalmente, o ter partilhado as suas memórias, conhecimento e experiência de vida.

Ao Arquitecto Ricardo Figueiredo pela grande disponibilidade pessoal, pela esclarecedora troca de ideias e a disponibilização de algum material bibliográfico.

A todo o pessoal do CRUARB/CH, e principalmente ao seu Coordenador, o Arq. Rui Losa, pela prestatividade, disponibilidade, paciência e apoio na fase de recolha.

Não poderia ainda deixar de destacar o apoio e as qualidades humanas do professor e Arqto Fernando Távora, capaz de transformar cada conversa não apenas numa lição de cultura, em geral e de arquitectura, em particular, mas sobretudo numa lição de vida.

Por último, um agradecimento muito especial ao Professor Doutor António Pais Antunes, do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, pelas palavras de conforto e encorajamento, bem como por todo o interesse demonstrado desde o início.

Ao Ricardo, por todo o carinho dispensado, pela infatigável presença, pelo constante apoio e incentivo, toda a minha admiração, amor e respeito!

Índice

1. Introdução

1.1 A cidade existente - Origem das preocupações actuais	1
1.2 Objectivos do Estudo	2
1.3 Metodologia de Investigação	3
1.4 Estrutura do Documento	5

2. Evolução dos Conceitos Relativos à Intervenção na Cidade Existente

2.1 Origens e Enquadramento	7
2.2 Principais Cartas e Convenções Internacionais	10
2.2.1 Conferência Internacional de Atenas – Carta de Atenas do Restauro, Atenas (1931)	10
2.2.2 Carta de Atenas (1934)	10
2.2.3 II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos – Carta Internacional de Restauro, Veneza (1964)	11
2.2.4 Congresso sobre o Património Arquitectónico – Carta Europeia do Património Arquitectónico Europeu (Declaração de Amesterdão) , Amesterdão (1975)	12
2.2.5 Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada (1985)	13
2.3 Operação urbana - Conceitos de Intervenção	14
2.3.1 Restauro	14
2.3.2 Reabilitação	15
2.3.3 Renovação	15
2.3.4 Conservação	16
2.3.5 Conservação Integrada	16

3. Políticas e Estratégias de Intervenção na Europa - A Experiência Italiana

3.1 Enquadramento	17
3.2 A Experiência Italiana – O caso de Bolonha	18

4. Políticas e Estratégias de Intervenção em Portugal - Análise de Casos

4.1 Introdução	22
4.2 O Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL)	23
4.2.1 Enquadramento e Criação	23
4.2.2 Extinção	24
4.3 O Programa para a Reparação de imóveis Degradados (PRID)	25
4.4 O Programa de Renovação Urbana	25
4.5 O Programa de Reabilitação Urbana - Os Gabinetes Técnicos Locais (GTL)	26
4.5.1 Enquadramento	26
4.5.2 Algumas Experiências	28
4.5.2.1 Évora	28
4.5.2.2 Guimarães	30

5. Políticas e Estratégias de Intervenção na Zona Histórica do Porto

5.1 Introdução	32
5.2 Origem, Desenvolvimento e Consolidação da Zona	32
5.3 Os problemas existentes	38
5.4 Planos e Estudos	39
5.4.1 O Plano de Barry Parker (1916)	40
5.4.2 O Plano de Ezequiel de Campos (1932)	40
5.4.3 As Propostas de Marcelo Piacentini (1938-1938) e de Giovanni Muzio (1940-1943)	41
5.4.4 Estudo de Arranjo e Salubridade da Zona do Barredo, Ribeira e Escadas dos Guindais (1949)	41
5.4.5 O Plano Regulador (1954)	43
5.4.6 Estudo de Reconstrução a Longo Prazo (1954)	43
5.4.7 O Plano de Melhoramentos (1956)	46
5.4.8 O Plano Director da Cidade do Porto (1962)	46
5.4.9 O Relatório de 1964	48
5.4.10 O Estudo de Renovação do Barredo (1969)	48

6. A Operação de Renovação Urbana da Ribeira-Barredo

6.1	Enquadramento	52
6.1.1	Introdução	52
6.1.2	Caracterização da Zona da Ribeira-Barredo	54
6.2	O Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB)	74
6.2.1	Sua criação - História e Cronologia de um Processo	74
6.2.1.1	Introdução	74
6.2.1.2	Enquadramento e Suporte Legal	75
6.2.1.3	Objectivos e Financiamento da Operação	78
6.2.2	Sua Actuação	79
6.2.2.1	Estrutura Orgânica	79
6.2.2.2	Filosofia e Critérios de Intervenção	84
6.2.2.3	Metodologia	89
6.2.2.4	Decretos e Programas Financeiros de Apoio à Reabilitação ..	98
6.2.2.5	Financiamento da Operação e Investimentos Realizados ...	99
6.2.2.6	Capacidade e Dinâmica de Realização	116
6.2.2.7	Custos da Renovação	127
6.2.3	Situação Actual	129
6.2.3.1	Análise dos Aspectos Arquitectónicos e Urbanísticos	130
6.2.3.2	Análise dos Aspectos Socio-Económicos	143

7. Conclusões e Desenvolvimentos Futuros

7.1	Conclusões Gerais	154
7.1.1	Dos Conceitos, Políticas e Estratégias de Intervenção	154
7.1.2	Do Caso de Estudo	155
7.2	Desenvolvimentos Futuros	159

Índice de Figuras

Figura 5.1 – Estudo de Arranjo e Salubridade da Zona do Barredo, Ribeira e escadas dos Guindais (1949)	42
Figura 5.2 – Estudo de Reconstrução a Longo Prazo (1954)	44
Figura 5.3 – Estudo de Renovação do Barredo (1969)	50
Figura 6.1– Centro histórico do Porto e área da Ribeira-Barredo	52
Figura 6.2 – Freguesias do centro histórico do Porto	53
Figura 6.3 – Áreas da Ribeira -Barredo	54
Figura 6.4 – Fonte Taurina-Reboleira. Nº de pisos	55
Figura 6.5 – Fonte Taurina-Reboleira. Espaços públicos e arruamentos significativos	56
Figura 6.6– Sub-zonas da Fonte Taurina-Reboleira.	56
Figura 6.7 – Barredo. Nº de pisos	57
Figura 6.8 – Barredo. Espaços públicos e arruamentos significativos	58
Figura 6.9 – Ribeira -Barredo. Espaço construído e espaço livre	59
Figura 6.10 – Evolução da população de facto (1864-1970)	60
Figura 6.11– Localização da actividade comercial da Ribeira-Barredo	66
Figura 6.12 – Regime de propriedade dos terrenos e dos edifícios da Ribeira-Barredo	67
Figura 6.13 – Dinâmica demográfica nas freguesias do centro histórico (1960-1970) e por sector da Ribeira-Barredo (1970-1974)	68
Figura 6.14 – Proveniência dos moradores realojados em bairros camarários, em 1974	70
Figura 6.15 – Áreas de actuação segundo o estágio de renovação	73
Figura 6.16– Estrutura orgânica do Comissariado e sua articulação com os outros órgãos	82
Figura 6.17 – Bairros camarários da cidade do Porto	85
Figura 6.18 – Plano de actividades para o triénio 1976/1978	101
Figura 6.19 – Plano de actividades para o quinquénio 1976/1980	103
Figura 6.20 – Ajustamento ao Plano de actividades 1976/1980	105
Figura 6.21 – Plano de actividades 1976/1980 e respectivo ajustamento - variação anual	105
Figura 6.22 – Entidades financiadoras da renovação do centro histórico	111
Figura 6.23– Dinâmica anual dos financiamentos à renovação do centro histórico, segundo as diferentes entidades	112
Figura 6.24 – Distribuição das despesas de capital por rúbrica	114
Figura 6.25 – Dinâmica comparativa das despesas de capital e do investimento total	114

Figura 6.26 – Edifícios renovados na Ribeira-Barredo, segundo o agente	116
Figura 6.27 – Dinâmica da operação de renovação dos edifícios na Ribeira-Barredo (1975-1996) ..	117
Figura 6.28 – Dinâmica da operação de renovação no centro histórico e da Ribeira-Barredo (1975-1996) ..	118
Figura 6.29– Espaços habitacionais disponibilizados/ano na Ribeira-Barredo	121
Figura 6.30 – Espaços comerciais disponibilizados/ ano na Ribeira-Barredo	122
Figura 6.31 – Espaços públicos intervencionados/ ano na Ribeira-Barredo	122
Figura 6.32– Variação dos custos de reabilitação/m ² e taxa de inflação anual	129
Figura 6.33 –Centro histórico do Porto. Estado actual	130
Figura 6.34 – Actuação segundo a função do espaço intervencionado	131
Figura 6.35 – Edifícios renovados , segundo a tipologia de intervenção	132
Figura 6.36 – Habitações renovadas	133
Figura 6.37 – Localização da actividade comercial.	137
Figura 6.38 – Dinâmica comercial na Ribeira-Barredo	138
Figura 6.39 – Estabelecimentos do ramo de hotelaria	139
Figura 6.40 – Localização dos equipamentos	140
Figura 6.41 – Espaços públicos intervencionados	141

Índice de Quadros

Quadro 6.1 – Dinâmica demográfica no centro histórico (1864-1970)	59
Quadro 6.2 – Distribuição da população segundo a área de residência	71
Quadro 6.3 – População residente segundo escalão etário e área de residência, após saídas para o bairro do Aleixo (1975)	86
Quadro 6.4 – Plano de actividades para o triénio 1976/1978	100
Quadro 6.5 – Plano de actividades para o quinquénio 1976/1980	102
Quadro 6.6 – Ajustamento ao plano de actividades para o quinquénio 1976/1980	104
Quadro 6.7 – Contrato de colaboração financeira para o triénio 1985/1987. Mapa resumo	107
Quadro 6.8 – Contrato de colaboração financeira para o triénio 1987/1989. Mapa resumo	107
Quadro 6.9 – Dotações anuais atribuídas directamente pela Administração Central	108
Quadro 6.10 – Comparticipações camarárias e receitas próprias do CRUARB	109
Quadro 6.11 – Programa de intervenção. Dinâmica e balanço de gestão	112
Quadro 6.12 – Investimentos realizados na renovação do centro histórico do Porto	113
Quadro 6.13 – Investimentos na Ribeira-Barredo (1975-1988)	115
Quadro 6.14 – Quadro de produção na Ribeira-Barredo	120
Quadro 6.15 – Quadro de produção no centro histórico	124
Quadro 6.16 – Custos de reabilitação/m ² e taxa de inflação anual	128
Quadro 6.17 – Fogos intervencionados segundo a tipologia e a zona de intervenção	134
Quadro 6.18 – Áreas mínimas segundo o RGEU e áreas segundo a tipologia	136
Quadro 6.19 – Evolução da população residente segundo escalão etário e área de residência ...	147
Quadro 6.20 – Estrutura etária da população residente (1991)	148
Quadro 6.21 – Variação da população residente (1960-1991)	148
Quadro 6.22 – Nível de instrução da população residente (1991)	149
Quadro 6.23 – Caracterização dos grupos sócio-profissionais por freguesia	151
Quadro 6.24 – População empregada segundo o sector de actividade (1991)	152
Quadro 6.25 – Situação da população face ao emprego (1991)	152
Quadro 6.26 – Situação das famílias face ao emprego segundo os seus elementos (1991)	153
Quadro 6.27 – Regime de ocupação dos alojamentos (1991)	153

1. Introdução

1.1 A cidade existente – Origem das preocupações actuais

As preocupações relativas à intervenção na cidade existente, são relativamente recentes, sendo a discussão que se desenvolve em torno dos Centros Históricos o mote para a elaboração das sucessivas políticas urbanas. (Portas, 1984)

Na realidade, as questões ligadas à recuperação do património encerram um longo percurso histórico e cultural, enriquecido e burilado pelas nuances que o tempo e a sabedoria da experiência lhe souberam imprimir, condicionado pelos interesses políticos e económicos.

É abordada na Tradística clássica, reaparece nas incurções renascentistas, resiste às correntes do Movimento Moderno, evoluindo os conceitos mas também os processos e instrumentos de intervenção na cidade existente.

Esta evolução verifica-se, essencialmente, neste século, com o alargamento do conceito de património arquitectónico, com a tomada de consciência por parte dos órgãos da administração local da importância do ‘stock construído’, com a emergência dos movimentos sociais, nos bairros históricos, pelo ‘direito à cidade’ e com a crise dos conceitos e intervenções preconizadas, em meados do século, na arquitectura urbana. (Portas, 1984)

Segundo Secchi (Secchi, 1978), a esta situação não é alheia a destruição sistemática da fisionomia e da estrutura arquitectónica das nossas cidades, com a respectiva perda de valores e simbolismos, assente numa renovação urbana perversa.

De facto, a noção da ruptura no sistema urbano assumiu contornos mais visíveis a partir de meados deste século, quando a cidade expansiva do período desenvolvencionista entra em crise, ao mesmo tempo que sobem de tom os protestos contra a política especulativa de demolição e destruição da cidade herdada, culminando em manifestações e protestos populares de reivindicação pelo direito à cidade e à habitação, dando origem a algumas das experiências mais paradigmáticas de intervenção na cidade herdada.

1.2 Objectivos do Estudo

As questões relacionadas com a reabilitação da cidade existente e do seu património, físico e humanos, tem suscitado o interesse e a dedicação de vários investigadores e técnicos, das mais variadas formações e nacionalidades.

A relevância da sua importância é tanto mais visível quando se constata a escala e a frequência de realização de encontros internacionais, fundamentalmente para troca de experiências.

Ainda que existindo vários estudos e alguma produção teórica sobre a ‘Operação de Renovação da área da Ribeira-Barredo’, continua por fazer o levantamento das suas reais capacidades na promoção de melhores condições de vida da população por ela abrangida.

De facto, ainda que no início da intervenção os aspectos quantitativos das realizações físicas efectuadas, expressas no número de fogos ou habitações recuperadas, tenha necessariamente assumido um carácter primordial, dos quais dependia inclusivé o eventual sucesso da operação em curso, pelas expectativas criadas na população, num segundo momento importa fazer o seu balanço qualitativo.

Este estudo procura enquadrar a ‘Operação de Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo’ no seu contexto físico e social, através da:

- caracterização e quantificação da operação em curso na área da Ribeira-Barredo
- análise dos seus aspectos arquitectónicos e urbanísticos e suas implicações sociais, económicas e culturais

Pretende ainda, na sequencia da análise efectuada, concluir do alcance das suas medidas na persecução dos objectivos definidos, pela

- aferição e avaliação dos resultados obtidos na qualificação urbana e das condições de vida da população e na reformulação dos processos tradicionais de intervenção no ambiente urbano.

Pretende-se deste modo contribuir não apenas para uma melhor caracterização e compreensão daquela que foi a primeira intervenção urbana de gestão democrática realizada em Portugal, mas fundamentalmente para uma melhor definição das políticas e estratégias de intervenção a adoptar, na reabilitação e gestão da cidade existente.

1.3 Metodologia de Investigação

Como foi anteriormente referido, um dos objectivos do estudo consiste na caracterização da operação em curso na área da Ribeira-Barredo.

Essa caracterização não pode ser efectuada sem ser referenciada a um contexto de produção quer teórica quer experimental, a nível Nacional e Internacional, que a permita enquadrar.

Na realidade, factores como o período temporal em que as acções têm lugar são relevantes para o seu enquadramento histórico, social e económico, donde resulta uma melhor percepção das necessidades, opções e estratégias a implementar, bem como da sua exequibilidade e possibilidade de implementação.

Nesta perspectiva, procedeu-se a uma recolha bibliográfica, com o objectivo de contextualizar as preocupações e teorias decorrentes da problemática da intervenção na cidade existente, no seu património e zonas históricas, que proporcione uma visão da evolução das políticas, estratégias e dos conceitos de intervenção ao nível da Europa e de Portugal, com maior incidência na particularização e no aprofundamento do caso em estudo.

O segundo objectivo proposto centra-se na aferição da operacionalidade da intervenção, no que respeita à sua implementação, concretização e alcance em termos urbanísticos e arquitectónicos, mas também sociais e económicos.

A operacionalidade de uma intervenção da natureza e com os objectivos da ‘Operação de Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo’ só pode ser constatada após alguma distância temporal, talvez mesmo algumas décadas de execução.

A avaliação do seu alcance, enquanto acção catalizadora de uma profunda mudança essencialmente económica e social da população, à semelhança da evolução e consolidação da cidade existente, necessita da dimensão temporal.

Dela depende, parcialmente, a sua visibilidade e expressividade, bem como da própria dimensão da intervenção e da sua articulação com a estratégia ao nível da cidade.

Nesta perspectiva, para o desenvolvimento do estudo determinou-se que, ainda que a operação tenha sido alargada a uma área mais vasta do que a inicial, abrangendo a totalidade do Centro Histórico, a dimensão temporal em que a acção mais alargada decorre não é ainda significativamente expressiva, para a elaboração de uma análise com as características pretendidas, de implicações sociais e económicas ao nível da freguesia onde se inserem.

Por este motivo, as acções empreendidas nas freguesias da Sé e Miragaia apenas serão referenciadas, pela sua importância na contextualização ao nível de uma política alargada de intervenção no Centro Histórico e pela consequente dispersão territorial da aplicação financeira e física do investimento, com repercussões em termos da geografia da reabilitação.

A pesquisa para a persecução deste objectivo foi mais variada, não se cingindo apenas a recolha bibliográfica.

A recolha dos dados para análise foi, maioritariamente, realizada no CRUARB/ CH (antigo Comissariado para a Renovação Urbana da área da Ribeira-Barredo, antes do alargamento da sua área de intervenção e posterior passagem a Projecto Municipal), com apoio de uma ficha-tipo de levantamento e recolha de informação, elaborada para o efeito, pela consulta dos processos e projectos existentes.

Recorreu-se, ainda, à consulta e análise de estudos demográficos e sociológicos, elaborados na década de sessenta, por alunas do Instituto Superior de Serviços Sociais, a estagiar, à data, no Centro Social do Barredo, elementos fundamentais a uma correcta caracterização da situação de grande degradação habitacional e social, então existente, bem como à bibliografia e documentos existentes no Arquivo Histórico Municipal do Porto e Biblioteca Pública Municipal.

Foram também contactados alguns dos primeiros e principais intervenientes no processo, na sua fase inicial, que transmitiram o seu conhecimento, fundamentado no conhecimento, experiência e prática então adquiridas.

Pretendeu-se que este contacto com os intervenientes fosse tão abrangente quanto possível, auscultando-se, moradores, técnicos, Juntas de Freguesia e vários outros agentes, tendo em vista a escassez bibliográfica e documental, existente e disponível, bem como a pouca fiabilidade de alguns dados, devido à imprecisão ou inexactidão das informações neles contidas.

Recorreu-se ainda ao Instituto Nacional de Estatística, para a obtenção de dados pormenorizados, de cariz sócio-económico e habitacional, relativos à área de intervenção do CRUARB e à zona da Ribeira-Barredo, em particular, sendo contudo de salientar, a escassez de dados desta natureza, ao nível das sub-secções.

1.4 Estrutura do Documento

A apresentação do documento pretende ser o reflexo da metodologia de investigação adoptada, para a sua concretização.

O **capítulo 1**, de carácter introdutório, pretende enquadrar as principais razões do surgimento das preocupações que estão na base das actuais preocupações relativas à cidade existente, apresentando de forma sucinta os principais objectivos do estudo e a estratégia de investigação adoptada para a sua execução.

O **capítulo 2** refere as origens e evolução dos principais conceitos relativos à intervenção na cidade existente, expressos na Tratadística e realçando a produção de documentos, decorrentes da realização de Convenções de âmbito Internacional, por constituírem marcos referenciais fundamentais da consciencialização, métodos de abordagem e de actuação dos diversos países no seu património construído e social.

O **capítulo 3** caracteriza, de forma sucinta, as principais políticas e estratégias de intervenção realizadas na Europa, pela referenciação da experiência Italiana, elaborada com base na produção literária.

O **capítulo 4** trata das diferentes filosofias de abordagem e da cronologia das diversas políticas e estratégias de intervenção em Portugal, ilustradas por duas

experiências paradigmáticas no contexto nacional, procurando realçar as respectivas diferenças, em termos de filosofia de intervenção, decorrentes das especificidades de cada sistema urbano e de resultados obtidos.

O **capítulo 5** aborda de forma particularizada o caso da zona histórica da cidade do Porto, enquadrando e perspectivando as diferentes respostas, planificadas e/ou executadas, na persecução de uma ideia de cidade capaz de responder às solicitações e problemas que se colocam no seu desenvolvimento.

O **capítulo 6** debruça-se sobre a operação de renovação urbana em curso no Centro Histórico do Porto, centrada na ‘Operação de Renovação Urbana na área da Ribeira-Barredo’ e no trabalho desenvolvido pelo respectivo Comissariado, posteriormente transformado em Projecto Municipal.

Neste capítulo faz-se não apenas o seu enquadramento e caracterização, como se pretende avaliar a capacidade de induzir e produzir mudanças no quadro económico e social da população directamente envolvida, pela apresentação e análise dos dados referentes à operação, de natureza quantitativa e/ou qualitativa.

O **capítulo 7** apresenta as principais conclusões e perspectivas de desenvolvimento futuro.

2. Evolução dos Conceitos Relativos à Intervenção na Cidade Existente

‘Embora as preocupações com a protecção dos monumentos sejam muito antigas, é no decorrer do séc XIX que se estabelecem as noções de conservação e restauro, mas só a partir da Conferência Internacional de Atenas (1931) se prescreve a necessidade de ter em conta não apenas o monumento, como também as suas envolventes’.(Oliveira, 1992)

2.1 Origens e Enquadramento

Remontam ao séc XIX os primeiros esforços de teorização e prática, no que se refere à recuperação e conservação do património arquitectónico.

Anteriormente, qualquer edifício considerado incapaz de desempenhar as funções para que fora idealizado – por razões de ordem construtiva, funcional ou simplesmente simbólica – era adaptado ou substituído sem qualquer preocupação de garantir a sua unidade formal ou mesmo as suas referências históricas.

Apenas com a renovação cultural decorrente do iluminismo e da Revolução Francesa começam a ser elaboradas as bases para a constituição de uma ‘ciência do passado’, com métodos específicos de análise das fontes históricas, sua catalogação e utilização, dando origem ao restauro, como operação visando a conservação e recuperação dos testemunhos singulares do passado, mas também como valorização da sua mensagem, raízes e fundamentações históricas.

O objecto de reflexão e intervenção é apenas o ‘monumento – histórico’, pelo seu grande valor arquitectural e repercução cultural e simbólica, mas isolado da sua envolvente.

Nesta perspectiva, vários são os teóricos e as teorias formuladas, originando diferentes posições face a esta questão.

Com a publicação do VIII Tomo do ‘Dictionaire Raisonné’ de Viollet le Duc (1814/1879), o conceito ‘restaurar’ adquire um novo significado, e que Alonso-Muñoyerro (1987) designa de ‘Restauro Estilístico’.

Destacando-se pela coerência da sua teorização e prática, Viollet le Duc propõe dois conceitos fundamentais de intervenção:

- a racionalidade da idealização da arquitectura;
- a possibilidade de, através da investigação histórica, reconstruir o método que levou à concepção de determinado edifício e às suas características construtivas e formais, permitindo levar o processo mais além da pura recuperação, na procura da perfeição arquitectónica.

Paralelamente surgem os restauradores, que procuram imitar o antigo, ainda que sem qualquer preocupação de rigor científico ou mesmo pela estratificação histórica.

Inspirando-se em Viollet le Duc, o seu método de intervenção baseia-se contudo, fundamentalmente numa abordagem por analogia, resultante da interpretação do próprio executante.

Assumindo uma posição radicalmente oposta em termos de restauro, Jonh Ruskin (1819/1900) desenvolve uma teoria que contraria qualquer intervenção tendente a alterar ou falsificar o passado, considerando a obra de arte como produto excepcional, documento único da actividade artesanal do homem, onde o tempo assume um papel de relevo, mesmo que isso signifique a deterioração ou mesmo a perda do edifício, pelo que este apenas pode ser objecto de manutenção – ‘Restauro Estético’ (Alonso-Muñoyerro, 1987).

As suas preocupações centram-se na resolução dos problemas sociais e na valorização da actividade artesanal.

Estas questões serão também abraçadas por William Morris (1834/1896), que aperfeiçoará a teorização iniciada por Ruskin.

É no entanto a teorização proposta por Camilo Boito (1836/1914) que terá repercussões, ainda que de forma aperfeiçoada, nas actuais concepções sobre restauro.

Defendendo que a verdade dos monumentos está na sua própria história, na sua realidade e também nas suas estratificações, contradições e ampliações, vincula a sua

evolução à evolução da própria realidade urbana em que se inserem, enriquecida pela sobreposição de experiências e culturas, pelo que a unidade formal não é o seu objectivo último, reconhecendo, nesta perspectiva, a subjectividade inerente aos métodos de restauro - ‘Restauro Histórico’ (Alonso-Muñoyerro ,1987).

Contudo, e ainda que existindo relações estreitas entre os diversos teóricos, a questão do património arquitectónico continuou a ser um assunto que apenas dizia respeito aos respectivos países, situação que se manteve até ao início do século.

Durante as primeiras décadas do séc. XX, a designação de património arquitectónico continuará, contudo, a restringir-se aos edifícios de valor monumental.

No que respeita às políticas praticadas pelos diferentes países nesta matéria, para além de algumas reconstruções elas não contemplavam mais do que a simples inventariação dos monumentos e o seu restauro filológico ou estilístico.

Ainda que a preocupação com as questões culturais internacionais tenha surgido na sequência da I guerra mundial, o aparecimento de duas convenções na viragem do século, com o objectivo de assegurar a protecção dos bens culturais em caso de bombardeamentos navais, assinadas em Haia (em 1899 e 1907 respectivamente), equaciona já essa tendência, em termos legislativos, para a protecção e internacionalização das questões, que irá ser consolidada ao longo do século XX.

O urbanismo do movimento moderno representou, no momento da sua formulação, uma resposta radical face à degradação física e às desigualdades sociais decorrentes das cidades industriais, constituindo a sua teoria urbanística o suporte técnico-conceptual que esteve na base das grandes operações de renovação e remodelação dos centros históricos, até meados dos anos setenta.

Nas últimas décadas tem-se assistido a profundas alterações nas teorias de intervenção na cidade herdada, passando-se do menosprezo dispensado pelos historicistas, na década de sessenta, à imposição da análise marxista das formas de produção do espaço urbano, em finais dos anos setenta. (Teran Troyano, 1984)

Na década de setenta, as preocupações voltam-se para a cidade existente, como consequência da diminuição da pressão demográfica e da crise económica que se instala, pelos seus valores culturais e pelo seu património edificado.

No início dos anos oitenta, a cidade começa a ser encarada como produto cultural e produto histórico.

2.2 Principais Cartas e Convenções Internacionais

2.2.1 Conferência Internacional de Atenas – Carta de Atenas do Restauro, Atenas (1931)

Organizada pelo Conselho Internacional de Museus, prescreve pela primeira vez a necessidade de ter em conta não apenas o monumento mas também a sua envolvente, ainda que o conceito subjacente continue a ser o do monumento histórico isolado.

Esta concepção ganhará um novo significado na reconstrução das cidades europeias, destruídas na sequência da segunda grande guerra.

Surgindo pela primeira vez a noção de património internacional, um dos objectivos da Sociedade das Nações, perspectiva-se como procedimento futuro uma solidariedade internacional, quer no plano jurídico quer científico.

Aprovadas em 1931, as conclusões resultantes da Conferência enunciam, fundamentalmente, quatro princípios de actuação e de utilização dos monumentos (Alho et al, 1988):

- utilizar os monumentos respeitando-lhes o seu carácter histórico ou artístico;
- conservar antes de restaurar ;
- abandonar o princípio da unidade de estilo na restauração;
- aceitar o emprego, de forma sensata, de materiais modernos (incluindo o betão armado).

Nas conclusões elaboradas faz-se ainda referência à necessidade de elaborar um estudo aprofundado do edifício antes de se proceder a qualquer intervenção.

2.2.2 Carta de Atenas, (1934)

A Carta de Atenas, também conhecida por Carta do Urbanismo, surge na sequência da realização de um dos encontros do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), em 1933, e contém os princípios fundamentais da tese funcionalista do urbanismo.

Abordando a questão do ‘património construído’ no seu ponto 5º, considera que ‘os valores arquitecturais devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos), (...) se forem a expressão de uma cultura e se respondem a um interesse geral’, postula a renovação urbana, pela substituição pura e simples das estruturas físicas existentes, como condição fundamental para a adaptação das cidades às necessidades da vida moderna.

2.2.3 II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos – Carta Internacional de Restauro, Veneza (1964)

Na sequência do II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, serão estabelecidas uma série de recomendações técnicas, as quais completam a Carta de Atenas e das quais a mais visível será a Carta Internacional de Restauro.

Este documento, mais conhecido por Carta de Veneza, alarga o conceito de monumento histórico ao considerar, no seu artº 1º, que ‘a noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico...’

Ficam assim englobados na noção de monumento histórico os conjuntos arquitectónicos significativos.

É abordada também a questão da conservação e do restauro, conceptualizando-os e balizando-se o seu campo e modo de actuação.

Nesta perspectiva, preconiza-se a manutenção permanente dos monumentos bem como a sua afectação a uma função útil à sociedade, sem que isso implique a sua alteração ou a destruição da sua envolvente, que deve ser igualmente protegida.

O restauro é encarado como uma operação de excepção, respeitando sempre a estrutura e a autenticidade dos materiais originais, devendo o recurso às técnicas e materiais modernos ser claramente identificável e os contributos válidos das diferentes épocas de construção serem respeitados.

Faz-se ainda referência à necessidade de reunir numa compilação precisa, sob a forma de relatórios analíticos e críticos, todas as fases do trabalho antes de se proceder a qualquer intervenção, seja ela de conservação, de restauro ou escavações.

No seguimento da execução das resoluções adoptadas em Veneza, será criado em 1965, sob proposta da UNESCO, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS –, um organismo internacional não governamental para os monumentos e conjuntos monumentais, cuja actuação se centra sobretudo na análise de problemas técnicos de salvaguarda e na promoção de diversos colóquios⁽¹⁾ visando a abordagem do monumento inserido na problemática urbana geral.

A ideia da criação deste organismo partiu de um grupo criado em Paris, aquando da realização do Iº Congresso, em 1957, organizado pelos profissionais de arquitectura.

2.2.4 Congresso sobre o Património Arquitectónico — Carta Europeia do Património Arquitectónico Europeu (Declaração de Amesterdão), Amesterdão (1975)

Apartir de 1963, o Conselho da Europa, considerando que uma política verdadeiramente eficaz apenas seria possível com o apoio dos governos, tenta lançar os fundamentos duma política de ‘defesa e valorização dos sítios e conjuntos históricos e artísticos’, promovendo vários encontros e debates.

É na sequência destes encontros que se cria, no seio do Conselho da Europa, o Comité dos Monumentos e Sítios, um organismo permanente de coordenação, que inclui nas suas iniciativas, entre outras, a elaboração de um Programa Europeu das Realizações Exemplares (num total de 51), com a conseqüente realização de debates entre os seus responsáveis, nacionais e internacionais, permitindo deste modo colocar em evidência a gravidade dos problemas económicos e sociais levantados pela conservação integrada e proceder ao estudo dos aspectos legislativos, regulamentares e administrativos desta política de conservação.

(1) ‘Salvaguarda de Conjuntos Históricos’(Cáceres,1967 e Tunes, 1968), ‘Problemas de Circulação’(Graz,1970),’ o aspecto das cidades antigas (Lausane, 1973), ‘ a arquitectura contemporânea num meio antigo’ (Budapeste, 1972) e ‘sua integração’ (Varsóvia, 1974)

Destaca-se ainda pela sua importância, a proclamação do ‘Ano Europeu do Património Arquitectónico’ e a realização, em Amesterdão, do ‘Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu’, em Outubro do mesmo ano (1975), onde é aprovada a Carta Europeia do Património Arquitectónico.

Reunindo delegados vindos da Europa, o congresso reconhece neste documento que a arquitectura europeia constitui o património comum a todos os seus povos e parte integrante do património cultural do mundo inteiro, sendo da competência do Conselho da Europa assegurar a coordenação e a coerência da política dos seus estados membros e promover a sua solidariedade.

Avança com o conceito de conservação integrada como forma de evitar as ameaças de abandono, envelhecimento, ignorância e degradação do património, bem como evitar a especulação imobiliária, garantindo a reinserção dos conjuntos antigos (‘o património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no ambiente natural ou construído’) no circuito económico e atribuindo um grande relevo à dimensão social, quer pela não expulsão das classes mais desfavorecidas, quer pelo reconhecimento da importância da sua participação em todo o processo.

Defende-se deste modo uma conservação activa, sendo por isso indispensável a participação de todos, desde as instâncias responsáveis aos cidadãos, e a disponibilização de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.

2.2.5 Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada (1985)

Relança a cooperação entre os estados membros do conselho da Europa em favor do património europeu.

Procura não só concertar as diferentes políticas governamentais como também estabelecer os regimes jurídicos da protecção do património, nomeadamente quanto às questões administrativas e jurídicas.

Baseando-se em documentos de anteriores reuniões, esta convenção foca, sobretudo, questões relativas à organização administrativa, aos apoios financeiros e à participação da população na defesa do património, tendo sido subscrita por Portugal.

2.3 Operação Urbana. Conceitos de Intervenção

Segundo Castells (Castells, 1970), operação urbana consiste na intervenção directa ou indirecta, total ou parcial, de instituições públicas ou privadas sobre a estrutura urbana, por forma a transformar, ou não, a ocupação de um espaço já construído, as suas funções e/ou o seu conteúdo funcional.

De facto, as políticas de intervenção nas áreas antigas das cidades, constituídas pela totalidade das suas zonas consolidadas, têm evoluído ao longo das décadas, abrangendo diferentes atitudes face à realidade.

Na prática, o que distingue as diversas operações é a escala de intervenção e o sentido das transformações.

2.3.1 Restauro

Estas operações revestem-se, geralmente, de um carácter pontual e incidem sobretudo em construções ou áreas antigas, de reconhecido valor estético e arquitectónico.

No restauro, a intervenção caracteriza-se por uma série de operações destinadas a reparar a degradação ou o estado de ruína de um monumento, edifício ou área urbana, com o objectivo de lhe devolver o seu aspecto original, fazendo ressaltar os valores culturais e patrimoniais dos mesmos, impedindo qualquer modernização do seu ambiente.

Por este motivo, trata-se de uma acção de grande abrangência e conjugação disciplinar, em que estão envolvidos especialistas de áreas tão diversas como as da história da arte e da história da arquitectura até às que se ocupam da resistência e das patologias dos materiais.

Contudo, na base das técnicas utilizadas para a sua execução reside a defesa de um maior ou menor purismo ao nível estético e histórico.

2.3.2 Reabilitação

Segundo Cabrita (Cabrita, 1990), a reabilitação (do património edificado) pressupõe a adopção de um conjunto de medidas coordenadas e orientadas com vista à atribuição de um novo uso, ou à modernização do existente, com elevação dos níveis de prestação de serviço - construtivo, de habitabilidade e funcional - acima daquelas a que a degradação e a desadequação ocorridas e as menores exigências aquando da sua construção lhe conferem actualmente. Dependendo do grau de profundidade da intervenção, esta pode assumir várias nuances, que abrangem desde a simples beneficiação à construção totalmente nova.

As operações de reabilitação incidem sobretudo em zonas degradadas, com o objectivo de as tornar funcionais, restituíndo-lhes o seu papel na vida económica, social e cultural da cidade.

2.3.3 Renovação

Conotada com o projecto de transformação de áreas urbanas, esta tipologia de intervenção corresponde à realização de edificação totalmente nova em tecidos antigos, com o respeito pelas respectivas morfologias e, muitas vezes, pelas tipologias tradicionais. (Cabrita, 1990)

Tem como objectivo a renovação do centro, baseando-se numa terciarização da malha urbana e com implicações ao nível das classes mais desfavorecidas e das actividades produtivas, pela sua expulsão para a periferia, pela demolição total ou parcial do parque edificado, tendo subjacente uma lógica de desenvolvimento capitalista, de valorização da renda fundiária.

Este termo é, no entanto, vulgarmente utilizado num âmbito mais alargado, aproximando-se do conceito de reabilitação.

2.3.4 Conservação

Segundo Di Stefano (Di Stefano, 1979), a conservação assume um carácter de actividade produtiva, constituindo uma acção de transformação que actualiza a função originária do edifício, de modo a que este se adeque às novas exigências da vida moderna.

Constituí uma acção preventiva, pelo que deverá ter lugar antes do aparecimento de alterações patológicas nos materiais construtivos, capazes de constituir ameaça à integridade de um monumento ou edificação.

2.3.5 Conservação Integrada

Segundo o conceito da Carta de Amesterdão, conservação integrada será a ‘acção conjugada de técnicas de restauro e da procura de funções apropriadas’(...), devendo o restauro ‘ser feito tendo presente um espírito de justiça social, e não deve ser acompanhado do êxodo de todos habitantes de condições modestas.

Nesta perspectiva, as acções empreendidas deverão fundamentar-se numa política de recuperação física e de reutilização social do parque edificado existente, tirando partido das potencialidades das zonas centrais, revitalizando-as sem contudo as destruir.

A conservação integrada deve, por este motivo, ser uma parte importante das planificações urbanas e regionais’, pelo que pressupõe que sejam colocados em prática os meios políticos, administrativos, financeiros e técnicos necessários à sua implementação.

3. Políticas e Estratégias de Intervenção na Europa. A experiência italiana

3.1 Enquadramento

Com a retoma da actividade produtiva e reconstrutiva, operada no período bélico que corresponde à Segunda Grande Guerra, assiste-se, por toda a Europa, a um período de expansão e de reconstrução da cidade, bem como à proliferação de planos.

Com a consciencialização da destruição da cidade existente, a problemática dos centros históricos surge em Itália, antecipando-se aos restantes países europeus nesta temática, generalizando-se as operações de reconstrução.

Não obstante a riqueza dos discursos teóricos, emergentes dos debates realizados nos anos 20, não ter sido aproveitada face à escassez de recursos económicos do período pós-bélico, aparece um grupo de urbanistas que acredita na possibilidade de resolução e análise dos problemas, pela sua discussão e abordagem pluridisciplinar.

Na sequência desta postura, realiza-se um congresso em Gubbio, do qual resultam importantes implicações no âmbito disciplinar e normativo, expressos na carta daí resultante, com a tónica colocada na necessidade de alargamento da aplicação dos âmbitos da tutela e da conservação a todo o património histórico.

Em termos operativos, esta prática de conservação assentaria na elaboração de planos de actuação específicos, a contemplar nos planos reguladores gerais, realçando deste modo a importância da comunhão de esforços e de visão, entre os órgãos responsáveis pela planificação e os da recuperação. A questão do centro histórico é colocada de modo individualizado, para a qual é necessário sensibilizar e mobilizar a totalidade das entidades e agentes, prolongando-se pela década de oitenta a procura operativa, no que respeita a novas metodologias de intervenção no património construído.

Em termos práticos, as políticas e estratégias de intervenção dos países europeus, no que se refere à recuperação urbana, baseiam-se, essencialmente, num modelo de gestão a cargo da respectiva administração local.

A execução da operação é da responsabilidade do órgão técnico coordenador, que conserva uma grande capacidade decisória e interventiva, a qual lhe é conferida pela

sua estrita ligação ao organismo autárquico, ficando reservado ao poder central o papel de legislador e financiador.

De entre os países europeus, a experiência italiana será, porventura, das mais paradigmática, encontrando-se sintetizadas nos planos de De Carlo, para Urbino, e de Cervellatti, para Bolonha, as diferentes tendências de intervenção em tecidos históricos, aplicadas nos anos 70, e que se baseam no conceito de ‘unidade morfológica’ e de ‘análise tipológica’, respectivamente, constituindo, no entanto, a intervenção levada à prática pelo município de Bolonha um dos casos mais enriquecedores e inovadores em matéria de renovação e reabilitação urbana, sendo mesmo possível estabelecer algum paralelismo com a experiência de reabilitação da Ribeira-Barredo, no Porto.

3.2 A experiência Italiana

No início dos anos 50, o grande problema habitacional em Itália passava não só pela carência de habitações mas também pelas altas densidades de ocupação e ínfimas condições de habitabilidade⁽²⁾, situação particularmente dramática na Itália meridional e agravada nos anos sessenta e setenta, pelo grande aumento das migrações internas (do sul do país para norte, do campo para as grandes cidades).

Estes factos ressaltam da análise dos censos de 1951, altura em que os planos habitacionais levados a cabo por toda a Itália, se voltavam exclusivamente para a produção de novas habitações, ainda que as destruições causadas pela segunda grande guerra tivesse tornado evidente o valor da cidade existente, não apenas pelas perdas económicas e culturais daí resultantes como pelos problemas e dificuldades, principalmente sociais, decorrentes da sua substituição.

⁽²⁾ apenas 10,7% da população possuía quarto de banho completo - banho ou duche-, 42,5% com água corrente e 77,5% com instalações sanitárias, referentes a uma população na ordem dos 47 158 738 habitantes

Não obstante, a ‘recuperação’ e a ‘reutilização’ dos edifícios existentes começa a adquirir visibilidade e consistência, enquanto prática generalizada, apenas no início dos anos setenta, facto a que não é alheia, a realização de debates sobre o ‘diálogo’ entre a nova arquitectura e as ‘preexistências históricas’⁽³⁾ e a nova orientação reformista do pós-guerra, expressa na ‘terceira geração urbanística’ italiana - com a passagem da cultura da expansão para a da transformação, resultante do impedimento da expansão urbana, periférica e marginal, do tipo ‘mancha de óleo’ e da emergência da transformação urbana, assente nas exigências sociais. (Venuti,1987)

O ‘urbanismo da austeridade’, como o designou Venuti (Venuti, 1981) aparece com a Esquerda Italiana, que avança com a necessidade de renovação da concepção tradicional do desenvolvimento urbanístico, pela transformação do seu carácter quantitativo por um carácter qualitativo, dando origem a um urbanismo voltado para o interior da cidade e que aponta para uma organização da cidade existente baseada em cinco salvaguardas:

- pública, reivindicando o uso comunitário dos solos sem edificação, para recuperar a dimensão colectiva da vida residencial;
- social, defendendo a permanência em cada bairro das respectivas classes populares produtivas, recusando o estigma racionalista contra a indústria e evitando a sua expulsão especulativa;
- ambiental, defendendo a arquitectura histórica, para não favorecer a expulsão social;
- programática, perspectivando a necessidade de programar com realismo os meios de viabilização e destacando o papel dos meios públicos. (Venuti,1981)

⁽³⁾ de que são exemplo os congressos realizados pela Associação Nacional de Centros Históricos

Os processos de intervenção e os métodos de recuperação das experiências italianas, como não poderia deixar de ser, entrecruzam questões de diversas naturezas, que enformam e particularizam o tipo de abordagem e a respectiva estratégia de actuação: (di Battista,1987)

- o interrelacionamento dos problemas do país com a respectiva evolução económica;
- a definição dos objectivos e interesses recíprocos, entre as diferentes forças económicas e sociais, bem como a sua variação geográfica e temporal;
- o planeamento legislativo e normativo e a capacidade de organização das estruturas de decisão e técnicas, públicas ou privadas;
- a inércia e as mudanças na concepção da arquitectura, que seguem as contradições e a crise do Movimento Moderno (aspecto relevante na definição das respostas metodológicas e operativas que caracterizam as diferentes intervenções).

É da sua articulação com as realidades regionais e locais que resultam as diferenças de processos e métodos que se desenvolvem nos diferentes periodos, em cada região ou mesmo nas diferentes cidades.

A experiência de Bolonha representa a convergência de todas as preocupações expressas.

Contrariando a estratégia de evolução contida no plano elaborado para Bolonha pelo arquitecto Japonês Kenzo Tange, que previa o seu desenvolvimento e alastramento para a periferia, a municipalidade decide contrariar as tendências expansionistas e concentrar os seus esforços na revalorização do património urbano do seu centro histórico.

Na persecução deste objectivo, e após a divisão em 1960 do Concelho Municipal de Bolonha em catorze quarteirões, para os quais foram sendo transferidas, progressivamente, atribuições, financiamentos e a gestão de alguns serviços públicos, a Câmara decide-se, em 1969, pela imposição proibitiva do crescimento da cidade.

Para proceder à reabilitação da cidade antiga, a municipalidade recorreu aos métodos de análise urbana desenvolvidos nos anos sessenta pelos arquitectos Carlo Aymonino e Aldo Rossi, métodos esses que permitiam a conciliação entre a preservação de uma arquitectura encarada como património e a sua reutilização pela sociedade, sendo que deveria permanecer no seu local de residência.

O conhecimento tipológico do edifício e a análise morfológica do quarteirão permitiram perceber o que não deveria ser alterado no edifício, em função do seu valor patrimonial, e o que poderia sofrer alterações, tendentes a proporcionar uma qualidade de vida mais condizente com as necessidades actuais, decorrentes da vida moderna.

4. Políticas e Estratégias de Intervenção em Portugal - Análise de Casos

4.1 Introdução

À semelhança do que se passa a nível Europeu, em Portugal, durante a primeira metade do séc.XX, a noção de património arquitectónico será restringida apenas a edifícios de valor monumental, aos quais se submete, subestimando a sua envolvente, não se exitando quando se trata de a sacrificar a esventramentos ou destruições, com o argumento do saneamento higiénico, das questões de tráfego, turismo, especulação imobiliária ou mesmo de prestígio.

Com a revolução de Abril eclodem, nas duas principais cidades do país, movimentos populares reivindicando melhores condições habitacionais, protagonizadas pelos ocupantes de barracas, de bairros sociais e de zonas degradadas em geral, revoltados pela ausência, por parte do Estado, de uma política realista para a habitação.

Em termos legislativos, a actividade governamental até final da década de sessenta, resume-se à entrada em vigor do Decreto-lei nº 2032, em 11 de Julho de 1949, atribuindo às Câmaras Municipais competência para procederem à classificação de elementos ou conjuntos do respectivo concelho, de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico, do Regulamento Geral de Edificações Urbanas (REGEU), de 7 de Outubro de 1951, obrigando os proprietários a executar as obras necessárias à correcção das más condições de salubridade, solidez ou segurança contra o risco de incêndio, podendo ordenar a sua demolição (artº 10) ou a execução das obras (artº 166) pela sua ocupação e à publicação do Decreto-Lei nº 40 616, em 28 de Maio de 1956, referente à 'Renovação das 'ilhas' do Porto', que se limitava a regulamentar a demolição das casas sem condições de habitabilidade e a consequente transferência dos seus habitantes para bairros camarários a construir na periferia.

Já nos anos setenta, mais propriamente em 8 de Janeiro de 1973, é de novo publicada em Diário do Governo matéria legislativa (Decreto-Lei nº 8/73), ainda que exclusivamente direccionada para a renovação de áreas degradadas, porém ao nível do país.

Reconhecendo a existência de importantes áreas insalubres nas grandes cidades e a inexistência de uma adequada previsão normativa para o seu saneamento – o direito de expropriação no caso de não haver acordo com os proprietários e de intervenção estatal, o realojamento dos moradores em caso de obras ou sobreocupação, o direito de reocupação dos antigos moradores e o condicionamento das rendas no caso dos proprietários terem que proceder a obras-, este decreto determina que a elaboração e execução de planos de urbanização de pormenor, de renovação de sectores urbanos desocupados ou com más condições de salubridade, solidez, estética ou segurança contra o risco de incêndio é da competência do Fundo de Fomento à Habitação e das Câmaras Municipais.

Com a implantação do regime democrático, a execução da política de habitação passa a ser da responsabilidade de um único organismo – o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) – que lança três programas distintos, com um mesmo objectivo - a reabilitação de áreas habitacionais:

- O Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL)
- O Programa de Renovação Urbana (PRU)
- O Programa para a Reparação de Imóveis Degradados (PRID)

4.2 O Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) – História e Cronologia de um Processo

4.2.1 Enquadramento e Criação

Face à incapacidade evidenciada pelo governo central, em dar resposta às reivindicações populares de saneamento das precárias condições habitacionais das classes mais desfavorecidas, a que não era alheia a escassez de meios financeiros e de estruturas técnicas e administrativas de que dispunha, foi criado, em 1974, após o fim do Estado novo, por despacho emanado a 15 de Agosto pelo então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL).

Partindo de pressupostos antagónicos aos que haviam estado na origem das propostas elaboradas até finais da década de sessenta, a sua actuação assentava na relevância atribuída à participação das populações mal alojadas e na sua capacidade organizativa, com o intuito de acorrer às situações de maior precaridade e urgência.

Baseando-se na recuperação e renovação pela manutenção do tecido construído e do tecido social, o programa SAAL propunha-se, pela auto-construção ou reconstrução da habitação pelos próprios habitantes, dotar bairros degradados ou de barracas com as infraestruturas básicas, dar acesso a crédito bonificado e materiais de construção, fornecer apoio técnico e proceder à elaboração de projectos de arquitectura, permitindo a manutenção das populações nos seus locais de residência.

O seu impacto foi visível sobretudo no Porto, com acções pontuais que procuravam responder às necessidades dos habitantes das 'ilhas', e em Lisboa, principalmente na substituição das barracas.

4.2.2 Extinção

Ao reconhecer o direito à permanência dos residentes nas áreas centrais da cidade pela apropriação do solo, o processo SAAL contrariava por um lado os interesses dos proprietários e dos especuladores urbanos, que viam assim as suas aspirações de rentabilização fundiária comprometidas, e por outro os interesses camarários de libertação de áreas em pleno centro, fundamentais ao modelo de desenvolvimento pretendido.

Em Outubro de 1976 o processo seria suspenso, de forma abrupta, após um longo e turbulento período de reivindicações populares, no sentido de desbloquear os problemas relacionados com as expropriações do solo e de obtenção de melhores condições financeiras para o programa (subsídios e empréstimos).

Como alternativa à sua extinção, decretada pelo I Governo Constitucional, a política governativa em matéria de habitação, recaiu sobre o incremento da construção de bairros sociais na periferia, passando as acções em curso para a competência das autarquias.

4.3 O Programa para a Reparação de Imóveis Degradados (PRID)

Com início a 30 de Setembro de 1976, pela publicação do Decreto-Lei nº 704/76, o Programa de Reparação de Imóveis Degradados viu-se confrontado com deficiências legislativas, que foram sendo corrigidas no decurso do processo, nomeadamente quanto à execução de expropriações, pela promulgação da Lei dos solos através do Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de Novembro.

Criado com o intuito de facilitar a concessão de empréstimos e subsídios para obras de reparação, conservação e beneficiação do património habitacional, público e privado, urbano e rural, incluindo as respectivas infraestruturas básicas (redes de água, electricidade e esgotos), o programa pretendia inverter a fraca intervenção municipal e privada na reabilitação do parque habitacional.

Os empréstimos a conceder previam três tipos de intervenções:

- camarária, no seu próprio parque habitacional
- camarária, em substituição dos respectivos senhorios
- pelos proprietários, em casas habitadas pelos próprios ou arrendadas

Ainda que na sua fase de arranque o programa tenha conseguido resultados com alguma expressão (com cerca de 18 000 fogos reabilitados e/ou conservados, nos anos de 1977/1978) , esta foi esmorecendo proporcionalmente à escassez de verbas atribuídas, até à atribuição do último empréstimo concedido ao abrigo do PRID, em 1981 (cerca de 1 176 fogos).

O programa seria relançado em 1983, com a publicação do Decreto-Lei nº 449/83, de 12 de Dezembro, complementado pela Portaria nº 1 077/83, de 31 de Dezembro do mesmo ano, prevendo a concessão aos municípios de empréstimos a longo prazo.

4.4 O Programa de Renovação Urbana (PRU)

A execução deste programa de renovação urbana recaiu sobre dois casos pontuais – Óbidos e a área da Ribeira-Barredo, no Porto –, com objectivos de recuperação e beneficiação mais latos, como a recuperação de edifícios para fins sociais e o arranjo

dos espaços exteriores e completamento do saneamento básico, executada com base na publicação de legislação específica para o efeito, situação que se viria a manter até à criação do novo programa de reabilitação urbana, já na década de oitenta.

4.5 O Programa de Reabilitação Urbana e os Gabinetes Técnicos Locais (GTL)

4.5.1 Enquadramento

Em finais de 1985, apenas duas cidades portuguesas - Porto e Óbidos - intervinham no património habitacional das suas malhas antigas e consolidadas, numa tentativa de travar a sua degradação.

Com o objectivo de inverter esta situação, em Março do mesmo ano o Governo apresenta um novo programa de intervenção nas zonas urbanas degradadas, por despacho emanado pela Secretaria da Estado da Habitação.⁽⁴⁾

Este novo programa de intervenção urbana gerou grande expectativa, decorrente, sobretudo, da consagração legislativa a nível nacional de uma expressa vontade política de abordagem e valorização desta temática, preconizando um tipo de actuação e de relacionamento da Administração Central com a Administração Local com base no reconhecimento e respeito da autonomia e das competências desta.

Ainda que dirigido essencialmente à recuperação de edifícios, o programa de reabilitação urbana previa, numa perspectiva integrada, a reabilitação de espaços comuns, a instalação de equipamentos e o desenvolvimento de acções sociais de realojamento.

A estratégia de intervenção baseava-se não na expropriação sistemática mas antes no financiamento e atribuição de subsídios com juros bonificados aos proprietários, sendo as verbas disponibilizadas para este tipo de intervenção concedidas através de 3 programas específicos – o Regime Especial de Participação na Recuperação de

⁽⁴⁾ Despacho 4/SEHU/85, de 22 de Janeiro de 1985.

Imóveis Arrendados (RECRIA), o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) e o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD).

A administração central, pretendia impulsionar, deste modo, a implementação de uma política capaz de resolver o problema de habitação, não só através da construção de novas zonas habitacionais, como vinha sendo prática, mas também através da recuperação do património edificado existente, assegurando aos municípios, e consequentemente aos senhorios, os instrumentos projectuais e o apoio técnico, pela celebração de Contratos de Assistência Técnica que permitiam a constituição de Gabinetes Técnicos Locais (GTL), o apoio financeiro, pelo estabelecimento de contratos de colaboração financeira e a concessão de subsídios inerentes à intervenção, não apenas nos edifícios degradados – através do RECRIA ou do PRID – mas também nas áreas urbanas em que estes se inserem – com o PRAUD –, sendo contudo escasso o orçamento da Administração Central para o efeito.

Destinadas a fornecer apoio técnico qualificado e funcionando na dependência da própria câmara, as equipas eram geralmente pluridisciplinares, sendo constituídas por um ou dois arquitectos, um engenheiro, um economista, um assistente social e alguns desenhadores, por forma a permitir a prestação de um serviço diversificado e de maior abertura e relacionamento entre o municípios e as entidades e/ou actores locais.

O processo de constituição dos Gabinetes Técnicos Locais tinha como objectivo primordial, nos dois primeiros anos de actuação, a elaboração do contrato de colaboração financeira para execução de programas trienais, onde se definiam objectivos e metodologias de intervenção, especificando projectos e obras a executar e respectivas previsões de custos, suportados pelas disponibilidades financeiras definidas anualmente para o PRID e por dotações provenientes dos Orçamentos da Direcção Geral do Planeamento Urbanístico (DGPU), participações na ordem dos 50% nas obras municipais de infraestruturas, na instalação de equipamentos e na recuperação de habitações.

Em termos programáticos, o Programa de Reabilitação Urbana baseava-se numa actuação assente na selecção de operações diferenciadas, de acordo com as necessidades reais de cada uma das áreas-problema, e não na prévia elaboração de planos de pormenor de reabilitação urbanística e arquitectónica.

4.5.2 Algumas Experiências

4.5.2.1 Évora

Évora é uma cidade de características fundamentalmente medievais.

Não tendo ao longo da sua evolução sofrido qualquer processo de industrialização, insere-se numa região cujo carácter permanece essencialmente agrícola.

O seu centro histórico é completamente cercado por uma muralha, e representa aproximadamente 1/10 da área urbana circundante.

O grau de degradação e de sobreocupação dos edifícios do centro histórico – que corresponde também ao seu centro cívico – não atingia níveis de tal modo preocupantes que o transformassem num caso de intervenção com carácter de emergência.

Não obstante este facto, o processo de intervenção no centro histórico de Évora é anterior à criação do respectivo Gabinete Técnico de Apoio Local (GTL), tendo o processo sido desencadeado pela aprovação do respectivo Plano Director Municipal, em 1982.

Na realidade, este instrumento de planificação urbana contemplava a intervenção na cidade ‘intra-muros’, através da elaboração de um programa específico para a sua reabilitação, posteriormente desenvolvido na forma de regulamento de salvaguarda e cartografado sob a forma de um plano de pormenor.

De facto, a constituição do GTL em 1985, não teve como objectivo a elaboração de um programa com vista à resolução de um problema concreto, mas antes o de se integrar num processo de renovação urbana já traçado e em curso.

A autarquia passou a dispor, deste modo, de uma estrutura técnica financiada pelo governo central, capaz de pôr em prática medidas concretas de execução dos objectivos estabelecidos em plano e que visavam, no essencial:

- o controle da transformação do uso dos edifícios, por forma a impedir a substituição das habitações por comércio e escritório e a conseqüente desertificação pela transferência dos seus habitantes.

- a recuperação de grupos de edifícios mais degradados, melhorando as condições de habitabilidade e diminuindo a densidade de ocupação dos mesmos, sempre que necessário.
- a afectação e adaptação dos grandes edifícios para sede de serviços sociais e de actividades de carácter colectivo.
- a aplicação de diferentes graus de protecção aos edifícios e ao desenho das suas fachadas, dependendo do seu valor arquitectónico.

De modo a assegurar a sua execução, foram aprovados programas de financiamento governativo destinados a áreas urbanas degradadas – no âmbito do RECRIA e do PRAUD –, envolvendo e comprometendo neste processo todos os agentes, os privados em geral e os senhorios em particular.

Paralelamente a autarquia estabeleceu contratos directos de financiamento, com as instituições bancárias e de colaboração, com a Universidade de Évora.

Em termos de gestão urbana, a política implementada baseia-se na aquisição, pela câmara, de habitações.

Estas, após a sua recuperação e sempre que necessário, são utilizadas como ‘casas volantes’, sendo posteriormente vendidas, mediante concurso público, no qual é dada prioridade de aquisição a jovens casais, numa tentativa de evitar a desertificação e o envelhecimento da população do centro histórico.

Esta actuação camarária visa servir de exemplo e de catalizador à intervenção da iniciativa privada.

Do ponto de vista dos critérios arquitectónicos e urbanísticos, preconiza o modelo de intervenção ao nível do lote, ainda que privilegiando o desenho da fachada e a utilização das cores regionais.

As propostas de projectos de carácter contemporâneo apenas são permitidas quando se trate de serviços.

Paralelamente foi efectuada a requalificação da principal praça da cidade – a Praça do Geraldo –, intervenção que assumiu na sua essência um carácter de grande simbolismo.

As intervenções de carácter cultural e social são também contempladas, através da elaboração de projectos para a instalação de lares para a terceira idade, centro de apoio à juventude, teatros e outros equipamentos.

É no entanto na articulação da estratégia de recuperação preconizada para o centro histórico com a estratégia de intervenção para a área extra-muros, que integra programas de carácter quase exclusivamente habitacional, que continua a ser necessário investir.

4.5.2.2 Guimarães

Sendo uma cidade de estrutura medieval, à semelhança de Évora, os problemas que se lhe colocam não são muito diferentes dos que afligem as cidades médias europeias: a transformação do seu centro histórico cada vez mais em local de passagem e de estacionamento decorrente da sua terciarização, o envelhecimento da população residente, a degradação do seu parque edificado,...

Foi com o objectivo de abordar de forma integrada os problemas inerentes à recuperação da cidade intra-muros que se deu início, por iniciativa municipal, ao programa de reabilitação urbana em curso e posteriormente integrado no Gabinete Técnico Local entretanto criado.

No que respeita à metodologia de intervenção no Centro Histórico, o GTL de Guimarães optou por uma abordagem distinta da anterior.

Ainda que o despacho emanado pelo ministério em 1985, criando os GTL, considerasse como um dos objectivos de actuação da equipa técnica, a elaboração de um plano regulador geral de controlo do território – o plano de salvaguarda –, ele não foi executado.

Esta opção pela ausência do plano encerra, de certo modo, uma crítica à gestão territorial baseada em regras fixas emanadas de um plano, assumindo-se antes uma postura de relacionamento directo com os diferentes agentes, por forma a equacionar regras de actuação mais condizentes com as necessidades existentes e as tendências de transformação dominantes, mas tendo sempre como referência a concepção de um modelo global para toda a cidade e não apenas para o seu centro histórico.

A estratégia de actuação municipal tem vindo a ser essencialmente direccionada para a intervenção em termos de equipamentos (as instalações do GTL, um centro para a terceira idade, a biblioteca municipal, o centro de formação de artífices, ...) e de espaços públicos, dada a escassez dos recursos materiais e legislativos disponíveis.

Pretendeu assim limitar, os investimentos camarários em expropriações e reabilitação de edifícios, através de uma actuação prioritária, e catalisadora, na infraestruturaração e na requalificação de alguns espaços públicos, ficando esta a cargo dos respectivos proprietários, com a possibilidade de recurso às linhas de crédito estatais⁽⁵⁾ criadas para o efeito, ainda que adquirindo, com carácter de excepção, alguns edifícios desabitados ou em ruínas.

O município assume, deste modo, um papel de agente dinamizador na recuperação do centro histórico, valorizando as edificações circundantes pela sua intervenção no espaço público.

Este incentivo à recuperação pelos proprietários permite evitar o recurso à expulsão dos seus habitantes, prevalecendo a função residencial como dominante, sendo a apreciação e avaliação da intervenção privada, relacionada com a obtenção de permissão de construção, balizada por critérios que abordam desde aspectos estéticos até questões que se prendem com o uso proposto.

Como complemento à vertente residencial, a política funcional prevê a mistura de actividades fundamentais à vivificação e fruição da zona central (a instalação de escritórios, equipamentos culturais, restaurantes, entre outras), ainda que condicionada e em articulação com uma política de circulação e de estacionamento, alvo da elaboração de um plano específico.

Este plano foi executado com o objectivo de, por um lado, estabelecer as potencialidades da malha do centro histórico e a sua articulação racional com a estrutura viária citadina, procurando, igualmente, valorizar os espaços históricos mais significativos, através da sua pedonalização, medidas necessárias para a viabilização da manutenção das actividades comerciais, satisfazendo de modo articulado e coerente as naturais necessidades a este nível.

⁽⁵⁾ o RECRIA e o PRAUD

5. Políticas e Estratégias de Intervenção no Centro Histórico do Porto

5.1 Introdução

A análise e compreensão das políticas e estratégias de intervenção propostas e/ou executadas tem que ser necessariamente contextualizada pelas acções, circunstâncias e conjunturas políticas sociais e económicas que as moldaram, onde o factor tempo assume um papel relevante, não apenas na sua concretização mas também na compreensão da oportunidade e pertinência das opções tomadas.

5.2 Origem, Desenvolvimento e Consolidação da Zona

Situado na confluência de duas importantes vias, estruturadoras dos movimentos regionais – a estrada romana ligando Lisboa a Braga e Astorga, e o rio Douro –, o núcleo primitivo da cidade do Porto remonta, pelo menos, ao período megalítico, estendendo-se desde uma zona mais planáltica em direcção a nordeste.

A atracção humana pelo litoral atlântico e pelas praias fluviais foi posterior, estendendo-se progressivamente aos pontos mais elevados das colinas, especialmente ao morro da Penaventosa, numa posição estratégica privilegiada dominando todo o vale do Douro, constituindo juntamente com a praia fluvial (junto ao esteio do rio da Vila), um dos principais núcleos da romanização do território.

Fortificado no século III, consolida-se como centro de uma zona de povoamento disperso, posteriormente organizada em torno de uma densa rede de aglomerados rurais (séc IX e X), ao abrigo de pequenas ermidas ou mosteiros.

Com a instituição do Burgo Episcopal por foral do Bispo D. Hugo (1123), após doação de D. Teresa (1120), inicia-se o desenvolvimento da cidade, caracterizado pelo aumento da construção dentro e fora das muralhas reconstruídas, pela substituição da pequena ermida pré-existente pela Sé Catedral e pelo estabelecimento do mercado e da judiaria, elementos estruturantes da rede urbana exterior à muralha.

Paralelamente, a luta pela posse dos rendimentos do comércio fluvial e marinho, com a afirmação da Ribeira, na praia do rio da Vila, como lugar de atraque de navios, conduzem não só a uma crescente intervenção do poder régio como à construção, por ordem de D. Afonso IV, do armazém real e das casas da alfândega (1325).

A juzante do morro da Vitória situavam-se as cercas dos conventos de S. Francisco e de S. Domingos, almoinhas e cortinhas, consolidando um núcleo mais ligado à construção naval nas imediações da Igreja de S. Pedro de Miragaia, junto do rio Frio.

Esta forte expansão para poente, em clara oposição com a fraca ocupação que se verificava na margem direita do rio da Vila, excepto junto ao Douro, levou à construção de uma nova muralha (1336/1374), ficando contudo extra-muros os arrabaldes de Miragaia, junto ao rio, e os de Santo Ildefonso e do Campo do Olival, nas principais vias de saída em direcção a norte e nordeste.

Comunicando com o exterior por 17 aberturas, entre portas e postigos, dez das quais articuladas directamente com o rio, a muralha assume não só um papel defensivo mas também um importante papel como estrutura de controlo económico e fiscal do movimento portuário.

A prosperidade da actividade portuária, comercial e dos seus mésteres (cordoarias, ferrarias, teracenas,...) condenou ao desaparecimento cortinhas e almoinhas, enxidos e logradouros, pela ocupação dos espaços ainda livres, de modo a responder às necessidades de habitação decorrentes do crescimento populacional intramuros que, no início do séc. XV, contava já 10.000 almas.

Em 1405 a jurisdição do Burgo é transferida para a coroa, culminando mais de 100 anos de disputas entre o rei e o bispo, pelo controlo da frente fluvial.

Um novo período de desenvolvimento urbano corresponde à abertura da Rua Nova, uma via ampla e regular rasgada paralelamente ao rio, à construção da judiaria no morro da Vitória, permitindo a transferência dos judeus para dentro de muralhas e dando lugar à construção da rua de S. Miguel, à construção dos conventos de Santa Clara (1416) e de Santo Elói (1491).

No séc. XVI, o aumento das actividades portuárias, revelou-se determinante na transformação da cidade medieval, pelos melhoramentos introduzidos nas ligações entre a zona ribeirinha e as saídas da cidade.

São abertas as ruas das Flores (1521) e de Belomonte, disciplinando a urbanização do espaço ainda livre.

Os edifícios mais importantes – o convento de S. Bento de Avé Maria (1518), a nova casa e Igreja da Misericórdia (1521) e alguns palacetes da nobreza – são construídos segundo um cariz renascentista. São contudo os edifícios de carácter religioso que irão alterar definitivamente o perfil da cidade – o colégio de S. Lourenço (1577), os conventos de S. João Novo (1592) e de S. Bento da Vitória (construído em 1528, no local da judiaria da Vitória, após a expulsão dos judeus por D. Manuel I).

Extramuros, a urbanização localiza-se nas imediações das três portas setentrionais, onde se edificam novos conventos e se criam espaços arborizados.

Em finais do séc. XVII, as tentativas de renovação da malha medieval no interior da cerca, com o projecto de uma praça fechada (1687), não passam do papel, alegadamente por dificuldades na expropriação dos terrenos.

A sua execução permitiria não só melhorar as ligações da Ribeira com as saídas setentrionais da cidade como as próprias ligações internas, obrigando à canalização do rio de Vila.

A ideia da criação de uma praça será novamente retomada no início do séc. XVIII, culminando com a urbanização do Campo das Hortas e a abertura da Praça Nova (1718 a 1727), fruto do desenvolvimento económico da época, decorrente das riquezas provenientes do Brasil e que se manterá até meados do séc. XVIII, fomentando a requalificação barroca do espaço urbano.

É neste período que as actividades ligadas ao comércio de exportação, principalmente do Vinho do Porto, conhecem um grande desenvolvimento, dinamizando e reforçando toda a vida económica da cidade, dando origem ao denominado ciclo da arquitectura e urbanismo do Vinho do Porto.

O forte crescimento da população torna necessária a expansão da cidade, com intervenção real na promoção e controlo das actividades urbanísticas – através da criação da Junta de Obras Públicas (1764) –, de forma a controlar o crescimento desordenado que se começava a verificar nos arrabaldes, principalmente em Lordelo, Massarelos, Paranhos e Cedofeita.

Presidida por João de Almada, a Junta tinha como principais objectivos assegurar a qualidade estética das novas edificações e a promoção da adequação funcional dos

espaços de circulação, imprimindo uma grande dinâmica ao desenvolvimento da cidade através da promoção de um grande conjunto de obras públicas, abrindo-a a toda a região.

São demolidos troços de muralhas e respectivas portas, alargados postigos, abertos novos eixos viários assentes em velhos traçados, que se prolongam para o exterior (Santa Catarina, Santo António, Clérigos e Formosa).

O plano de desenvolvimento e expansão da cidade, apoiando-se num eixo estruturante (Rua Nova de S. João - Rua do Almada) que unia e articulava a antiga Praça da Ribeira (junto ao rio) com a Praça de Santo Ovídio (extramuros), propõe medidas de higienização e de reconversão funcional do tecido urbano, bem como a edificação de vários edifícios públicos (Hospital de S. António, Feitoria Inglesa, a cadeia e o Tribunal da Relação,...), dos quais se destaca a instalação dos Paços do Concelho na Praça Nova, contribuindo para a afirmação desta como o novo centro cívico e administrativo e para o desafogo e requalificação da Praça da Ribeira.

Em 1787 a responsabilidade de gestão das obras públicas deixa de estar sob alçada da Junta, que apenas será extinta em 1833, repartindo-se por diversas entidades.

No início do séc XIX o apogeu económico será contudo afectado pelas consequências das invasões napoleónicas (1807-1813), com repercussões quer ao nível da imagem da cidade, quer ao nível da própria gestão urbana.

As grandes realizações públicas serão condicionadas pela nova conjuntura politico-militar, concentrando-se os investimentos na realização de infraestruturas de carácter estratégico-defensivo, portuárias e de transportes (terrestre e fluvial).

É na sequência das obras de melhoramento da barra do Douro e da articulação da cidade com o rio que se lança um grande projecto de remodelação de toda a frente ribeirinha, propondo a demolição da muralha e conseqüentemente a abertura da Praça da Ribeira ao rio, a reestruturação dos bairros de Miragaia e Barredo e a criação de uma nova praça para instalação do mercado a funcionar na Ribeira, projecto nunca concretizado em detrimento da abertura da via que unirá a cidade à foz do rio.

Paralelamente, e com o objectivo de ligar de forma mais permanente a cidade com a margem esquerda do rio, lançam-se os primeiros projectos de atravessamento por ponte, culminando na construção à cota baixa da Ponte das Barcas (1806), destruída pelas invasões francesas.

Ainda que apoiadas pela Coroa, as instituições religiosas desempenham um papel de relevo, intervindo nas novas áreas de expansão, de urbanização recente, onde constroem edifícios de grande envergadura e prestígio (as igrejas das Ordens da Trindade e da Lapa, o Convento de Santo António da Cidade, ...).

A nível nacional, a ordem política e administrativa será contudo alterada, após a vitória do exército liberal sobre a monarquia em 1833, ocorrida no Porto.

Com a instituição do Parlamento como órgão soberano, com repercussões de carácter económico e social, procede-se à reforma e centralização da Administração Pública, que garante localmente a execução das políticas por si determinadas, através da institucionalização de organismos fiscalizadores, ficando a gestão urbanística a cargo de diversas entidades, após a extinção da Junta das Obras Públicas, regidas por critérios de actuação individualizados e de acções pontuais.

Na tentativa de inverter a situação, garantindo uma planificação global da cidade, foi elaborada em 1839 pela Câmara Municipal do Porto, a primeira planta geral da cidade, sintetizando todos os projectos anteriormente realizados.

A sua actuação limitou-se contudo, por falta de autonomia financeira, ao estabelecimento de medidas reguladoras da edificação, à criação de novos equipamentos públicos nas áreas de expansão e ao alinhamento e rectificação de arruamentos.

O grande impulso económico e urbanístico surge com o estabelecimento de novas instituições de carácter civil, tornado possível pela desafecção dos bens das ordens religiosas, em 1834, destacando-se a actuação da Associação Comercial (criada em 1833) na promoção e gestão de acções urbanísticas (edificação do Palácio da Bolsa, demarcando um novo centro financeiro e do Tribunal do Comércio, no Convento de S. Francisco), e na consolidação da zona ribeirinha como centro da vida comercial da cidade.

Igualmente relevante para o incremento comercial da zona será a abertura ao tráfego das duas margens da Ponte Pênsil (1843), em substituição da Ponte das Barcas, unindo-as apenas à cota baixa.

O aumento de tráfego por ela proporcionado tornou evidente a incapacidade de resposta da malha medieval, situação agravada pelo facto de apenas nas décadas de 60 e 70 se ter executado o novo eixo de atravessamento (a Rua Nova da Alfândega e a

Rua Mousinho da Silveira), melhorando a articulação e as condições de circulação de pessoas e mercadorias entre o rio e a parte alta da cidade, bem como deste com a nova Alfândega, em Miragaia.

A inauguração do novo porto de abrigo (1864-1892) e do porto comercial (1902) em Matosinhos articula-se com o plano nacional de melhoramentos das infraestruturas portuárias e ferroviárias, que no entanto sofre alguns atrasos na sua implementação devido à manutenção dos serviços administrativos junto ao rio.

Em 1872 é inaugurada a primeira rede regular de transportes colectivos – o Americano –, ligando a cidade aos maiores aglomerados, localizados junto ao mar – Foz do Douro e Matosinhos –, e apenas em 1877 a ponte ferroviária de Dona Maria.

A acessibilidade à cidade será profundamente alterada em 1886, pela construção da ponte de D. Luís I.

Mantendo a estreita relação entre as duas margens ribeirinhas do Douro, a nova ponte permite concretizar a velha aspiração de uma ligação à cota alta, reforçando o seu carácter de centro político e de negócios, mas altera, em termos funcionais, a estruturação da zona ribeirinha, que vê desvanecer a sua importância como zona portuária e comercial.

De facto, apenas na segunda metade do séc.XIX, com a criação em 1852 do Ministério das Obras Públicas, a política de intervenção e desenvolvimento da cidade privilegia a sua infraestruturização terrestre e marítima, fomentando o desenvolvimento de um capitalismo industrial.

A localização da indústria é condicionada não só pela disponibilidade de terreno livre, nas novas zonas de expansão - Cedofeita, Fontinha e Bonfim - como pelas facilidades de transporte que o rio proporciona - na desembocadura da Ribeira de Massarelos (a este) e nas margens do Rio Torto (a oeste), formando uma franja industrial capaz de atrair uma mão-de-obra numerosa proveniente do campo⁽⁶⁾ que se instala nas imediações das fábricas, dando origem às “ilhas”. (Teixeira, Manuel C., 1988)

Este aumento populacional conduziu a uma rápida deterioração das condições de salubridade e de saúde pública⁽⁷⁾, pelo aumento da densidade de construção, agravadas

⁽⁶⁾ verificando-se, segundo Teixeira, um aumento populacional de 50 000 habitantes em 1820 para 168 000 no final do séc.

⁽⁷⁾ segundo Teixeira, em 1899 cerca de metade da população vivia em ilhas, atingindo as freguesias centrais uma densidade de 310 habitantes/ha

pela inexistência de uma rede de abastecimento de água ao domicílio (iniciada em 1873) e de saneamento (a partir de 1904), em cujo processo não foram contempladas as freguesias de Ramalde, Paranhos, Campanhã, Nevogilde e S. João da Foz, para além de algumas ruas do centro. (Jorge, 1899)

Paralelamente ao processo de desenvolvimento da cidade, condicionado pelo incremento da indústria e das novas possibilidades técnicas, a malha medieval sofre um rápido processo de degradação, pelo aumento substancial da procura de habitação de baixo custo.

5.3 Os Problemas Existentes

Após a rápida sobreocupação dos edifícios existentes, tornou-se evidente a necessidade de construção de novas habitações, de baixo custo, para alojar uma população cada vez mais numerosa e de baixos recursos económicos.

As primeiras tentativas de resolução do problema das “ilhas” são de iniciativa filantrópica (entre 1905 e 1907), com a construção de 227 vivendas unifamiliares, revelando-se contudo amplamente insuficiente face ao número de situações verificadas, por falta de uma política camarária para resolver o problema da habitação.

O problema da habitação tornou-se uma questão política premente no final do séc. XIX, quando as elevadas taxas de mortalidade e de epidemias verificadas obrigaram a Câmara a reconhecer de forma inequívoca os graves problemas habitacionais existentes e a necessidade de os enfrentar, de onde resulta a uma intervenção municipal apenas em termos legislativos, com a elaboração de alguns códigos de posturas, centradas na resolução das condições sanitárias da cidade. (Teixeira, 1992)

A construção de habitação pelas autoridades municipais e pelo governo começou apenas no início deste século, tendo a Câmara do Porto desenvolvido, em 1910, uma acção pioneira em Portugal, na construção de habitação municipal, ainda que inspirada nas anteriores acções de carácter filantrópico, com a promoção de quatro bairros para as classes trabalhadoras.

Nos anos 30 e 40 a cidade entra numa nova fase de desenvolvimento económico e de crescimento demográfico, primordialmente assentes em actividades especulativas e na expansão do seu comércio externo do que no desenvolvimento industrial, coincidindo com a definição de um Estado nacionalista, social e corporativo e com a discussão sobre a forma e a localização da habitação social.

Entre 1940 e a publicação do Plano de Melhoramentos⁽⁸⁾ o município executou alguns bairros camarários, localizando-os em freguesias periféricas (Bonfim, Campanhã e Lordelo do Ouro), tornando evidente qual a política habitacional colocada em prática pelo Estado Novo, uma política de segregação espacial da habitação social e consequentemente dos seus habitantes, mais voltada para a satisfação dos interesses da classe média, de libertação de terrenos e de valorização fundiária.

5.4 Planos e Estudos

A vontade de modernização e funcionalidade da zona central da cidade constituía, desde finais do séc. XIX, uma das prioridades do município, bem expressa na construção da Ponte D. Luís I, criando condições para o seu desenvolvimento.

Na tentativa de encontrar uma resposta planificada e articulada ao nível da cidade, para os problemas que se lhe colocavam desde o início do séc. XX, a Câmara Municipal produziu diversos estudos e planos, o primeiro dos quais elaborado na vigência da Lei de 1864, que regulamentava os Planos Gerais de Melhoramentos, posteriormente substituída em 1934 pelo novo regulamento dos Planos Gerais de Urbanização.

A sequência dos planos permite acompanhar as diferentes posturas e convicções camarárias para o desenvolvimento da cidade e respectiva gestão.

⁽⁸⁾ Decreto-Lei nº 40 616, de 20 de Maio de 1956

5.4.1 Barry Parker (1916)

Nesta fase, a reflexão sobre o planeamento da cidade repartia-se entre a expansão urbana e a reestruturação da área central.

Segundo o plano encomendado a Barry Parker em 1916, a opção camarária recaiu na articulação da renovação da zona central com o núcleo histórico, em torno da Catedral, apoiando-se na única ligação viária existente.

No plano Parker procurava articular uma vasta trama de novos espaços, pensados de forma a valorizarem as arquitecturas que os marginariam e que caracterizariam o centro da cidade, em torno do qual se estruturaria e articularia a restante proposta.

Para o efeito propunha o rasgamento de duas importantes avenidas, uma ligando a Praça D. Pedro à futura Câmara Municipal, assegurando a segunda a nova ligação funcional entre a Praça Almeida Garrett e o tabuleiro superior da Ponte D. Luís I, atravessando o núcleo antigo.

Esta proposta não seria contudo levada à prática, desenvolvendo-se em alternativa novos planos de promoção municipal ou de iniciativa particular, prestando uns mais importância às questões da cidade herdada, centrando outros as suas propostas estratégicas na expansão da cidade.

5.4.2 O plano de Ezequiel de Campos (1932)

A proposta de Ezequiel de Campos caracteriza-se essencialmente pelo esquema global de traçado das vias estruturadoras, com o objectivo de impulsionar o desenvolvimento da cidade.

No que respeita às intervenções propostas para a área central da cidade, retoma algumas das ideias avançadas por Parker, particularmente a da abertura de uma avenida, enfatizando a Sé Catedral como elemento de remate e que viria a estar na origem da abertura da Avenida dos Aliados.

Propunha ainda a criação de um espaço público envolvente à Catedral, pelo que alguns dos traçados teriam que ser reformulados e grande parte dos edifícios existentes demolidos.

Tal como a ideia da abertura da Avenida, também a demolição do parque edificado envolvente à Sé foi levado à prática.

5.4.3 As propostas de Marcelo Piacentini (1938-1939) e de Giovanni Muzio (1940-1943)

Na base dos estudos desenvolvidos pelos dois arquitectos italianos ao serviço do município encontra-se a política de grandes obras públicas executada, até ao fim da II Guerra Mundial, por um poder central reforçado.

A importância da sua actuação reside, principalmente, na preocupação de responder à imposição legal de todas as cidades possuírem Planos de Urbanização.

As propostas avançadas nos estudos prestam particular atenção às grandes comunicações interurbanas, viárias e ferroviárias, ligando-as ao Porto de Leixões e aos aeroportos previstos e à rede de comunicações dentro da própria cidade, para além de incluírem diversos projectos de desenho urbano para as novas zonas residenciais – Campo Alegre – e industriais, para a localização de novos equipamentos e para a valorização do centro histórico na envolvente à sua Catedral.

Sobre este último aspecto Muzio produziu um conjunto de possibilidades para a modernização do centro da cidade e da sua área de traçado medieval.

A intervenção proposta por Muzio previa a ligação, por uma rua-ponte, da Avenida dos Aliados e da Praça da Liberdade à zona da Sé, reformulada e alargada a alguns terrenos da malha medieval.

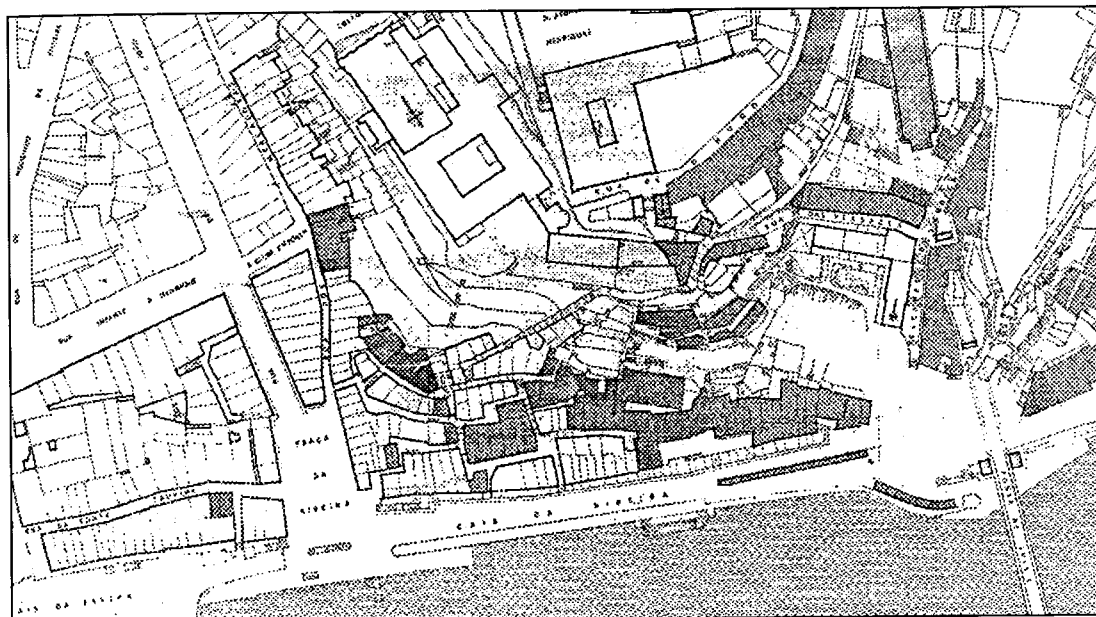
5.4.4 Estudo de Arranjo e Salubridade da zona do Barredo, Ribeira e escadas dos Guindais (1949)

Elaborado no Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto, pelo Engenheiro José Júlio Afonso, e aprovado em Fevereiro do ano seguinte pela assembleia municipal, este estudo surge na sequência das preocupações camarárias relativamente às zonas mais insalubres da cidade, associadas a um determinado conceito de valorização paisagística e de imagem de cidade.

É com base nestes preceitos, e após análise das condições locais (em termos de condições habitacionais, comércio, estrutura viária, serviços de interesse público, estética e fisionomia local), que no estudo se avança com a proposta de demolição de

grande parte da área, ainda que faseada, como forma de encarar os problemas de vestuetez e de insalubridade do casario, 'começando pelas habitações de menor valor e por aquelas em que são piores as condições de habitabilidade'.

Figura 5.1 - Estudo de Arranjo e Salubridação da Zona do Barredo, Ribeira e escadas dos Guindais (1949)



Segundo o estudo, numa primeira fase proceder-se-ia à demolição de 24 prédios para construção de um novo Mercado entre a Rua de Cimo do Muro e a escarpa, em substituição do existente no Cais da Ribeira, bem como à desocupação de 10 estabelecimentos comerciais a funcionarem nos arcos do Muro da Ribeira, de forma a possibilitar o acesso ao Mercado proposto.

Prevista ainda nesta fase a demolição de mais 21 edifícios, o que em termos gerais significava proceder ao desalojamento de 162 famílias (560 pessoas) e de 10 inquilinos comerciais.

Posteriormente, numa segunda fase de actuação, o estudo previa a demolição das restantes habitações ao longo das Escadas do Codeçal, entre as Escadas dos Guindais e a muralha e ainda das construções ao longo da Rua de D. Hugo, com o único intuito de conferir uma outra monumentalidade à Sé e ao Paço Episcopal, libertando-os das construções que os rodeavam.

5.4.5 O Plano Regulador (1954)

Aprovado em 1954, o Plano Regulador, juntamente com o Plano de Melhoramentos, representa um importante período de formalização do futuro crescimento e desenvolvimento da cidade.

Este plano constitui, de facto, o primeiro documento global ao dispor da cidade, no que se refere ao planeamento territorial, e deveria estar na base de um posterior plano de urbanização, capaz de garantir a eficaz administração das consequentes acções conducentes ao correcto crescimento e desenvolvimento da cidade.

Concebido pelo Eng. Antão de Almeida Garrett, constitui a primeira proposta que integra a qualificação funcional do tecido urbano de forma sistematizada, através da sua zonificação espacial, estando na origem do processo que levaria à aprovação do Plano Director da cidade, em 1962.

As suas repercussões no que respeita ao núcleo medieval, cingiam-se às questões de falta de salubridade e ao possível aproveitamento das suas potencialidades turísticas, razões suficientes, no entender do seu autor, para justificar uma política de demolições a longo prazo.

5.4.6 Estudo de Reconstrução a Longo Prazo (1954)

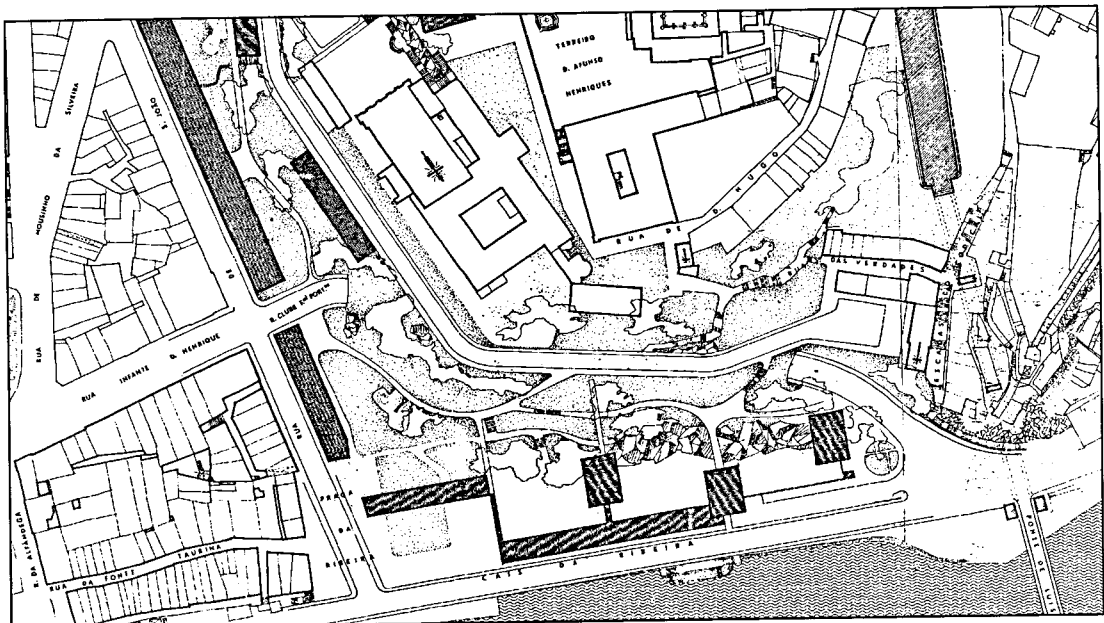
Elaborado a título particular pelo arquitecto Manuel Marques de Aguiar, este estudo avança com propostas de arranjo dos bairros da Sé e de S. Nicolau, pela demolição total da área de estudo, com excepção dos edifícios considerados como de especial significado (Sé, Paço Episcopal,...) e consequente reconstrução de edifícios de habitação e de serviços, alguns dos quais com 10 e 12 andares, segundo critérios contemporâneos de concepção arquitectónica e urbanística.

Para proceder à execução da proposta o autor propunha a divisão do sector em cinco grupos, elaborados com base na atribuição da prioridade de intervenção às situações com menores condições de salubridade, começando pelos casos de maior urgência e na continuação da execução dos trabalhos iniciados pela Municipalidade.

A população considerada na elaboração do projecto de renovação situava-se nas cerca de 2 000 pessoas, repartida em cinco grupos orgânicos de alojamentos de 100 famílias cada, com o objectivo de propiciar aos seus habitantes o desenvolvimento de uma vivência saudável em sociedade, baseada no conhecimento mútuo e na sociabilidade dos seus elementos constituintes.

O sector foi igualmente dividido em 3 zonas: a zona da Acrópole e duas outras, de características essencialmente residenciais.

Figura 5.2 - Estudo de Reconstrução a Longo Prazo (1954)



O volume e a implantação das construções previstas no estudo seriam determinadas com base em alguns condicionalismos existentes, caso da topografia do solo e consequente garantia das condições de insolação, ou impostos pelo seu autor, consistindo estes, fundamentalmente, no estabelecimento de um equilíbrio entre espaços livres e volumes construídos, na concentração de um certo número de habitantes na envolvente à Acrópole, na valorização da Catedral, Câmara, Igreja dos Grilos e da Igreja do Ferro, edifícios com uma função simultaneamente simbólica e de direcção.

Segundo a proposta de Marques de Aguiar, a zona deveria comportar, além de uma escola primária, um centro comercial quotidiano, situado no centro de gravidade do sector.

As propostas elaborados pelo Arquitecto basearam-se numa análise preliminar, efectuada após o levantamento da situação, incidindo esta sobre cinco quarteirões específicos - os quarteirões 1, 2, 3 e 4, da Freguesia de S. Nicolau e o quarteirão com o número 31, da Freguesia da Sé - e efectuada com um elevado grau de desenvolvimento, das respectivas condições económicas, sociais e morais da população em questão e de cujas conclusões ressaltam os seguintes aspectos:

- a pouca expressividade do artesanato que existia no sector;
- a acelerada decadência das diversas actividades, com maior ou menor ligação ao rio Douro, com graves consequências para a população;
- a proximidade da maioria da população activa ao local onde exerce a respectiva actividade profissional, com cerca de 50,44% dos mesmos a trabalharem na zona central da cidade, para os quarteirões 1, 2, 3 e 4, baixando este valor para os 34,4% quando considerado o quarteirão 31, dos quais 15% correspondendo a uma população que trabalhava dentro do sector analisado;
- uma média de habitantes por dependência situada nos 2,299;
- um índice médio de ocupação da ordem dos 10 m² de pavimento/ habitante, ainda que nos quarteirões 1, 2 e 3 o valor se situasse em pouco mais de 8 m²/ habitante;
- apenas 16,3% dos alojamentos possuíam água contra 73,3% sem água, números relativos aos quarteirões 1, 2, 3 e 4, subindo significativamente o grau de cobertura no quarteirão 31, no qual 36,8% dos alojamentos possuíam água, sendo 22,2% os casos em que esta situação não se verificava.
- a existência de um elevado número de pessoas de família por habitação, originando elevadas densidades, correspondendo a 2 985 habitantes/ha nos quarteirões da Freguesia de S. Nicolau e a cerca de 1520 habitantes/ha no quarteirão situado na Freguesia da Sé, para uma população total, considerando os quarteirões analisados, de 833 pessoas;

– uma deficiente insolação dos alojamentos, com 41,01% dos mesmos a nunca receberem sol, sendo de apenas 4,54% o número de habitações sujeitas a uma exposição solar de cerca de 4 horas diárias.

5.4.7 Plano de Melhoramentos (1956)

Aprovado em 20 de Maio de 1956, pelo Decreto-Lei nº 40 616, o plano de melhoramentos terá uma grande importância na estruturação da cidade bem como na experimentação de uma política de solos eficaz, que esteve na base da implantação dos bairros camarários para realojamento das famílias deslocadas da urbanização do Campo Alegre e das ‘ilhas⁽⁹⁾, permitindo a libertação de áreas centrais onde estas se localizavam. (Cardoso,1996)

Aliás, a sua elaboração destinou-se, essencialmente, a proceder à execução de uma política de habitações sociais, com vista à eliminação dessa forma tipológica característica do desenvolvimento industrial da cidade do Porto, tendo exercido uma enorme importância no processo de renovação urbana do Porto que decorreu nas décadas de 50 e 60.

A inversão desta filosofia de intervenção, baseada na libertação dos espaços centrais, ocorreu na década de 70 e coincidiu com o termo da execução do Plano de Melhoramentos.

5.4.8 O Plano Director da Cidade do Porto (1962)

O Plano Director de 1962 pôs fim a um longo período dominado pela procura de uma solução planificada para os problemas da cidade, que surgiram ao longo da primeira metade do séc. XX. (Tavares et al.,1994)

Elaborado pelo urbanista francês Robert Auzelle entre 1958 e 1962, tinha como principais objectivos a racionalização e hierarquização do tráfego, quer dentro da cidade quer do de atravessamento, através do estabelecimento de uma rede viária básica, a renovação e melhoramento das condições de salubridade do tecido urbano,

⁽⁹⁾ segundo Cardoso entre 15 a 20% da população da sua área central foram deslocadas para a periferia interior da cidade

quer nas áreas mais recentes, quer no seu núcleo histórico e a planificação do uso do solo, com a criação de novas zonas residenciais capazes de colmatar a crise de habitação, principalmente social, zonas industriais, zonas verdes e de lazer e de zonas de expansão .

Para a área do Barredo o plano propunha, com base na elaboração de um estudo parcial, a demolição de todos os seus quarteirões interiores, considerado a par das ‘ilhas’ como um dos bairros insalubres da cidade (com um índice 988 habitantes por hectare), ainda que o plano o englobasse, simultaneamente, na ‘zona de interesse histórico-arqueológico’ e na ‘área de protecção dos monumentos’.

Com esta medida o plano pretendia assegurar uma melhoria nas condições dos restantes edifícios, não demolidos, que seriam alvo de acções de restauro e conservação, ao mesmo tempo que previa a introdução de novas construções que pudessem ‘constituir elementos de interesse capazes de fomentar actividades ligadas à cultura e ao turismo, que progressivamente atraíam uma vida nova a esta zona’.

Paralelamente, seria ainda colmatado o hiato existente no alinhamento dos edifícios sobre a arcada da ribeira, com a integração de uma construção actual na paisagem urbana existente.

Segundo o plano director, a área da Sé seria também alvo de uma grande transformação da sua fisionomia, com a construção de um edifício de interesse público (um parque de estacionamento em pavimentos sobrepostos) a implantar numa cota ligeiramente inferior à Rua de D. Hugo – após a demolição de vários dos seus quarteirões na zona envolvente à Catedral, entre a Rua da Bainharia e a rua dos Canastreiros –, ligado ao Largo de S. Francisco pela abertura de um novo arruamento e à Praça da Ribeira por duas rampas helicoidais de sentido único.

Fica bem patente que a filosofia de intervenção do plano previliado as novas tendências de terciarização do centro e a criação de condições favoráveis à circulação automóvel em detrimento da resolução dos problemas de habitabilidade e de salubridade que estavam na origem do levantamento do problema.

5.4.9 O Relatório de 1964

Após a apresentação em 1962 do Plano Director da Cidade do Porto, é constituída uma comissão em Agosto do mesmo ano, com o intuito de ‘estudar as bases a que deverão subordinar-se os trabalhos de valorização das zonas antigas da cidade’, tendo ficado estabelecido desde logo que os trabalhos deveriam ser iniciados pela área da Ribeira e do Barredo.

O relatório apresentado em 1964 considerava a sobreocupação o principal problema do Barredo e a sua resolução o principal argumento para o êxito da campanha a levar a cabo pela autarquia, pelo que teria que ‘ser traduzida em documento com força de Lei’.

Esta legislação limitar-se-ia contudo a não permitir qualquer alteração da realidade levantada pelo relatório, ‘sem que a câmara intervenha a indicar as medidas de salubridade a adoptar’, assumindo como facto consumado a precariedade provocada pela sobreocupação, pelo que a solução apontada no relatório se reveste de alguma passividade e falta de capacidade de resolução do problema de forma global.

5.4.10 Estudo de Renovação do Barredo (1969)

Desde 1949 que se vinham desenvolvendo vários estudos e propostas específicas para a área da Ribeira-Barredo.

A intervenção camarária com vista à resolução dos problemas das habitações insalubres, continuava contudo a cingir-se ao problema das ‘ilhas’, através da prorrogação do Decreto-Lei nº 40 616, de 28 de Maio de 1956, pelo Decreto-Lei nº 47 443, de 30 de Dezembro de 1966.

Com o objectivo de alargar a sua actuação a outros bairros considerados insalubres, e igualmente contemplados em termos legislativos desde 1956, no referido Decreto-Lei, foi elaborado na Direcção de Serviços de Habitação- Repartição de Construção de Casas, da Câmara Municipal do Porto, sob orientação e coordenação do arqto Fernando Távora, um estudo com o propósito de definir as bases em que a acção municipal poderia ser exercida de forma mais ampla em todos os sectores da cidade que apresentem condições deficientes de habitação e não apenas nos sectores das ‘ilhas’.

Contrariamente às propostas e estudos anteriormente elaborados por iniciativa camarária e que constituem um planeamento geral e abstracto da cidade, o estudo de renovação urbana encerra pela primeira vez preocupações sociais, surgindo com o objectivo claro de responder às necessidades das populações.

O critério de renovação adoptado é mais amplo do que os critérios estabelecidos nos planos e actuações que o antecederam, defendendo uma renovação urbana com base na preservação global e crítica, visando a conservação da quase totalidade do tecido medieval e reconhecendo como fundamental a participação directa da população, no trabalho a desenvolver.

Partindo da análise de um caso concreto – o Barredo como sector-piloto e dois dos seus quarteirões interiores, como quarteirões de amostragem – e utilizando a experiência adquirida, a proposta aponta pela primeira vez em estudos efectuados sobre a zona ou englobando-a, não para a sua demolição por questões de salubridade mas antes para a sua renovação, não sem antes elaborar o diagnóstico da área, encarando o problema dos realojamentos com grande realismo, atendendo aos direitos e às necessidades da sua população.

Nesta perspectiva, o estudo previa a necessidade de proceder ao realojamento fora do sector de cerca de 37% da população, como a única forma de proceder face à inevitável descompressão populacional da mesma, diminuindo os elevadíssimos índices de ocupação para níveis mais comportáveis e humanos, e à reduzida capacidade da zona de receber novas construções.

Esta limitação prende-se com a inexistência de outros espaços livres na área para além dos terrenos vazios da Lada, os quais, segundo o estudo, apenas poderiam comportar cerca de 88 ocupantes após a sua edificação, defendendo ainda que estes não deveriam ser entregues a título definitivo, mas antes funcionar como habitação volante para realojamento temporário dos habitantes de prédios sujeitos à execução de obras profundas que implicassem o seu esvaziamento.

Propunha-se ainda no estudo, que a população a sair do Barredo fosse necessariamente constituída predominantemente pela designada população afluenta⁽¹⁰⁾, dando prioridade de permanência aos mais radicados na zona, aos mais idosos e a todos aqueles cuja profissão estivesse mais intimamente ligada ao próprio

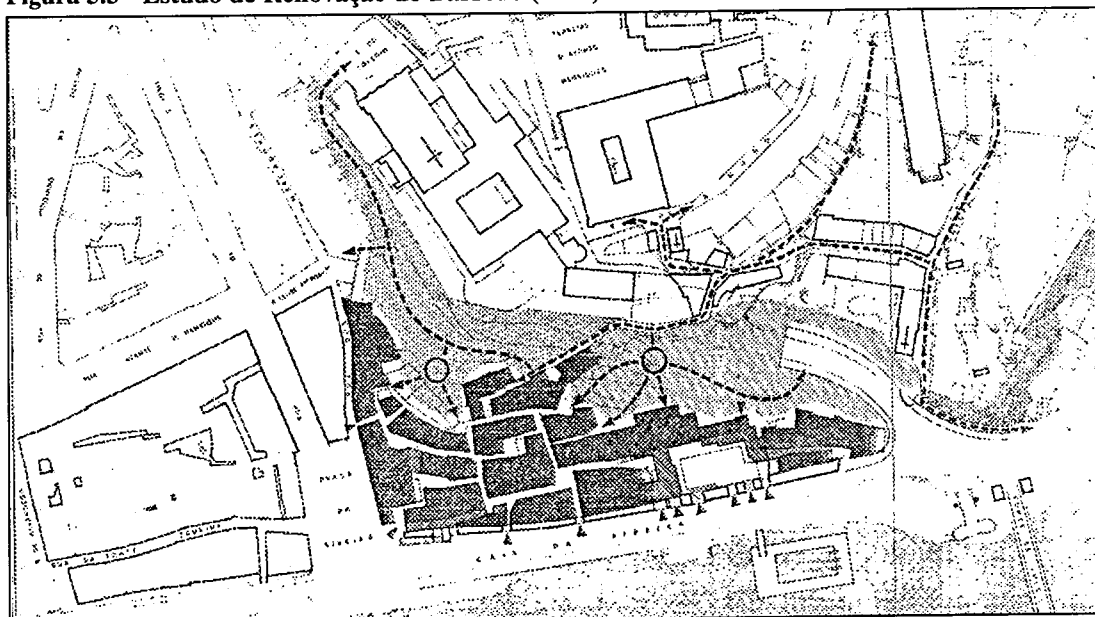
⁽¹⁰⁾ denominação atribuída à população não natural do Barredo e que apenas permanecia na zona por incapacidade de encontrar alternativa noutra parte da cidade

local, ainda que na perspectiva do autor do estudo esta acção de deslocamento da população residente devesse ser efectuada de forma espontânea e de acordo com a vontade dos ocupantes.

Esta visão era suportada por uma abordagem da situação efectuada sob a forma de inquérito directo aos habitantes do Barredo, no sentido de aferir da sua disponibilidade e predisposição para habitar noutra zona da cidade.

Os números recolhidos nos quarteirões de amostragem seleccionados apontavam para a saída voluntária de cerca de 26,5% dos moradores contra 50% que o não desejavam de forma alguma. Os restantes 32,5% colocavam a hipótese de saírem, mas somente de forma condicionada.

Figura 5.3 - Estudo de Renovação do Barredo (1969)



O estudo abordava ainda o problema da falta de espaços verdes e a inexistência ou insuficiência de equipamentos colectivos e de carácter social.

Os custos globais previstos para a execução do estudo eram estimados em cerca de 43 000 contos, dos quais 35 600 contos, cerca de 83%, seriam aplicados em habitações – remodelação, beneficiação, reconstrução e construção de prédios no sector, bem como na construção de prédios fora do sector –, 5 600 contos na edificação do novo Centro Social e os restantes 1 800 contos em diversas obras de urbanização, contemplando desde a beneficiação de infra-estruturas e de arruamentos ao arranjo de espaços públicos e respectiva arborização.

Consequentemente, o estudo avançava ainda com o objectivo de proceder à substituição do Decreto-Lei nº 40 616, pela apresentação de uma proposta de diploma legal expressamente elaborado para o efeito, de modo a adequá-lo à nova filosofia de intervenção proposta – ‘continuar -inovando, num movimento constante de modificações para melhores condições, mas respeitando os valores positivos que porventura possam existir e que não deverão portanto ser destruídos’ pelo que ‘é preciso saber ver para além das ruínas’ (físicas e humanas).

Esta concepção de intervenção urbanística articulava a necessidade de melhoria das condições sociais e humanas das populações e não apenas das suas condições habitacionais, pelo que o envolvimento da população, principalmente no que diz respeito ao realojamento – definitivo ou temporário – era fundamental, com a revitalização do património edificado, conservando-se ‘o carácter dos edifícios existentes’, cujos trabalhos ‘não devem ser conduzidos dentro da orientação purista do restauro’ e integrando as novas construções a edificar nos ‘múltiplos condicionamentos locais e em todo o espírito que preside ao critério de renovação’, ainda que ‘utilizando uma linguagem arquitectónica do nosso tempo’.

O alargamento da operação de renovação pelo menos a toda a área ribeirinha – Barredo e Fonte Taurina – era encarado como fundamental, dadas as íntimas relações das duas zonas e a similitude de situações de elevada degradação humana e habitacional, defendendo-se no estudo que a sua abordagem deveria constituir uma única operação.

6. A Operação de Renovação Urbana da Ribeira-Barredo

6.1 Enquadramento

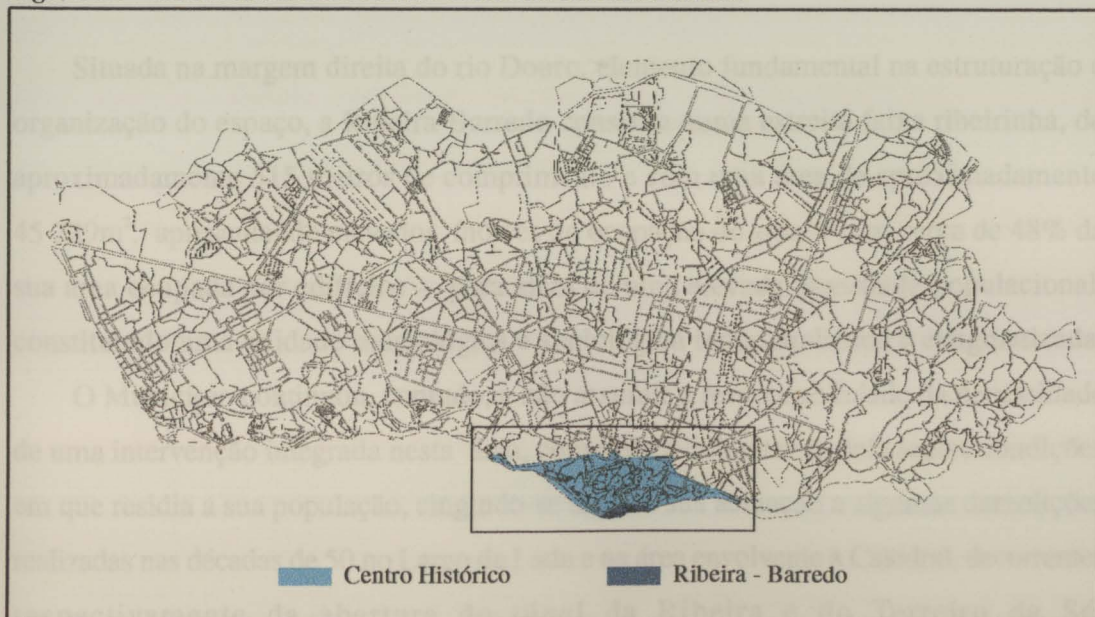
6.1.1 Introdução

Ainda que constituindo a forma de alojamento predominante no processo de industrialização da cidade, as “ilhas” não eram a única forma de habitação insalubre na cidade do Porto, sendo possível encontrar outras zonas degradadas com características semelhantes, de que é exemplo a área ribeirinha da cidade, principalmente na zona circunscrita aos seus cais – o Cais da Ribeira e o Cais da Estiva –, englobando desde a Fonte Taurina e o Largo do Infante ao Barredo, nas imediações da ponte de D.Luis.

Esta área, genericamente designada por Ribeira-Barredo originou a denominação posteriormente adoptada para nomear a respectiva operação de renovação.

Na realidade, a zona da Ribeira-Barredo (assim designada em sentido lato) era bem expressiva das condições desumanas em que vivia uma parte significativa da sua população, situação com graves repercussões sociais, resultantes da sua degradação física e humana.

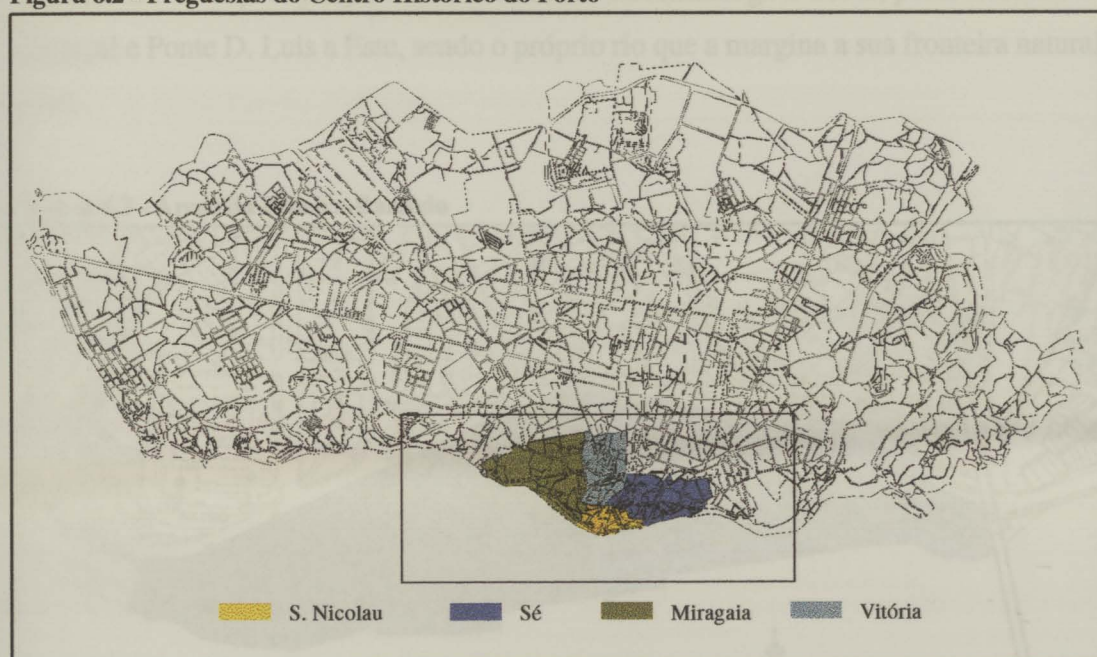
Figura 6.1 - Centro Histórico do Porto e Área da Ribeira Barredo



Esta situação viria contudo a conhecer novos contornos a partir de meados da década de 70 com a criação de um organismo autónomo, ainda que funcionando na dependência directa do Governo, com a incumbência de empreender os trabalhos de renovação da referida zona.

Esta seria posteriormente alargada às restantes freguesias do centro histórico.

Figura 6.2 - Freguesias do Centro Histórico do Porto



Situada na margem direita do rio Douro, elemento fundamental na estruturação e organização do espaço, a Ribeira-Barredo consistia numa estreita faixa ribeirinha, de aproximadamente 515 metros de comprimento e com uma área de aproximadamente 45 229m², apresentando elevados índices de ocupação do solo – com cerca de 48% da sua área ocupada por edifícios –, para além de uma elevada densidade populacional, constituindo uma unidade morfológica e sociológica individualizada e estigmatizada.

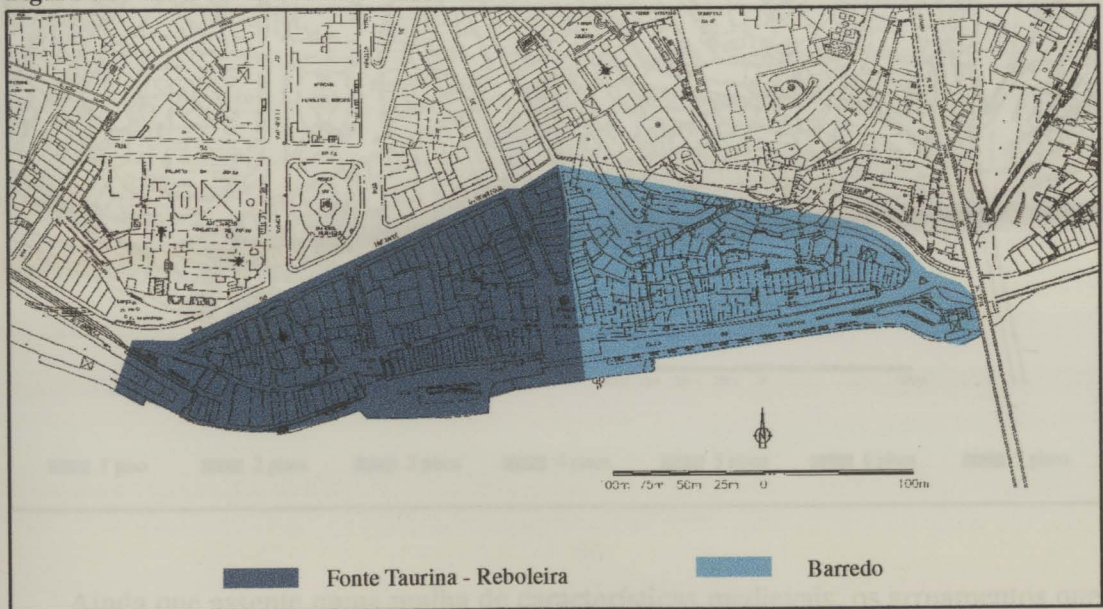
O Município continuou, contudo, a não assumir a responsabilidade da necessidade de uma intervenção integrada nesta área, com vista a colmatar as deficientes condições em que residia a sua população, cingindo-se então a sua actuação a algumas demolições realizadas nas décadas de 50 no Largo da Lada e na área envolvente à Catedral, decorrentes respectivamente da abertura do túnel da Ribeira e do Terreiro da Sé.

6.1.2 Caracterização da Zona da Ribeira-Barredo

Em 1974 a área da Ribeira-Barredo apresentava juntamente com a Sé os maiores índices de degradação e sobreocupação do país, com índices médios de ocupação na ordem dos $2,5 \text{ m}^2/\text{habitante}$, descendo este número em alguns casos para valores inferiores a $1 \text{ m}^2/\text{habitante}$.⁽¹¹⁾

Pertencente à Freguesia de S. Nicolau, a zona é delimitada pela Rua do Infante no seu lado a Norte, pela junção desta com a Rua da Alfândega a Oeste, pelas Escadas do Codeçal e Ponte D. Luis a Este, sendo o próprio rio que a margina a sua fronteira natural, a sul.

Figura 6.3 - Áreas da Ribeira-Barredo



Dentro desta delimitação a área é subdividida em duas zonas distintas, articuladas pela Praça da Ribeira, com características específicas, não apenas a nível urbanístico mas sobretudo sociológico:

- a zona da Fonte Taurina-Reboleira, situa-se a oeste da referida Praça e corresponde a uma área de aproximadamente $30\,629 \text{ m}^2$.

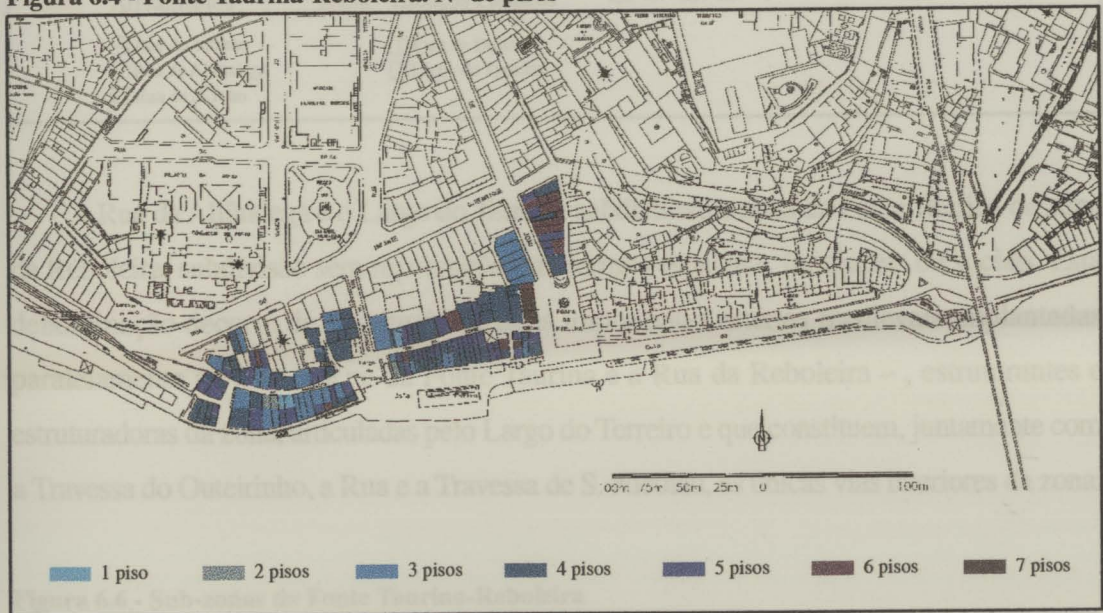
⁽¹¹⁾ O regulamento geral das edificações urbanas estipula um mínimo de $8 \text{ m}^2/\text{habitante}$

Estende-se por uma área de relevo relativamente suave na sua parte mais poente, assumindo este algum significado no seu extremo nascente.

Caracteriza-se pelas grandes dimensões da generalidade dos seus edifícios, com uma altura variável entre os 2 e os 5 andares, ainda que alguns cheguem mesmo a atingir os 7 pisos, e orientados perpendicularmente ao curso do rio.

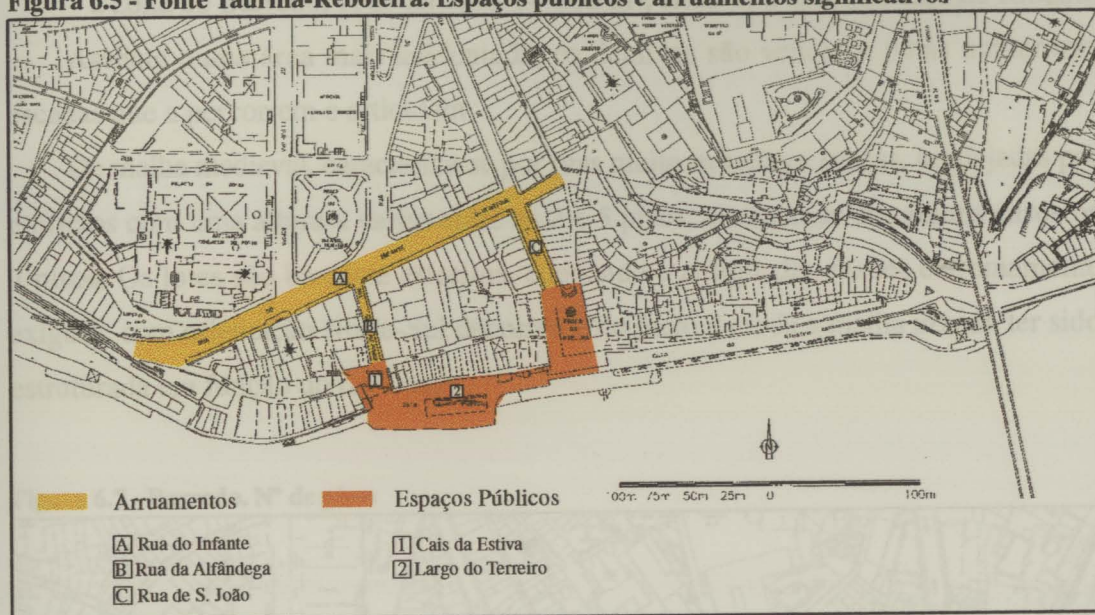
Com a desactivação dos armazéns nos anos 60, verifica-se uma enorme afluência à zona de pessoas provenientes, na sua maioria, da região envolvente à cidade.

Figura 6.4 - Fonte Taurina-Reboleira. N° de pisos



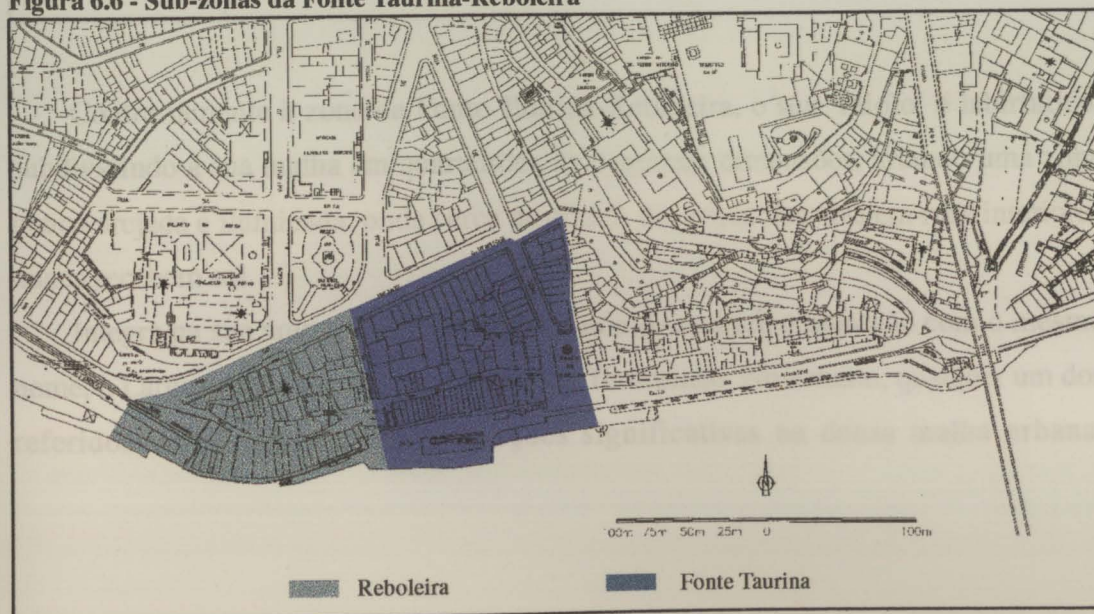
Ainda que assente numa malha de características medievais, os arruamentos que a bordejam – as Ruas do Infante, da Alfândega e de S. João – são de intervenção mais tardia, assumindo por esse motivo dimensões mais amplas. Integra na sua área o Cais da Estiva e o Largo do Terreiro, espaços livres de expressão relevante, quer em termos de dimensão quer ainda em termos de significado, na malha urbana e na vivência diária dos seus habitantes.

Figura 6.5 - Fonte Taurina-Reboleira. Espaços públicos e arruamentos significativos



A Rua da Alfândega e o Largo do Terreiro subdividem a zona da Fonte Taurina da zona da Reboleira, subdivisão sem repercções em termos espaciais, funcionais ou sociais. Esta denominação decorre da existência de duas importantes artérias medievais implantadas paralelamente ao rio – a Rua da Fonte Taurina e a Rua da Reboleira – , estruturantes e estruturadoras da zona, articuladas pelo Largo do Terreiro e que constituem, juntamente com a Travessa do Outeirinho, a Rua e a Travessa de S. Nicolau, as únicas vias interiores da zona;

Figura 6.6 - Sub-zonas da Fonte Taurina-Reboleira

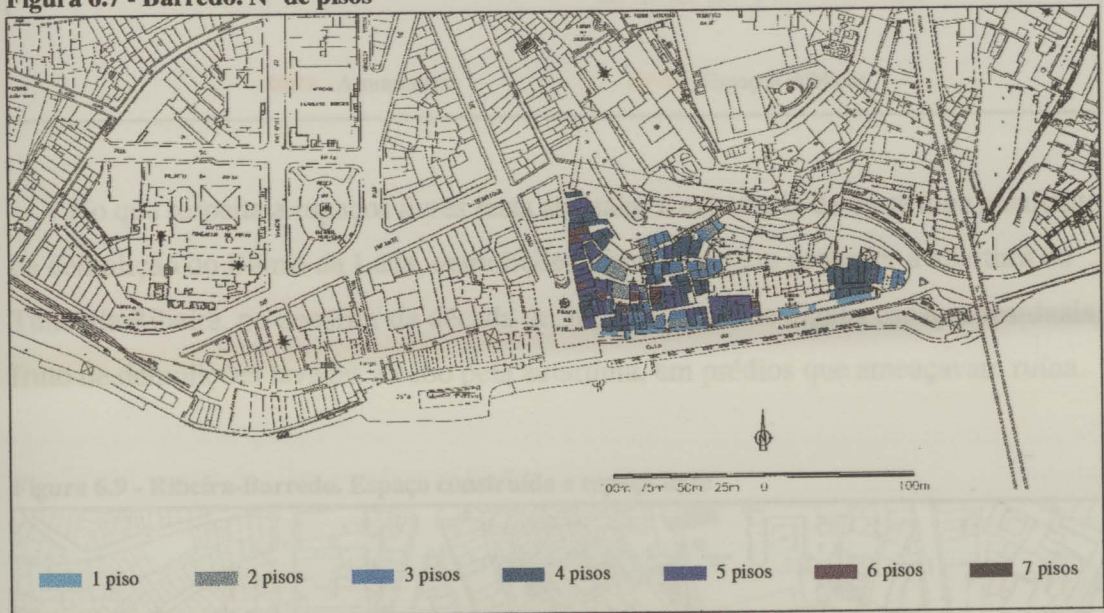


– a zona do Barredo, com cerca de 14 600 m², situa-se a este da Praça da Ribeira.

Assente numa área mais acidentada, os declives são vencidos pelas numerosas escadas que a percorrem e articulam.

De malha medieval, caracteriza-se por ruas muito estreitas e longas, bordejadas por edifícios com uma altura a variar entre os 2 e 5 pisos, alcançando em alguns casos os 7 pisos. Os lotes são bastante estreitos, chegando a atingir dimensões extremamente exíguas, com orientação Norte-Sul decorrente do facto de toda a malha urbana ter sido estruturada em função do rio Douro.

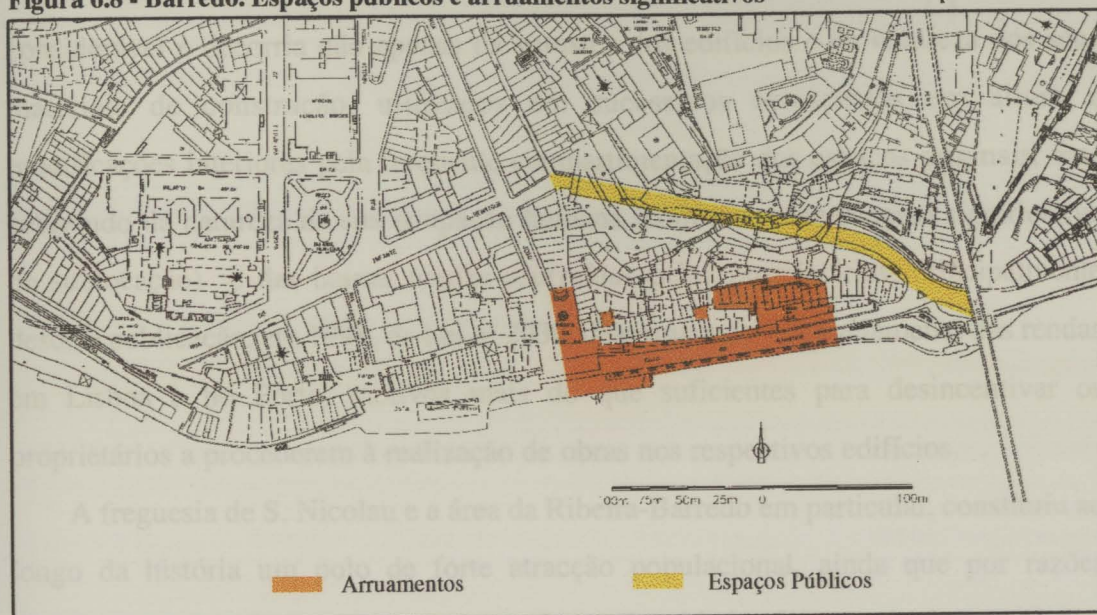
Figura 6.7 - Barredo. N.º de pisos



Contrariamente à zona da Fonte Taurina-Reboleira, o seu 'miolo' é labiríntico, subdividindo a sua malha em quarteirões de pequenas dimensões, criando uma zona pouco arejada e iluminada, onde cerca de 40,9% das casas situadas em ruas interiores nunca recebem sol.

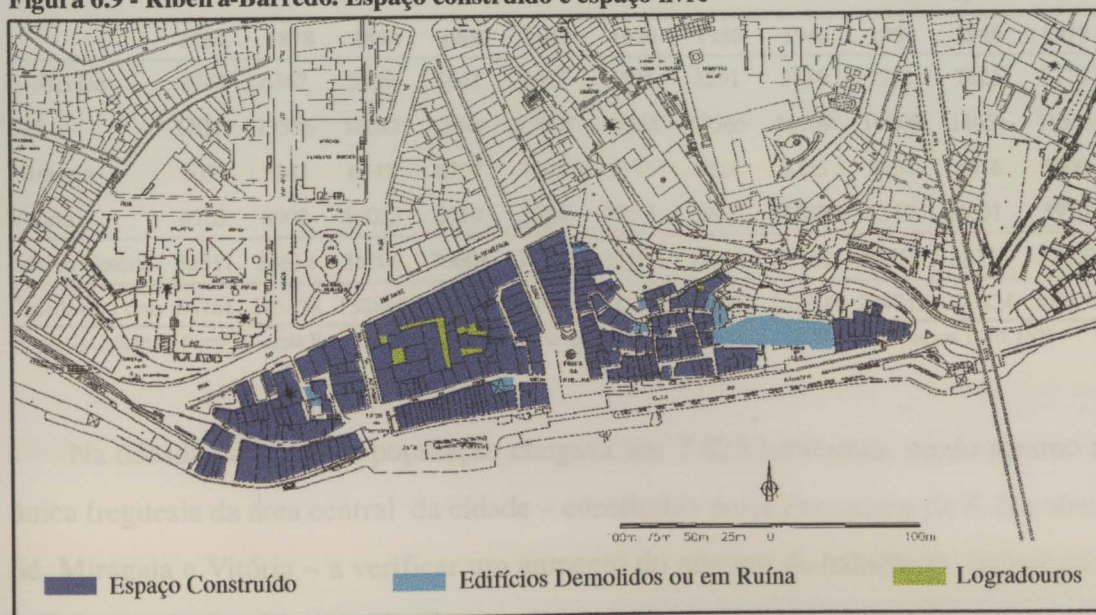
Integra na sua área o Cais da Ribeira, onde se localiza o mercado com o mesmo nome, o Largo dos Canasteiros e o Largo do Terreirinho. No entanto, qualquer um dos referidos largos não assume proporções significativas na densa malha urbana.

Figura 6.8 - Barredo. Espaços públicos e arruamentos significativos



No que respeita a espaços livres resta assinalar a existência da vasta área resultante da demolição do Bairro da Lada, demolições efectuadas para proceder à abertura do Túnel da Ribeira, no decorrer da década de 50, bem como de alguns espaços residuais, fruto de demolições levadas a cabo pela autarquia, em prédios que ameaçavam ruína.

Figura 6.9 - Ribeira-Barredo. Espaço construído e espaço livre



O estado de degradação do parque habitacional da Ribeira-Barredo era pois considerável e decorria não apenas da vetustez dos edifícios e da natureza dos seus materiais de construção, utilizados em sucessivos acrescentos em altura e modificações interiores pela frequente compartimentação dos espaços originais, mas sobretudo da natureza da sua ocupação humana (com uma percentagem significativa de sublocação) e das baixas rendas usufruídas pelos proprietários, principalmente desde a publicação, em 1948, da Lei nº 2030, determinando o congelamento das rendas em Lisboa e no Porto, motivos mais do que suficientes para desincentivar os proprietários a procederem à realização de obras nos respectivos edifícios.

A freguesia de S. Nicolau e a área da Ribeira-Barredo em particular, constituiu ao longo da história um polo de forte atracção populacional, ainda que por razões diversas, caracterizando-se por uma forte densidade de população residente, principalmente depois da saída das classe burguesas e mercantis daí originárias.

Apartir dos anos quarenta, a população da freguesia verifica um aumento significativo, da ordem dos 24,5%, permanecendo relativamente estabilizada nas décadas que se lhe seguiram.

Quadro 6.1 - Dinâmica Demográfica no Centro Histórico (1864-1970)

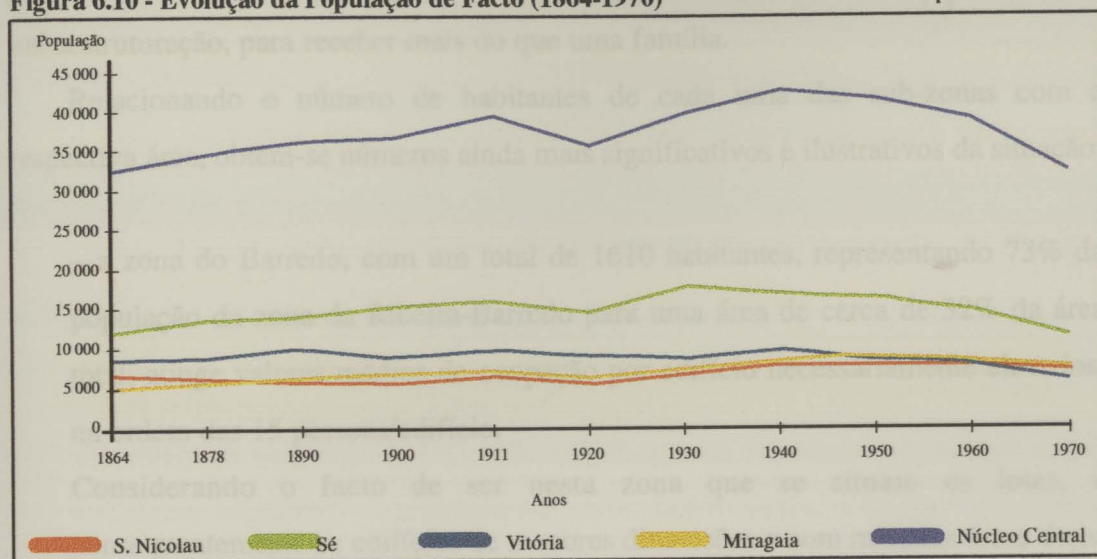
(habitantes)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970
S. Nicolau	6708	6367	5689	5641	6402	5505	6291	7830	7711	7825	7175
Sé	12041	13596	14047	15341	15865	14565	17565	16769	16205	14651	11555
Miragaia	5059	5743	6445	6707	7159	6373	7116	8365	8924	8316	7500
Vitória	8703	8908	10025	8919	9866	9075	8669	9588	8519	8001	5970
Núcleo Central	32511	34614	36206	36608	39292	35518	39641	42552	41359	38793	32200
Cidade do Porto	86761	105838	138860	167955	194009	203091	232280	262309	284842	303424	301655

Fontes: A Cidade do Porto. Súmula Estatística (1864-1968), Série Estatísticas Regionais n.2, INE 1971 e Censos 1970, INE

Na década de 60 a sua população chegava aos 7 825 habitantes, sendo mesmo a única freguesia da área central da cidade – constituída pelas Freguesias de S. Nicolau, Sé, Miragaia e Vitória – a verificar um aumento do número de habitantes, reflectindo a dinâmica demográfica verificada nesta área ribeirinha.

Figura 6.10 - Evolução da População de Facto (1864-1970)



De facto, na Ribeira-Barredo verificou-se um crescimento permanente na população, crescimento esse particularmente significativo durante toda a década de sessenta e inícios de setenta.

Com uma população residente em 1960, estimada em cerca de 2209 habitantes – 1610 no Barredo e 599 na Fonte Taurina-Reboleira –, o que representa cerca de 28% da população da freguesia de S. Nicolau, esta zona ribeirinha apresentava uma densidade populacional bastante significativa – com cerca de 48 840 habitantes/Km² –, tendo presente não apenas a densidade média das freguesias do núcleo central (onde se inclui a de S. Nicolau) – com aproximadamente 26 035 habitantes/Km² – como também da própria cidade – contando apenas 7 283 habitantes/Km².

A situação era no entanto relativamente diversa no que se refere a cada uma das sub-áreas em particular, sendo a densidade na Fonte Taurina-Reboleira significativamente mais baixa, com cerca de 18.251 hab/Km², do que a verificada no Barredo, com 110.274 hab/Km² e mesmo do que a densidade populacional do núcleo central.

Os índices médios de ocupação dos edifícios sofreram alterações igualmente significativas, passando a alojar cerca de 9,12 pessoas por edifício, situação tão mais premente quando se tem presente que a grande maioria das construções existentes para proceder ao seu alojamento – num total de 242 edificações – não se encontravam

preparadas no que diz respeito às condições mínimas exigíveis de habitabilidade e de infraestruturação, para receber mais do que uma família.

Relacionando o número de habitantes de cada uma das sub-zonas com a respectiva área, obtêm-se números ainda mais significativos e ilustrativos da situação:

– a zona do Barredo, com um total de 1610 habitantes, representando 73% da população da zona da Ribeira-Barredo para uma área de cerca de 32% da área total, atinge valores médios de ocupação por edifício necessariamente elevados, na ordem das 15 pessoas/edifício.

Considerando o facto de ser nesta zona que se situam os lotes, e conseqüentemente os edifícios de menores dimensões e com menores áreas úteis, o índice de ocupação atinge valores substancialmente mais expressivos.

– a zona da Fonte Taurina-Reboleira, com uma população residente na ordem das 599 pessoas, representando 27% da população da zona da Ribeira-Barredo para uma área de 68% da área total, o valor médio de ocupação desce para as 4,1 pessoas/edifício, o que poderia significar, comparando com o valor médio da dimensão dos agregados familiares –3,9 indivíduos/ família –, que a situação não seria tão calamitosa quanto a observada no conjunto da área.

É contudo um dado relevante o facto de à data alguns dos edifícios referidos desempenharem como função exclusiva a armazenagem de produtos e mercadorias, sendo estes os de maiores dimensões, baixando deste modo a área habitacional disponível, pelo que este valor não poderá ser encarado senão como um valor indicativo.

Por este facto, a média de ocupação dos referidos edifícios no conjunto da área da Ribeira-Barredo, situava-se na ordem das 2,3 famílias/edifício, resultante da ocupação das casas tornadas devolutas, pelas classes mais abastadas por uma população que aí afluía incessantemente.

Conviviam deste modo numa mesma área duas populações de características e origens distintas:

– uma população enraizada, natural da freguesia ou nela residente à vários anos, maioritariamente instalada na zona do Barredo, constituindo aproximadamente metade da sua população e correspondendo a cerca de 43,7% da população da Ribeira-Barredo;

– uma população volante, de permanência instável, curta e casual, localizada principalmente na zona da Fonte Taurina-Reboleira, representando os indivíduos residentes originários da freguesia em que se insere a zona em questão apenas um quarto da sua população.

No que respeita ao local de origem da população, e segundo um inquérito elaborado por Silveirinha (Silveirinha, 1963) referente à totalidade das famílias da zona da Ribeira-Barredo, num total de 2 209 indivíduos, constata-se que:

– das pessoas com menos de 20 anos, 62,2% são naturais da freguesia; 22,9% são naturais do Porto; 5,6% são provenientes do Distrito do Porto e 9,1% de origem mais afastada ou sem indicação;

– dos maiores de 20 anos, apenas 31% são naturais da freguesia; 23,5% são naturais do Porto; 18,8% são provenientes do distrito e 26,6% de origem mais afastada ou sem indicação.

Estas percentagens relativas ao local de origem dos residentes tornam evidente a fraca mobilidade dos jovens por oposição à facilidade de deslocamento patenteada pelos adultos, atraídos para esta zona muitas vezes pela existência de parentes ou amigos já instalados na área, que os acolhem nos exíguos alojamentos que habitam.

As consequências mais visíveis da insustentabilidade desta situação são não apenas de carácter físico, com a degradação do parque habitacional, decorrente da sobreocupação dos edifícios, mas sobretudo social, por ausência das condições mínimas necessárias à manutenção da dignidade humana.

E esta última será talvez a consequência mais grave, coabitando por vezes numa só divisão (ou parte dela) pais e filhos, irmãos e irmãs ou até mesmo várias famílias, resultado da afluência de largas camadas de população rural, para a qual a Ribeira-Barredo constituía a única hipótese de permanência, na ausência de uma política habitacional camarária eficaz, sujeitando-se, não raras vezes, famílias inteiras ao confinamento a uma única divisão, sem o mínimo de condições ou de infraestruturas.

Estudos demográficos efectuados sobre a zona e realizados em 1963⁽¹²⁾, referem que 50,98% das famílias viviam num só compartimento e que 83,17% das que residiam em quartos interiores apenas dispunham de uma cama (Silveirinha, 1963).

Apesar de a área estar servida por iluminação pública, serviços de limpeza, rede de abastecimento de água, de energia eléctrica, de saneamento e de drenagem de águas pluviais, o nível de eficiência e de serviço era baixo, não tendo acompanhado, de um modo proporcional, o desenvolvimento demográfico da zona.

Segundo Souza, verifica-se ainda que de uma população com cerca de 2209 pessoas constituídas em cerca de 557 agregados familiares (Souza, 1968):

- 53,77% dos indivíduos não possuía cozinha
- apenas 30% possuíam instalações sanitárias próprias
- aproximadamente 28% das famílias compartilhavam as instalações sanitárias com outros agregados familiares
- cerca de 4,2% das famílias compartilhava as instalações sanitárias com mais 22 agregados
- 76,8% das instalações sanitárias não possuíam água
- 33% das famílias tinham água no alojamento
- 22,5% das famílias possuíam água no andar
- apenas 14,82% das famílias tinham água apenas no edifício
- 29,64% dos agregados familiares não possuíam água

⁽¹²⁾ Estudos realizados por alunas do Instituto Superior de Serviços Sociais.

As características da habitação (casas ou andares; quartos ou parte de divisões; nº de divisões;...) assumiam-se, igualmente, como um aspecto fundamental na caracterização da estrutura social da zona, conotando e/ou condicionando os seus moradores a vários níveis:

- no grau de enraizamento à zona, sendo que
 - 64,5% das famílias em que os dois membros do casal eram naturais da freguesia, habitavam prédios ou andares;
 - 95% das famílias em que os dois membros do casal eram naturais de outras freguesias, residiam em quartos;
- na actividade profissional, verificando-se que
 - nos quartos e albergarias as profissões masculinas eram de carácter ocasional e sem qualquer tipo de especialização, sendo pago à semana, ao dia ou mesmo à tarefa;
 - nas casas e andares com um número de compartimentos entre 2 e 4, predominavam os trabalhadores do rio, seguindo-se os operários e comerciantes, ainda que em menor número;
 - nas casas e andares com mais de 5 compartimentos predominavam os comerciantes;
- no nível de instrução, constatando-se que
 - nas casas e andares, 18,9% dos moradores eram analfabetos, quando o ‘chefe de família’ pertencia ao sexo masculino, subindo para 57% quando este era do sexo feminino;
 - nos quartos, 27,6% dos moradores eram analfabetos, quando o ‘chefe de família’ pertencia ao sexo masculino, subindo para 81,4% quando era do sexo feminino;

- no *estado de saúde*, sendo que
 - nas casas e andares 40,2% dos moradores permaneciam saudáveis;
 - nos quartos 85,2% tinham problemas de saúde, predominando os casos de tuberculose pulmonar.

As discrepâncias dos números observados anteriormente esbatem-se, quando se considera para análise o local onde os ‘chefes de família’ dispõem os seus tempos livres, concluindo-se que a percentagem de permanência em casa se situa nuns escassos 19%, dos quais:

- 10% dos ‘chefes de família’ moravam em andares ou casas;
- 9% dos ‘chefes de família’ habitam em quartos.

Face ao elevado grau de insatisfação, que transpira destes números, motivado pelas decadentes condições habitacionais em que se encontrava esta população, a rua assumia um papel de vital importância na vivência diária dos habitantes da zona, transformando-se no espaço de permanência e fruição por excelência, para grande parte da população local, sendo o rio o seu prolongamento natural, condicionando de forma notória o seu modo de vida e as relações de vizinhança.

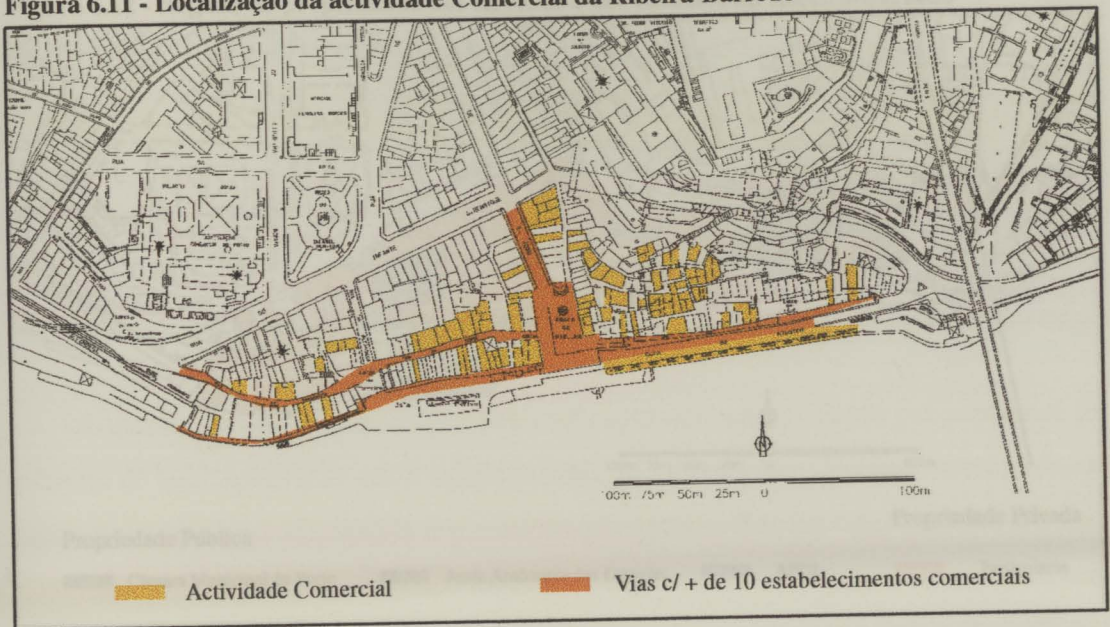
Em termos sócio-económicos, a estrutura profissional masculina da zona revestia-se de primordial importância, pela existência de uma percentagem significativa (cerca de 43%) de pessoas com profissões de actividade instável e de rendimento incerto.

Nestas incluíam-se as profissões do rio (com um total de 389 homens), da construção civil (com cerca de 167 indivíduos) e dos carrejões de terra (com 108 efectivos). A percentagem mais elevada pertencia aos empregados, com 289 homens.

Na estrutura profissional feminina destacava-se a profissão de mulher a dias, seguindo-se as vendedeiras e as carrejonas, ocupações igualmente não especializadas e de remuneração incerta (Ribeiro, 1963).

Em termos comerciais, predominava o pequeno comércio, com 32 estabelecimentos em funcionamento, número suficiente para suprir as necessidades diárias dos habitantes da zona pela grande variedade de oferta, destacando-se o Mercado da Ribeira (mercado de levante).

Figura 6.11 - Localização da actividade Comercial da Ribeira-Barredo



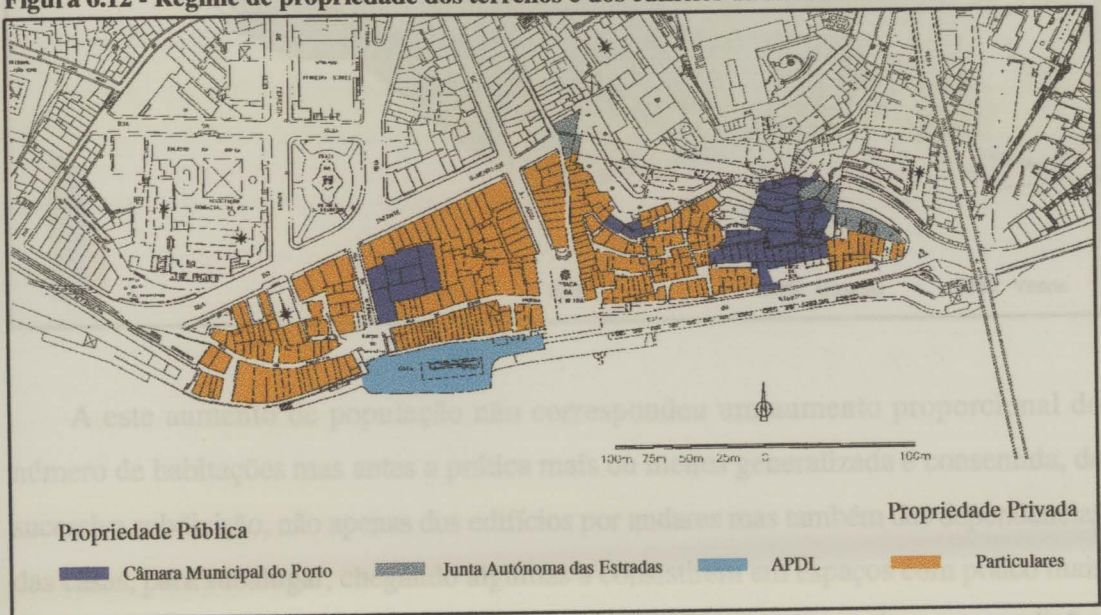
O nível de instrução da população era bastante baixo (Silveirinha, 1963), contrastando o elevado número de analfabetos (33,74% das 1366 pessoas com mais de 14 anos) com a inexistência de licenciados, verificando-se que apenas um indivíduo possuía frequência universitária.

Dos restantes, 9% sabiam ler, 5,2% ler e escrever, 7,6% apenas possuíam a 3ª classe e 27,2% a 4ª classe.

É ainda de salientar o espírito associativista da população quer do Barredo quer da Fonte Taurina-Reboleira, patente na existência de várias Associações na zona, bem como a inexistência de equipamentos (os poucos que existiam localizam-se para além dos limites físicos da área), a escassez de espaços livres (os existentes resultavam das demolições efectuadas nos anos 50 ou constituíam os escassos logradouros existentes pela densa ocupação dos lotes) e a inexistência de um único jardim ou árvore na área (existindo apenas o Jardim do Infante, nas imediações).

No que respeita ao regime de propriedade a quase totalidade dos terrenos e edifícios eram de particulares, dispersos por vários senhorios, sendo a APDL, a Junta Autónoma das Estradas e a Câmara pequenos proprietários, possuindo apenas alguns terrenos e/ou edificações.

Figura 6.12 - Regime de propriedade dos terrenos e dos edifícios da Ribeira-Barredo

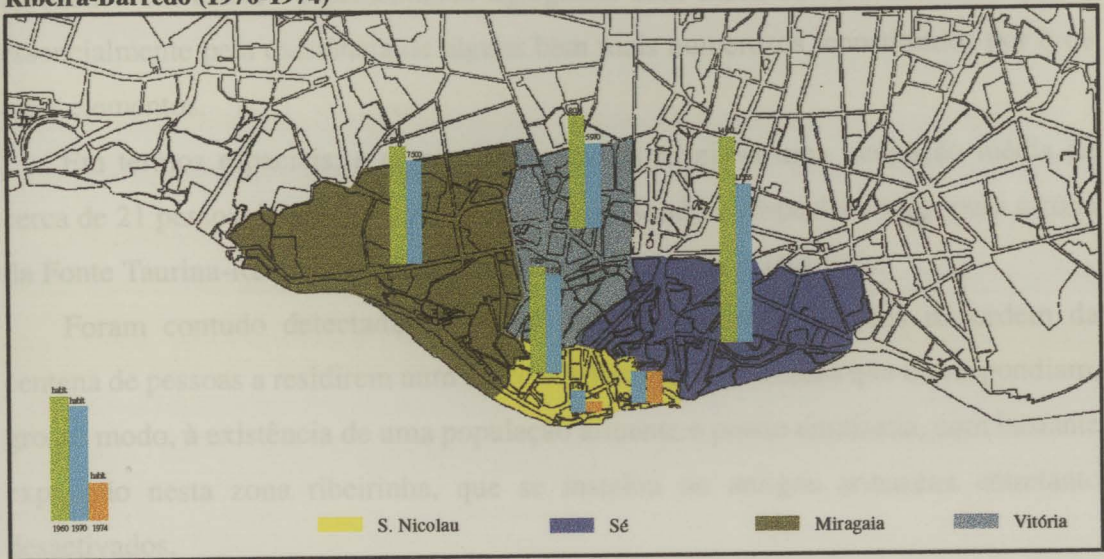


A situação agravou-se nos anos 70 com a progressiva desafecção dos armazéns, consequência directa da desactivação da Alfândega, da construção do Porto de Mar em Leixões e do aparecimento das novas infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, alterações funcionais de relevo que retiraram a importância ao seu cais, perdendo a zona o fulgor mercantil de outrora.

A libertação funcional destas estruturas permitiu a sua ocupação progressiva, não raras vezes em regime de subaluguer ou albergaria (principalmente nos antigos armazéns), passando a residir nesta área, nos inícios dos anos setenta, mais de metade da população da freguesia, num total de 3712 habitantes – 2255 no Barredo e 1457 na Fonte Taurina-Reboleira.

Consequentemente, a densidade populacional, que era já bastante relevante nesta zona na década de sessenta, aumentou de modo descomunal para valores na ordem dos 82 071 habitantes/Km².

Figura 6.13 - Dinâmica Demográfica nas freguesias do centro histórico (1960-1970) e por sector da Ribeira-Barredo (1970-1974)



A este aumento de população não correspondeu um aumento proporcional do número de habitações mas antes a prática mais ou menos generalizada e consentida, da sucessiva subdivisão, não apenas dos edifícios por andares mas também das dependências das casas, para subalugar, chegando algumas a consistirem em espaços com pouco mais de 1,5m², elevando os já alarmantes índices de ocupação registados na área e as condições de habitabilidade para níveis verdadeiramente inoportáveis.

Com a generalização desta prática, a tipologia interna dos edifícios, originalmente unifamiliares e com exploração pelos próprios de comércio ou de actividade artesanal no piso térreo, foi profundamente alterada e mesmo descaracterizada, passando estes a alojar, simultaneamente, diversas famílias ou indivíduos, frequentemente também ao nível do rés-do-chão.

Associada à alteração funcional e ocupacional dos edifícios surgiram transformações morfológicas, alterações essas inerentes à necessária adequação e adaptação às novas solicitações de ligação e relação interior/externo, com inevitáveis implicações na imagem e vivência urbanas, à semelhança do que já se havia verificado no século XIX, com o seu crescimento em altura.

Os índices de ocupação por edifício sofreram necessariamente um incremento inoportável, subindo o valor médio da zona para cerca de 3 agregados familiares/edifício.

Este valor é tanto mais expressivo quando analisado à luz da dimensão média dos agregados em causa - representando agregados com cerca de 4,1 elementos -, mas essencialmente pela existência de alguns bem mais numerosos, constituídos por 8 ou mais elementos.

Em termos espaciais, a crueza dos números revelava uma ocupação média de cerca de 21 pessoas/edifício na zona do Barredo, sendo o respectivo valor para a zona da Fonte Taurina-Reboleira de aproximadamente 11 pessoas/edifício.

Foram contudo detectadas situações específicas, de ocupações na ordem da centena de pessoas a residirem num único edifício, situações essas que correspondiam, grosso modo, à existência de uma população afluyente e pouco enraizada, com bastante expressão nesta zona ribeirinha, que se instalou no antigos armazéns entretanto desactivados.

A conjugação de todos os aspectos da vida quotidiana da população da área da Ribeira-Barredo permitia caracterizá-la como uma zona de:

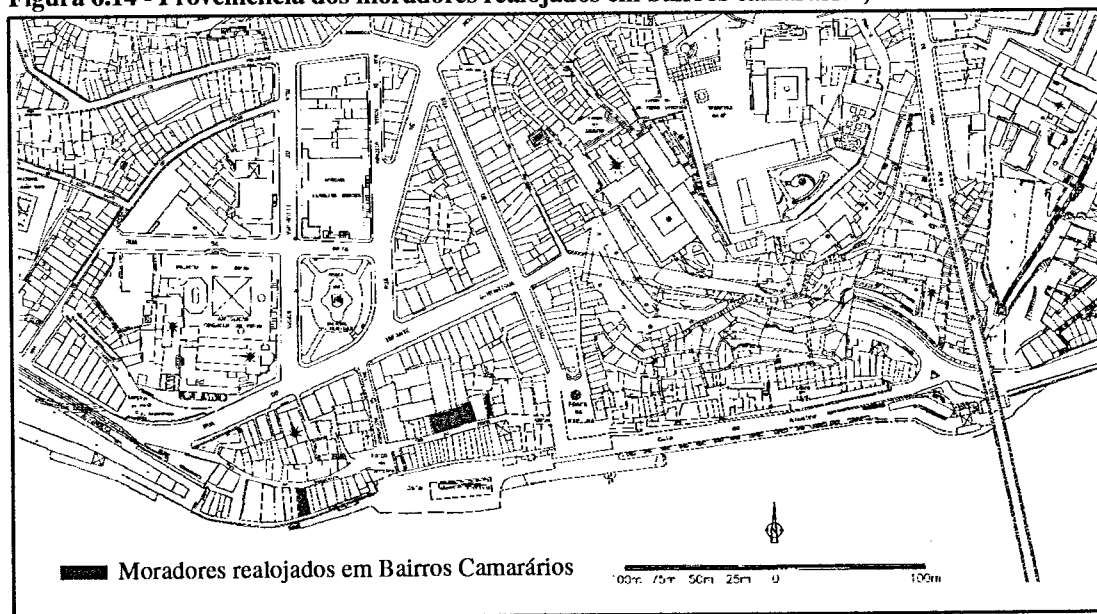
- elevada degradação do seu parque edificado
- grande escassez de habitação face à elevada procura
- grande densidade populacional
- elevada percentagem de profissões indiferenciadas
- baixo nível de ensino e de formação de base
- baixo nível de saúde
- baixo nível económico
- marginalizada e estigmatizada em relação à cidade
- fenómenos de segregação dentro da própria área, da população fixa em relação à população flutuante e vice-versa
- desenraizamento da população afluyente
- elevados índices de marginalidade e de comportamentos desviantes
- fortes laços de solidariedade entre os diferentes grupos
- ausência de equipamentos (de apoio à 3ª idade e aos doentes, de ocupação dos tempos livres, de formação profissional e de educação,...)

Já no período do regime fascista esta situação vinha sendo denunciada por diversos sectores, sem resultados práticos.

Imediatamente após o 25 de Abril de 1974, ainda sob um clima de reivindicação e de consciência cívica, a área é finalmente objecto de uma intervenção consistente por parte das autoridades competentes.

De facto, dada a gravidade da situação, a Câmara Municipal do Porto procedeu, ainda no decorrer de 1974, ao realojamento de cerca de 138 famílias, num total de 714 indivíduos, pelos diversos bairros camarários existentes na periferia da cidade.

Figura 6.14 - Proveniência dos moradores realojados em bairros camarários, em 1974



A saída desta população, totalmente proveniente de 6 edifícios localizados na zona da Fonte Taurina, permitiu que a Câmara procedesse ao encerramento das maiores concentrações humanas verificadas na área mas não evitou, contudo, as reivindicações cada vez mais expressivas por parte da população, pelo direito a possuírem uma habitação condigna e da sua não expulsão para outras zonas da cidade, libertando deste modo o centro, para a instalação de actividades mais rentáveis.

A área continuou no entanto a ser alvo de uma pressão demográfica largamente excedentária face à sua capacidade de alojamento, permanecendo uma população residente que chegava aos 2998 indivíduos, dos quais 743 na Fonte Taurina-Reboleira e os restantes 2255 no Barredo.

Em termos etários, a população distribuía-se do seguinte modo:

Quadro 6.2 - Distribuição da população, segundo a área de residência (habitantes)

Idade	Barredo	Fonte Taurina -Reboleira	TOTAL	%
0-14	826	226	1052	35,1
15-44	926	306	1232	41
45-64	366	136	502	16,8
65	137	75	212	7,1
TOTAL	2255	743	2998	100

Da leitura do quadro ressalta a existência de uma percentagem bastante significativa de população jovem, representando os indivíduos até à idade de 14 anos, 35,1% da população da zona.

Directamente relacionadas com esta realidade era possível constatar inúmeras situações de promiscuidade familiar e/ou vizinhança, inerentes às degradantes condições habitacionais em que se encontravam os seus habitantes.

Outro factor relevante consistia na elevada percentagem de população em idade activa⁽¹³⁾, representando aproximadamente 68% do total.

Esta percentagem era no entanto pouco real no que respeita à população efectivamente activa, na medida em que existia na área uma elevada percentagem de desemprego e/ou situações de emprego precário.

Em termos funcionais, a zona, maioritariamente habitacional, vê reforçada esta sua predominância, ainda que coexistindo com outras funções relevantes, principalmente pelo seu cariz marcadamente tradicional na área – o comércio e a armazenagem –, embora já sem a visibilidade e a relevância patenteadas no passado.

Em resposta às movimentações populares então verificada pelo direito à cidade e a uma habitação condigna, é criado o ex- Comissariado do Governo para a Renovação Urbana da Ribeira-Barredo (CRUARB) e actual Projecto Municipal de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto (CRUARB-CH), reconhecendo-se, deste modo, a legitimidade destas reivindicações e abrindo-se uma nova perspectiva de pensamento e de actuação face à cidade existente.

Para o efeito foram criadas um conjunto de condições políticas, legislativas e técnicas, no sentido de tornar o processo mais eficaz.

⁽¹³⁾ correspondendo à faixa etária dos 15 aos 64 anos

Estas condições consistiram, essencialmente, na desburocratização dos processos, assegurada pela autonomia do Comissariado em relação à Administração Local que apenas asseguraria o apoio à operação em termos logísticos, na possibilidade de recurso à expropriação por utilidade pública com posse administrativa, decisão decorrente do facto de a quase totalidade do solo ser de propriedade privada, logo alvo de uma inércia crónica relativamente a questões de renovação, e no financiamento directo da operação por parte do Estado, que assegurava o apoio financeiro à operação.

A área de intervenção do CRUARB, inicialmente circunscrita à zona da Ribeira-Barredo, seria posteriormente alargada, por Despacho do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo de 27 de Julho de 1978, passando a abranger as quatro freguesias que constituem o núcleo central da cidade – S. Nicolau, Sé, Miragaia e Vitória.

No entanto, em termos práticos este alargamento só foi efectivado alguns anos mais tarde, precisamente em 1982, pela resolução 94/82 da Presidência do Concelho de Ministros, com o arranque das primeiras intervenções a serem efectuadas em edifícios localizados fora da área de intervenção inicial, mais propriamente na freguesia da Sé, após atribuição de uma dotação específica.

Com este alargamento, a operação de renovação urbana em curso passa a cobrir uma área de 90 ha com cerca de 20 000 pessoas instaladas, 8 200 das quais habitando num parque edificado com elevada percentagem de edifícios degradados, à semelhança do que se verificava na zona da Ribeira-Barredo, em meados dos anos 70.

De facto, à data do alargamento cerca de 36% dos edifícios existentes apresentava sinais claros de deterioração e de enfraquecimento e instabilidade dos seus elementos estruturais, para além das inúmeras situações de sobreocupação, passando a constituir uma área de aproximadamente 297 200 m² a totalidade da zona a reabilitar.

Actualmente, e numa perspectiva meramente quantitativa e física do trabalho já efectuado, no sentido de alterar o estado de degradação e abandono a que haviam sido votados, quer os Homens quer as casas, é possível distinguir no Centro Histórico do Porto, três áreas distintas:

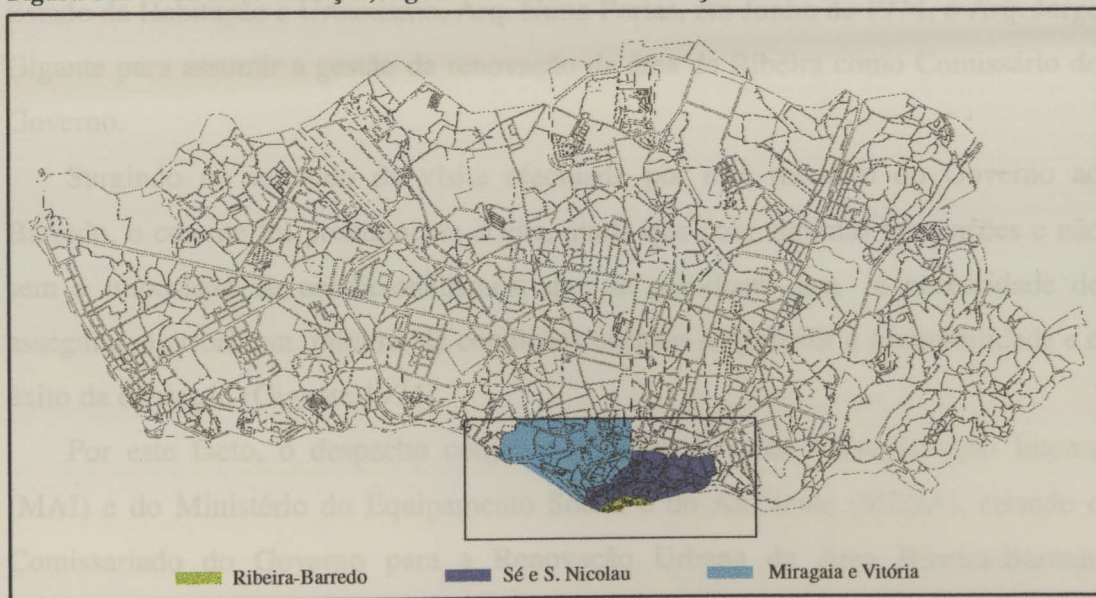
- a área da Ribeira-Barredo, localizada na Freguesia de S. Nicolau, onde a operação de renovação urbana foi pioneira, decorrendo, na prática, desde 1975.

Constitui uma área contínua, de substancial relevo e importância; com cerca de 50% do seu parque edificado já reabilitado, para além do trabalho de sensibilização e envolvimento da população, entretanto desenvolvido;

– a área da Freguesia da Sé, caracterizada pela existência de grandes áreas (quarteirões inteiros) com elevado grau de degradação e de um tecido social igualmente precário, tendo-se iniciado em 1982 as primeiras intervenções de renovação nesta área, decorrendo desde então de forma integrada e sistemática;

– a área das Freguesias de Miragaia e da Vitória, cuja degradação dos edifícios assume uma expressão, em termos de dimensão e concentração, relativamente pouco significativa comparativamente às áreas anteriormente referenciadas, sendo pontuais as acções de renovação urbana já efectuadas nestas duas freguesias.

Figura 6.15 - Áreas de actuação, segundo o estágio de renovação



Dadas as características de uma acção deste género, pelas implicações de que se revestem no que respeita à sua capacidade de tornar visível as transformações e melhorias operadas, quer em termos sociais, quer urbanísticos ou mesmo económicos, ainda que a actual área de actuação do antigo comissariado seja bastante mais alargada, a ainda inexpressiva dimensão temporal para a sua execução, bem como a por

enquanto baixa expressividade, em termos quantitativos, das intervenções efectuadas, restringiu-se o estudo à análise e caracterização da faixa ribeirinha denominada de Ribeira-Barredo, ainda que sempre que necessário ou aconselhável, enquadrado pela análise ou referenciação da caracterização e quantificação da intervenção efectuada na totalidade da área.

6.2 O Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira - Barredo (CRUARB)

6.2.1 Sua Criação – História e Cronologia de um Processo

6.2.1.1 Introdução

Com o propósito de dar resposta às graves carências e problemas que se colocavam nesta zona ribeirinha, é formalmente convidado pelo então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Arq. Nuno Portas, em Junho de 1974, o Arq. Jorge Gigante para assumir a gestão da renovação da área da Ribeira como Comissário do Governo.

Surgindo no rescaldo da visita efectuada por este membro do Governo ao Barredo, o convite foi prontamente aceite, ainda que com algumas apreensões e não sem a imposição de condicionalismos, que se prendiam com a necessidade de assegurar, à priori, um mínimo de condições capazes de garantir a exequibilidade e o êxito da operação (Gigante, 1974).

Por este facto, o despacho conjunto do Ministério da Administração Interna (MAI) e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente (MESA), criando o Comissariado do Governo para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo (CRUARB), apenas é emanado em 28 de Setembro de 1974, dois meses após o convite.

Em 24 de Janeiro de 1975 seria finalmente conferida a posse ao Comissário Arq. Jorge Gigante, pelos Secretários de Estado da Administração Regional e Local (SEARL) e da Administração e Urbanismo (SEHU), nas instalações da Câmara Municipal do Porto, que realçaram a importância da obtenção de resultados a curto

prazo, no domínio do investimento público para a ‘habitação social’, reafirmando o total apoio às operações a realizar.

Aproveitando a ocasião, realizou-se uma reunião entre os dois Secretários de Estado, o novo Comissário, o Governador Civil do Porto, o Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal, o Presidente e elementos do ex-Fundo de Fomento da Habitação e representantes do SAAL, com o objectivo de fixar algumas directivas de actuação conjugada, a desenvolver no sector da ‘habitação social’ e da renovação urbana.

Avançou-se ainda na reunião, com a criação de um Gabinete Coordenador – englobando a Câmara Municipal do Porto, o SAAL e o CRUARB –, chefiado por um dos Vice-Presidentes da Câmara, que ‘ terá poderes delegados para todos os assuntos das acções da Câmara Municipal relativamente às referidas áreas de intervenção do S.A.A.L. e do Comissariado’, com o intuito de facilitar a marcha das operações, desburocratizando os serviços.

A área abrangida pela operação compreenderia toda a zona ribeirinha, desde a Fonte Taurina- Reboleira até ao Barredo, sendo posteriormente alargada à totalidade do centro histórico do Porto, mais propriamente às freguesias da Sé, Miragaia e restante área da freguesia de S. Nicolau.

6.2.1.2 Enquadramento e Suporte Legal

O despacho conjunto do Ministério da Administração Interna (MAI) e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente (MESA), de 28 de Setembro de 1974, criando o Comissariado, surgiu no âmbito do Decreto-Lei nº 315, de 9 de Julho de 1974, que criava a figura de Comissário do Governo, com o objectivo ‘ de preparar relatórios ou estudos sobre situações de facto e elaborar propostas ou estudos de carácter legislativo, além de coordenar acções de diferentes departamentos do Estado’.

Considerando que a necessária urgência e eficácia na condução do processo de renovação urbana da zona da Ribeira da cidade do Porto impunha a programação e gestão das acções necessárias, públicas e privadas, de forma unificada e vinculativa das diferentes entidades, criava o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo, designando seu Comissário o Arq. Jorge de Guimarães Gigante.

Ainda que respondendo directamente perante os ministros que subscreveram o despacho, ‘aos quais apresentará mensalmente relatório dos progressos havidos, propostas de revisão da legislação ou do programa financeiro, assim como das necessidades de apoio por parte dos organismos deles dependentes’, o comissário funcionava em articulação com a Câmara Municipal, a quem cabia um papel fiscalizador e/ou policial, sempre que ‘necessária à garantia dos objectivos sociais da operação’.

Esta solução permitia concentrar na figura do Comissário do Governo a tomada de decisões e conseqüentemente a execução de uma gestão mais directa da operação, conferindo-lhe uma capacidade de promoção e coordenação de acções superior à da própria Administração pública local, que apenas assegurava apoio logístico.

Reconhecendo que a sobreocupação (geralmente motivada pelo sub-arrendimento) constituía um dos factores que mais contribuía para a degradação do parque edificado e, conseqüentemente, para a deterioração das condições de vida dos seus ocupantes, e com particular incidência na cidade do Porto, é promulgado o Decreto-Lei nº 232/75 de 16 de Maio de 1975, com o intuito de pôr termo a situações de exploração por parte de senhorios e sub-alugas, permitindo deste modo ao município a condução de uma intervenção directa e expedita, na renovação do tecido urbano consolidado.

Este problema havia sido já legislado em Janeiro de 1973, pelo Decreto-Lei nº 8/73, que atribuía ao ex-Fundo de Fomento à Habitação ou às Câmaras Municipais competência para elaborar Planos de Urbanização e de Pormenor, com vista à renovação de sectores urbanos sobreocupados ou com más condições de solidez, estética ou segurança contra riscos de incêndio, estabelecendo a possibilidade de expropriação por utilidade pública e abordando o tema do realojamento da respectiva população.

Empenhado numa rápida e eficaz resolução do problema das zonas consideradas degradadas da forma menos penosa para a população abrangida, o governo publica o Decreto-Lei nº 273-C/75, de 3 de Junho de 1975, no sentido de obviar, tanto quanto possível, os processos de expropriação por declaração de utilidade pública e de evitar as elevadas indemnizações a atribuir pelo Estado, decorrentes do processo expropriatório em vigor (Decreto-Lei nº 576 de 24 de Novembro de 1970).

A declaração de utilidade pública permitia à Câmara Municipal entrar em posse imediata dos edifícios por posse administrativa, após declaração em 26 de Julho de 1975, da área da Ribeira-Barredo como zona degradada e de utilidade pública (por despacho de 28 de Agosto do mesmo ano), no âmbito do artigo 2º do Decreto-Lei nº 273-C/75.

Determinava o referido Decreto que as indemnizações fossem fixadas em Diário da República, por portaria conjunta do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo e do Secretário de Estado das Finanças, em função do rendimento e grau de degradação, número e qualidade das suas infraestruturas e do custo da reabilitação a realizar, sendo os terrenos sem edificação avaliados como prédios rústicos.

O diploma foi posteriormente tornado inconstitucional, pela deliberação nº 115/80 de 5 de Abril de 1980 do Conselho de Revolução, no que respeita à fixação do valor dos prédios a expropriar por utilidade pública em zonas consideradas degradadas, que remete as expropriações para a Lei Geral — a Lei dos Solos (Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de Novembro de 1976) e o Código de Expropriações (Decreto-Lei nº 845/76, de 11 de Dezembro de 1976).

É então formada uma Comissão de Avaliação e Fixação de Indemnizações, formada por 3 elementos, em representação da Direcção da Habitação Norte, da Câmara Municipal do Porto e do Comissariado, respectivamente, com a possibilidade de quer os proprietários, quer os próprios moradores poderem eleger um elemento para os representar em todo o processo de fixação das indemnizações.

Os processos expropriatórios consumados apenas administrativamente, pela tomada de posse administrativa dos mesmos, ao abrigo do Decreto-Lei 273-C/75, sem o acordo por parte dos proprietários e sem consumação do levantamento da respectiva indemnização atribuída, seguiram por via judicial, tornando-se processos de expropriação litigiosa.

Nestas circunstâncias, em 1981, das 107 parcelas entretanto expropriadas pelo CRUARB, 13 tornaram-se processos litigiosos, 7 dos quais correspondendo a parcelas já intervencionadas e renovadas pelo Comissariado.

Actualmente, os processos conduzidos pelo município decorrem sob a forma de aquisição amigável, expropriação amigável ou expropriação litigiosa, sendo esta encarada como um procedimento de último recurso, não apenas pelos atrasos que

provoca no prosseguimento da operação como pelo agravamento dos custos da expropriação, mas essencialmente pelos custos sociais que daí advêm.

6.2.1.3 Objectivos e financiamento da Operação

Foi com o intuito de tornar operacional a intervenção de renovação urbana da área da Ribeira-Barredo que em 28 de Agosto de 1974 foi criado o respectivo Comissariado, por despacho conjunto do Ministério da Administração Interna (MAI) e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente (MESA), colocando em prática o ‘Estudo para a Renovação Urbana da área da Ribeira’ elaborado em 1969, pela aplicação dos seus princípios e metodologia numa área mais alargada do que a do estudo, abrangendo igualmente a zona da Fonte Taurina e da Reboleira.

Os objectivos a atingir pelo CRUARB estão bem explícitos no preâmbulo do referido despacho, ao afirmar que o processo de renovação urbana a levar a cabo deveria assegurar que ‘a população trabalhadora que há muito habita essa zona nas piores condições de alojamento e exploração não venha a ser dela deslocada por força da valorização da propriedade e da zona, decorrentes da própria operação’, pelo que se tornava imprescindível ‘a programação e gestão das acções necessárias, públicas e privadas, de diferentes entidades e nomeadamente da Câmara Municipal do Porto, do Fundo de Fomento da Habitação, da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e dos Serviços Sociais e ainda da própria população organizada para o efeito’.

O problema já havia sido colocado pelo próprio comissário no decorrer do acto de posse, ao realçar no seu discurso a ‘necessidade urgente de pôr cobro a uma situação que não mais é possível prolongar, que exige um esforço que tem que ser colectivo, de todos nós,(...) sob pena de, perante promessas que se tornem panaceia e adiamentos que enraízem a descrença vir a gerar um legítimo clima de agitação que ninguém ousará contestar’.

Os recursos financeiros, indispensáveis à realização da operação de renovação, seriam provenientes do Orçamento Geral do Estado e atribuídos através do então Fundo de Fomento à Habitação, devendo o Governo assegurar a sua disponibilização atempada, tal como consagrava o despacho conjunto de 28 de Setembro de 1974.

A exequibilidade financeira da operação deveria, deste modo, ser assegurada pela Administração Central.

A primeira atribuição, correspondendo ao montante de 35 000 contos, apenas seria efectuada em Janeiro de 1975, concluindo-se deste modo os preparativos preliminares decorrentes do processo de criação.

6.2.2 Sua Actuação

6.2.2.1 Estrutura Orgânica

O início da actividade do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo ocorreu de facto em Janeiro de 1975, com a constituição do primeiro núcleo de técnicos, funcionando de forma precária em instalações particulares cedidas pelo próprio Comissário, transitando em Março do mesmo ano, ainda a título provisório, para instalações do ex-Fundo de Fomento à Habitação.

A mudança definitiva ocorreu já no ano de 1976, e de acordo com os objectivos iniciais, para um edifício situado no coração da área de intervenção do Comissariado.

Desde então e até à actualidade, o CRUARB passou a funcionar num edifício camarário, renovado, na Rua da Fonte Taurina, proporcionando aos seus técnicos um melhor conhecimento da realidade e um constante acompanhamento das obras, para além de permitir um maior relacionamento e envolvimento entre estes e a respectiva população.

A equipa foi sendo constituída pelo próprio Comissário, de acordo com as necessidades mais prementes, por forma a assegurar quer o acompanhamento das obras quer o desenvolvimento de todo o trabalho com a população.

Estas contratações, efectuadas como ‘pessoal de apoio’ e por conseguinte sem qualquer vínculo à função pública, não constituíam uma garantia de estabilidade profissional ou mesmo de progressão de carreira, facto que contribuiu para a insuficiência e instabilidade do quadro de pessoal técnico e administrativo.

Em Setembro de 1975 o organismo contava já com 12 técnicos ao serviço, entre arquitectos (2), assistentes sociais (3), engenheiros técnicos (4), engenheiros civis (1)

e desenhadores (2), para além do pessoal administrativo e de uma equipa responsável pelos levantamentos dos edifícios, número ainda insuficiente para fazer face às necessidades da operação.

A execução dos estudos e projectos de arquitectura estavam a cargo de arquitectos exteriores ao próprio Comissariado, sendo elaborados por encomenda deste.

A equipa do CRUARB contava ainda com o apoio de consultores e assessores para as áreas da Sociologia, Direito e Serviços Sociais, para além do próprio arquitecto Fernando Távora, na área da Arquitectura.

A equipa foi estruturada em vários sectores, com diferentes competências, sendo coordenada pelo Comissário através da realização de reuniões periódicas com os responsáveis dos respectivos sectores, no sentido de corrigir ou reforçar as directivas seguidas:

- o Sector de Planeamento e Projecto

Tinha como principal função cumprir o planeamento estabelecido no que dizia respeito a projectos e ao acompanhamento de obras de renovação.

Paralelamente era responsável pela execução dos projectos de especialidades, complementando os projectos de arquitectura elaborados por arquitectos exteriores à estrutura do próprio Comissariado.

- o Sector de Obras

Tinha a seu cargo desde a reabilitação dos edifícios até às obras de escoramento, manutenção e beneficiação.

Este sector estava dividido em duas equipas de obra distintas, operando respectivamente em cada uma das áreas específicas da zona de intervenção – a área do Barredo, a nascente da Praça da Ribeira/Rua de S. João e a da Fonte Taurina-Reboleira, a poente da Praça da Ribeira/Rua de S. João.

Em cada zona as obras eram directamente assistidas por 1 Engenheiro Técnico e 1 Fiscal.

A construção e realização de todas as obras de renovação estava a cargo de empresas de construção, ainda que sob acompanhamento, orientação e gestão directa por parte da equipa técnica do Comissariado.

A área de intervenção encontrava-se igualmente dividida no que respeita às empresas intervenientes no processo: os Engenheiros Associados e a Coprefa (cooperativa de construção civil que integrava nos seus quadros residentes na zona que se encontravam no desemprego) operando na zona do Barredo e o empreiteiro António F. Guimarães na zona da Fonte Taurina-Reboleira.

Para além da Coprefa, e após a sua extinção, outras cooperativas trabalharam na zona.

O pessoal operário era contudo não especializado, factor relevante para o decorrer da operação e agravado pela especificidade do tecido edificado.

Dado o carácter imprevisível da intervenção, decorrente da carácter excepcionalidade e do grande valor arquitectónico de algumas das edificações da zona, dificultando a definição clara e precisa do seu faseamento e custo final, era frequente o recurso a remunerações à percentagem em detrimento da adjudicação da obra por concurso público.

- o Sector Social

Este sector assegurava uma articulação mais directa e permanente da operação com todos os agentes nela envolvidos ou implicados – população, associações de moradores, Centro Social do Barredo, associações e grupos desportivos, Junta de Freguesia de S.Nicolau e outras instituições e os restantes sectores do Comissariado.

Os aspectos fundamentais das suas atribuições consistiam em proceder ao levantamento das casas disponíveis para transferência temporária dos agregados residentes em casas expropriadas, no trabalho a desenvolver junto das associações de moradores e da população para aceitar ser realojada, realizar o levantamento dos agregados residentes e manter actualizados os dados orientadores e resultantes da mobilidade da população deslocada e/ou realojada.

- o Sector de Expropriações

Tinha a seu cargo, essencialmente, a elaboração de processos expropriatórios, as avaliações e reavaliações de parcelas, estabelecendo o contacto entre proprietários e CRUARB, conduzindo posteriormente as negociações.

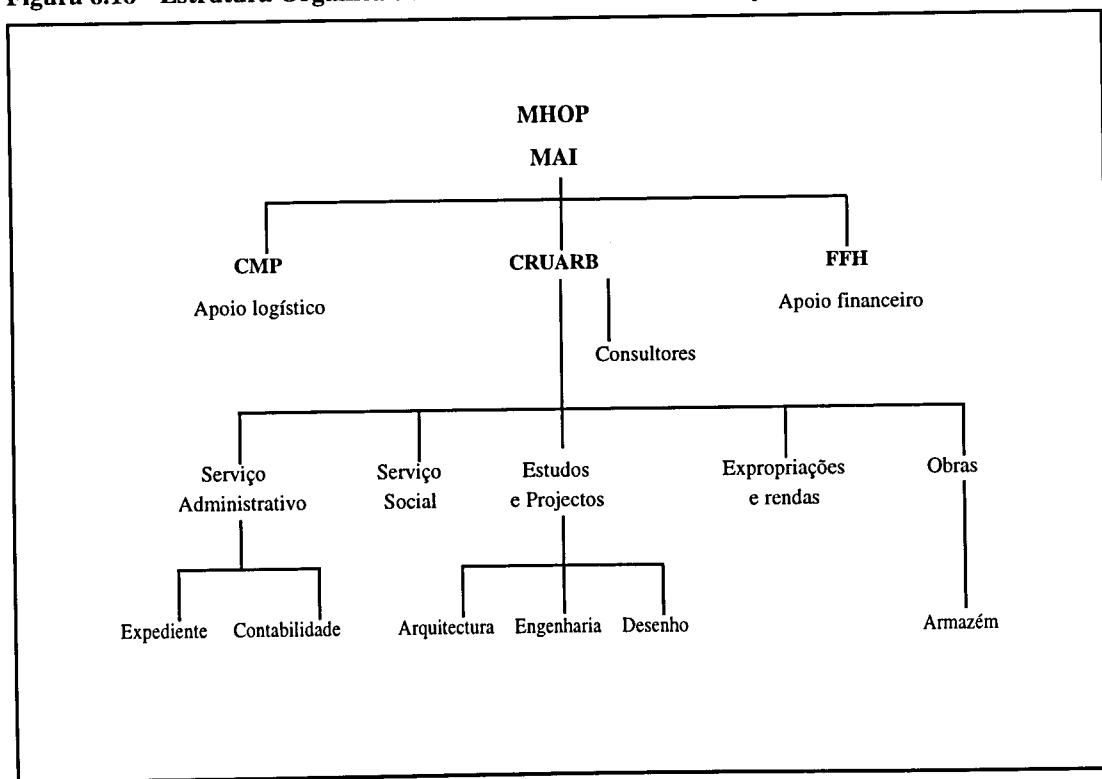
- o Sector de Administração e Contabilidade

Tratava de todo o expediente do Commissariado, resultante do andamento da operação.

Todos os sectores participavam regularmente em reuniões conjuntas com o objectivo de manter todos os técnicos a par das iniciativas e actuações efectuadas ou a efectuar, e de articular as informações e experiências obtidas parcialmente em benefício da intervenção, permitindo proceder a reorientação estratégicas e dos objectivos de intervenção, consoante as oportunidades.

Esta prática viria contudo a esmorecer logo nos primeiros anos de actuação, tornando as reuniões intersectoriais cada vez mais escassas e ineficazes.

Figura 6.16 - Estrutura Orgânica do Commissariado e sua Articulação com os outros Órgãos



A estrutura orgânica sofre algumas alterações com a tomada de posse do novo Comissário do Governo, o Arq. Gomes Fernandes, em Abril de 1976, após o pedido de demissão do anterior Comissário ter sido aceite.

Com a sua nomeação para o lugar, o novo Comissário propõe uma reestruturação dos serviços com a cessação progressiva da elaboração de estudos e projectos de arquitectura fora da estrutura do Comissariado, passando estes a ser elaborados a nível interno.

A precaridade da situação profissional dos técnicos, resultante da inexistência de um vínculo formal a uma instituição pública, constituiu o principal entrave à sua fixação e estabilização bem como ao completamento dos quadros, dificultando a consolidação de um conhecimento apenas possível de adquirir pela prática.

Em Agosto de 1979, perante a incerteza e impasse no prosseguimento da operação, com a publicação da Lei das Finanças Locais e consequente desresponsabilização do Governo, a Câmara Municipal do Porto assume, com carácter transitório, a responsabilidade, de acordo com a sua Ordem de Serviço nº 316/79, passando o Comissário a desempenhar as funções de Assessor e permanecendo o restante pessoal ao serviço, como contratado em situação de prestação de serviços por 6 meses renováveis.

Esta situação apenas seria alterada em Agosto de 1983, por iniciativa camarária, assumindo a sua tutela com a integração do Comissariado na Câmara e passando o pessoal ao regime de prestação eventual de serviço, com contratos de 6 meses, com possibilidade de renovação, recebendo o seu responsável a designação de Coordenador do projecto (Ordens de Serviço nº 315/83 e 329/83), dando seguimento a uma das propostas apresentadas já em 1976, pelo então Comissário do Governo Arq. Gomes Fernandes.

O CRUARB passou então a funcionar como Gabinete Técnico Local (GTL), sendo apoiado, simultaneamente, pelo Estado e pela Autarquia.

Com esta medida, o CRUARB vê alargada não apenas a sua área de intervenção a todo o centro histórico, como também as suas funções, das quais passa a constar a prestação de informações, nos pedidos de licenciamento de obras.

Tal estatuto permitiu uma maior autonomia do organismo e alguma consolidação da sua estrutura técnica, tendo contudo perdido o apoio e a responsabilização da Administração Central.

A passagem a Projecto Municipal de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto – CRUARB/CH – verifica-se em finais de 1985 por deliberação camarária posteriormente corroborada em Assembleia Municipal, de acordo com o Decreto-Lei nº116/84, passando a funcionar sob a orientação de um Director de Projecto, cargo correspondente e desempenhado pelo antigo Coordenador, que passa a responder directamente perante o Vereador do Pelouro do Urbanismo e da Reabilitação Urbana.

Actualmente, o CRUARB-CH é dotado de um experiente corpo técnico que vem desempenhando, em média, funções neste organismo há cerca de 10 anos, mantendo-se ainda em funções alguns elementos que constituíram o primeiro grupo de profissionais ao serviço.

6.2.2.2 Filosofia e Critérios de Intervenção

A operação de renovação urbana a implementar pretendia ser uma operação de ‘conservação integrada’, tal como ela está consagrada na Resolução de Bolonha de 1974 e na Declaração de Amesterdão de 1975, nomeadamente no que respeita à responsabilidade dos poderes locais e à participação dos cidadãos.

Tendo em vista os objectivos sociais definidos, dos quais ressalta o da não expulsão da população local para as novas áreas de expansão da cidade, de localização periférica, a intervenção centrava-se no contacto constante com a população, organizada para o efeito e fazendo-se representar pelas Comissões e Associações de Moradores, e com todos os agentes sociais, numa acção intensa de preparação e esclarecimento, no sentido de a tornar consciente dos objectivos e resultados deste tipo de operações, apenas possível com a participação e colaboração de todos os intervenientes e implicados, directa ou indirectamente, no processo.

A necessidade de a par da operação de recuperação ter que se proceder a uma significativa descompressão populacional da área, exigiu um grande esforço neste domínio, tendo-se verificado a saída de 69% da população⁽¹⁴⁾, 24% dos quais residentes na área da Fonte Taurina-Reboleira, sendo os restantes 45% provenientes do Barredo.

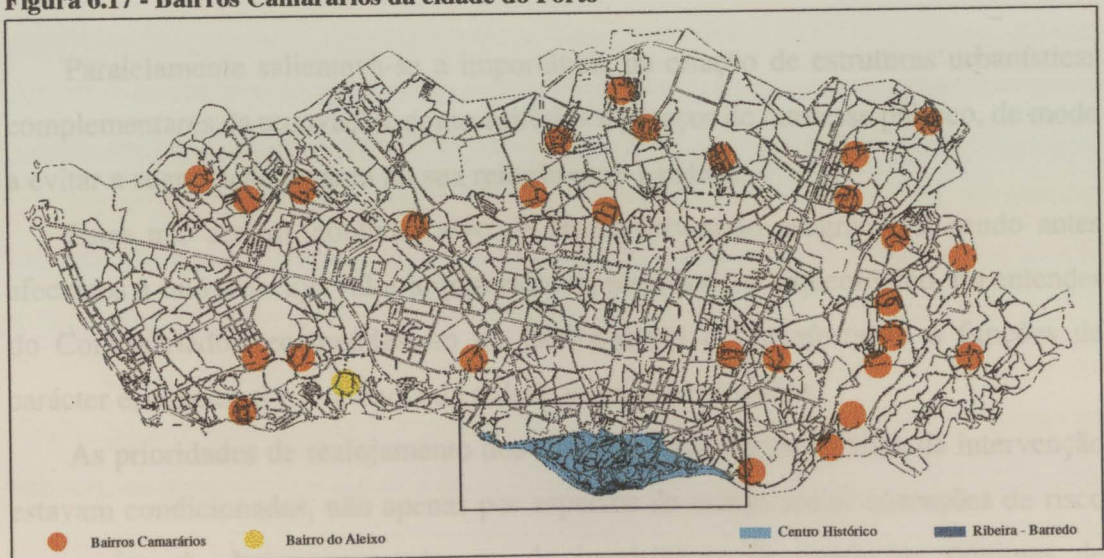
⁽¹⁴⁾No estudo elaborado pelo arq. Fernando Távora em 1969 previa-se que cerca de 40% da população tivesse que abandonar definitivamente a área

Na perspectiva dos técnicos, em termos urbanísticos e arquitectónicos a operação teria de se enquadrar num conceito global de cidade, tendo em vista os realojamentos de carácter definitivo a efectuar, devendo ser elaborados para o efeito critérios justos de selecção dos moradores a abandonar a área.

Os realojamentos deveriam ser, tanto quanto possível, efectuados dentro da área de intervenção (em casas volantes) ou próximo desta, quando esta opção não se afigurasse possível, ficando a construção dos novos núcleos de realojamentos a cargo da Câmara Municipal e o seu planeamento a cargo do CRUARB, em colaboração com todos os agentes sociais – as Associações e Comissões de Moradores, Centro Social do Barredo,...– e a Junta de Freguesia.

Foi na sequência desta filosofia que a Câmara Municipal do Porto planificou a construção das cinco torres do Bairro do Aleixo, edificado a apenas 3 Km do local de intervenção, num total de 320 habitações, onde viria a ser realojada a quase totalidade da população residente no Barredo que teve, impreterivelmente, que abandonar o local, com base nos critérios elaborados para o efeito, com vista à descompressão populacional da área.

Figura 6.17 - Bairros Camarários da cidade do Porto



Por seu lado, a população residente na Fonte Taurina-Reboleira que teve necessariamente que abandonar a zona, foi realojada pelos diversos bairros camarários dispersos pela cidade.

Problemas decorrentes da gestão do parque habitacional e da situação vivida pelas famílias mal alojadas na zona da Fonte Taurina-Reboleira, conduziram a que na prática, das 1550 pessoas realojadas no Aleixo, 1358 (87,6%) eram de facto provenientes do Barredo, sendo as restantes 192 (12,4%) anteriormente residentes na Fonte Taurina-Reboleira.

Quadro 6.3 - População residente segundo escalão etário e área de residencia, após as saídas para o bairro do Aleixo (1975)

escalões etários	Barredo	%	Fonte Taurina Reboleira	%	Aleixo	%
0 aos 4	97	10,9	70	12,7	255	16,4
5 aos 9	77	8,6	57	10,3	192	12,4
10 aos 14	77	8,6	39	7,1	188	12,1
15 aos 19	101	11,3	50	9,1	137	8,8
20 aos 24	82	9,2	39	7,1	151	9,7
25 aos 29	61	6,8	30	5,4	118	7,6
30 aos 34	33	3,7	32	5,8	81	5,2
35 aos 39	45	5,0	38	6,9	85	5,5
40 aos 44	49	5,5	20	3,6	80	5,2
45 aos 49	54	6,0	30	5,4	59	3,8
50 aos 54	57	6,4	25	4,5	67	4,3
55 aos 59	38	4,3	32	5,8	42	2,7
60 aos 64	40	4,5	22	4,0	36	2,3
65 ou mais	83	9,3	67	12,2	62	4,0
total	894	894	551	100	1553	100

Paralelamente salientava-se a importância da criação de estruturas urbanísticas complementares da renovação, como edifícios e espaços de interesse público, de modo a evitar a segregação da área na sua relação com a cidade.

Estes não seriam, contudo, alvo de uma intervenção programada, sendo antes afectados a imóveis cujo valor arquitectónico, histórico ou arqueológico, no entender do Comissariado, recomendassem ou justificassem a sua afectação a funções de carácter excepcional na vivência da cidade e dos seus cidadãos.

As prioridades de realojamento dos agregados familiares da zona de intervenção estavam condicionadas, não apenas por aspectos de ordem social (situações de risco por perigo de desmoronamento, ou de inexistência de condições mínimas de habitabilidade) mas sobretudo por questões operacionais e técnicas (a necessidade de abrir novas frentes de obra, sendo necessário proceder à desocupação dos edifícios), às quais, no entender dos técnicos, as primeiras se deveriam submeter.

A filosofia de intervenção subjacente, de que renovar era continuar-inovando, e que havia presidido à elaboração do estudo de 1969, sustentava que o carácter dos edifícios existentes a conservar não deveria ser destruído pelas obras a efectuar, não se regendo, contudo, dentro de uma visão purista do restauro.

Neste domínio era defendida a possibilidade de substituição e de utilização de novos materiais ou soluções contemporâneas, desde que se assegurasse a sua integração na envolvente e o carácter ambiental da zona.

Esta preocupação estendia-se às construções a edificar de novo, as quais deveriam ser construídas numa linguagem actual ainda que enquadradas pelos múltiplos condicionalismos locais e em todo o espírito que estava na base do critério de renovação.

No decorrer dos primeiros anos de actuação do Comissariado, esta foi a filosofia de intervenção adoptada, adquirindo progressivamente novos contornos, com o decorrer da operação.

De facto, com a evolução da implementação da operação e decorrendo dos ajustamentos introduzidos na própria organização do comissariado, com alterações em termos da filosofia de gestão e atribuição do parque habitacional e da população envolvida, as posições relativizam-se, passando-se de uma renovação participada pela comunidade para um distanciamento, cada vez mais evidente, dessa mesma comunidade em relação quer ao organismo responsável pela renovação da área, quer à própria operação de renovação em curso.

No entanto, em termos gerais, a filosofia de intervenção continuava a assentar nas principais permissas de 1975:

– a preservação da estrutura física do local, do tecido edificado e da estrutura viária, com a manutenção e valorização dos acrescentos construídos ao longo da história, da estrutura em quarteirão, dos espaços livres e verdes, das construções cujo estado de conservação permitisse o seu restauro ou recuperação e a salvaguarda de todos os edifícios ou sítios com vestígios arqueológicos, ainda que admitindo, com carácter pontual e de excepção, e condicionada ao local e à função, a introdução de novas linguagens;

– a preservação da sua estrutura social de forma integrada, visando a melhoria das condições económicas e culturais e a conseqüente desmarginalização dos seus habitantes.

Nesta perspectiva, assumiu-se a adopção do conceito de renovação, tal como ele é preconizado pelo Arqto Távora no estudo de 1969, e que integra os conceitos de reabilitação e reutilização que caracterizam actualmente as filosofias de intervenção no tecido consolidado das cidades antigas, para designar e caracterizar a actuação do Comissariado nesta área da cidade.

Actualmente o CRUARB-CH procura continuar a orientar a sua actuação de uma forma o mais integrada e articulada possível, no sentido de resolver, por um lado, os graves problemas sociais da população residente e de, por outro, proporcionar uma distribuição adequada e equilibrada dos serviços prestados, ainda que as prioridades e metodologias tenham sofrido alterações no decorrer do processo.

A alteração mais significativa da sua actuação surge, principalmente, no distanciamento do Comissariado em relação à população e no facto de esta não se cingir apenas à população residente, mas antes à população em geral, permitindo e mesmo fomentando a sua '*gentrification*', quer pela possibilidade de não residentes poderem adquirir habitação renovada, ainda que apenas no complexo habitacional da Lada, mais propriamente na Lada II, quer ainda pela orientação dada à dinamização do comércio local.

Na base desta filosofia de abordagem estará, certamente, a nova estratégia de gestão delineada pelo comissariado, tanto no que respeita ao parque edificado municipal como da própria intervenção, cuja evolução deveria apontar no sentido de um auto-financiamento da operação, proporcionado pelos benefícios e sinergias geradas pelo valor acrescentado que a operação de renovação urbana introduziu a zona.

6.2.2.3 Metodologia

A metodologia seguida no estudo elaborado em 1969, pela equipa liderada pelo Arq. Fernando Távora e adoptada pelo Comissariado, pressupunha um elevado nível de participação e cooperação da população abrangida e assentava, fundamentalmente, nos seguintes aspectos:

- levantamento exaustivo dos moradores;
- determinação das carências de alojamento;
- definição de programas de intervenção;
- quantificação da capacidade do parque habitacional instalado e a instalar;
- definição da percentagem de população que sairia voluntariamente e daquela que o não desejava, sob quaisquer circunstâncias ou que apenas admitia a sua deslocação temporária e com algumas restrições;
- definição dos critérios e prioridades de realojamento;
- elaboração de uma rede de equipamentos básicos de apoio à população;
- acompanhamento das populações após o seu realojamento em casas renovadas, por forma a facilitar a sua adaptação à nova realidade e condições de vida.

Tendo como princípio fundamental a manutenção do actual tecido urbano e social, a operação de renovação obedecia, na sua fase inicial a uma metodologia baseada na :

- expropriação sistemática dos lotes, com recurso à municipalização em larga escala das construções degradadas existentes;
- reconstrução quase integral dos edifícios;
- garantia de manutenção na área aos residentes de recursos mais baixos, ainda que sujeitos a critério de selecção por condicionamentos físicos decorrentes do próprio parque habitacional e técnicos, no sentido de maximizar a produção e minimizar os custos.

O primeiro aspecto prendia-se antes de mais com o carácter de urgência que revestia a operação a levar a cabo, tendo em vista os resultados pretendidos e a necessidade de não perder a confiança da população, afastando qualquer dúvidas sobre o interesse do município em levar a cabo este tipo de intervenção.

A autarquia apenas possuía um pequeno número de edifícios na área, sendo a quase totalidade das edificações de propriedade privada, ainda que os seus proprietários não constituíssem a população residente, pois estes apenas constituíam 5% dos residentes, encontrando-se as restantes habitações arrendadas.

Os baixos rendimentos proporcionados pelo aluguer das habitações principalmente decorrente do congelamento das rendas e do aparecimento de uma nova ‘classe’ intermediária⁽¹⁵⁾ no processo de arrendamento, o excessivo número de inquilinos a realojar e o elevado grau de degradação das mesmas constituíam os aspectos mais significativos, pelo que o interesse ou a possibilidade de intervenção por parte dos proprietários era realmente insignificante ou mesmo inexistente.

Da constatação desta realidade resulta como necessária, pelo menos numa fase inicial, uma forte intervenção pública.

Tal intervenção, apenas possível pelo recurso à expropriação sistemática dos edifícios, permitiria colocar em prática o princípio do direito à cidade dos cidadãos de recursos mais precários e evitar o esvaziamento patrimonial da zona, na persecução de objectivos com fins mais económicos e menos sociais, culminando num processo de terciarização do centro e de ocupação habitacional pelas classes mais favorecidas.

Perante a inexistência de uma política de fixação de rendas para habitações em áreas sujeitas a obras de renovação, quer a nível nacional como municipal, foi estabelecida a título de excepção e com carácter de transitoriedade para as casas renovadas na Ribeira-Barredo, uma taxa de ocupação genericamente designada de taxa de ocupação provisória.

Na realidade, dado tratar-se de uma nova postura face aos problemas da cidade consolidada, o município viu-se subitamente confrontado com uma situação que não se encontrava assegurada a nível legislativo.

⁽¹⁵⁾ os ‘sugas’, como eram conhecidos e tratados os indivíduos, na sua maioria mulheres, que praticavam o subarrendamento em moldes não raras vezes pouco escrupulosos e atentatórios da vida e dignidade humanas

Paralelamente, e dado tratar-se de um tecido empobrecido não apenas socialmente mas também economicamente, colocava-se o problema da capacidade dos agregados de mais fracos recursos poderem fazer face ao esforço exigido em termos dos seus rendimentos, pelo que posteriormente e também com carácter provisório, é implantada uma política de rendas para a área de intervenção do Comissariado, baseada no princípio da renda-rendimento e correspondendo ao sistema de rendas aplicado em edifícios camarários de habitação social construídos de raiz.

Esta prática assentava na estipulação de valores de renda aferidos com base nos rendimentos visíveis dos respectivos agregados familiares.

O critério aplicado previa, por um lado a atribuição de subsídios de compensação de renda, tratando-se de inquilinos cujos rendimentos não permitiam suportar a totalidade da mesma, ficando a sua sobrevivência comprovadamente ameaçada – renda social –, e a fixação de uma renda técnica quando o rendimento do agregado familiar comportava a respectiva despesa com a habitação.

Esta situação manteve-se até Maio de 1977, altura em que foi efectuado pelo CRUARB um estudo técnico baseado na tipologia das edificações, com o objectivo de clarificar a política de rendas a aplicar nestes casos, passando a ser praticadas as seguintes rendas:

Quadro 6.15 – Rendas aplicadas pela CMP, às habitações renovadas, segundo a tipologia do fogo

Tipologia habitação	Renda (escudos)
T0 -T1	500
T2	800
T3	1.200
T4	1.800
T5	2.300

As rendas estabelecidas pelo referido estudo técnico vigoram até 1981, tendo-se à data procedido à sua actualização, por acordo entre o Comissariado e a Associação de Moradores, decorrente da desvalorização entretanto verificada nas mesmas para a totalidade das habitações renovadas, já atribuídas ou a atribuir.

Em meados dos anos oitenta, face aos fortes condicionalismos financeiros do organismo, com consequências ao nível do desenvolvimento e da dinâmica da

operação, a metodologia de intervenção adoptada é revista, procurando minimizar, por um lado, o período de baixa capacidade empreendedora do Comissariado e, por outro, as elevadas despesas de gestão e manutenção do extenso parque edificado a cargo do município.

Deste modo, a nova metodologia preconizada foi orientada no sentido de incentivar quer os proprietários dos imóveis degradados, comprometendo-se a Câmara a assegurar o realojamento temporário das famílias residentes durante o período de obras, ou definitivamente, em caso de sobreocupação, quer os respectivos inquilinos, pela aquisição da casa onde residem, a desempenharem um papel mais activo na reabilitação da zona, com recurso aos financiamentos, subsídios e linhas de crédito disponibilizados para o efeito.

Esta reorientação estratégica acompanhava a tendência verificada a nível nacional em matéria de política habitacional, que colocava uma maior ênfase no investimento para a renovação como alternativa a novas construções para arrendamento público (Mendes, 1997), sustentada pela proliferação na década de oitenta de legislação específica sobre esta matéria, alguma da qual relançando programas já existentes mas de algum modo moribundos.

A filosofia de intervenção em termos arquitectónicos contida no segundo aspecto, previa a estruturação de princípios claros de orientação no que respeita não apenas à intervenção, mas também ao grau em que esta deveria ser efectuada.

Ainda que assumindo como princípio de actuação a manutenção e aproveitamento, sempre que possível dos materiais, estruturas, morfologias e tipologias e encarando a utilização de novos materiais ou a concepção de diferentes estruturas morfológicas ou tipológicas como propostas recorrenciais, na prática este princípio correspondeu à excepção.

Na realidade, a reabilitação do património construído terá que contemplar uma actuação combinada de acções que poderão ir do simples restauro à reconstrução, passando pela reabilitação ou renovação, de acordo com a realidade concreta a intervir.

Assim, a intervenção na Ribeira-Barredo surge em três tipos, consoante o grau em que é efectuada:

- *restauro quase integral*, determinado quer pelo valor do edifício quer dos seus elementos constituintes, de acordo com o estado de conservação dos mesmos. Esta solução exige um maior esforço financeiro, sobretudo pela grande exigência de especialização técnica e de mão-de-obra;
 - *reconstrução na totalidade* do interior do edifício, decorrente do seu elevado grau de degradação estrutural e pela inexistência de espaços de particular valor, quer do ponto de vista arquitectónico e/ou estrutural quer ainda do ponto de vista histórico-cultural e/ou artístico, permitindo o reaproveitamento total da área de implantação do edifício. Os custos desta tipologia de intervenção são menos significativos do que no restauro;
 - adopção de *soluções de compromisso*, consistindo na introdução de alterações nos edifícios (quartos de banho, cozinhas, zonas de tratamento de roupas,...), ainda que pouco degradados, dando origem a uma nova tipologia das habitações, de acordo com as recentes necessidade no que respeita à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, com aproveitamento e recuperação de materiais existentes em simultâneo com a introdução de novos materiais. Em termos de custos, constitui a solução que apresenta custos mais favoráveis.
- Esta tipologia de intervenção foi e continua a ser a mais generalizada e inclui como prática mais ou menos corrente a interligação de vários edifícios, que interiormente passam a funcionar como um único, no sentido de ultrapassar as dificuldades de funcionalidade das construções de reduzidíssimas dimensões, mantendo contudo a sua individualidade e conservando a sua traça original, em termos de fachada.

O terceiro aspecto residia no facto de a filosofia base da intervenção ser a da não expulsão dos seus habitantes para bairros periféricos, ainda que uma parte da população estivesse ‘condenada’ a sair, quer por limitações físicas e quantitativas do parque edificado existente quer por inexistência de uma significativa área livre, capaz de receber proposta de novas áreas habitacionais.

A população teria contudo um papel fundamental a representar pela sua organização em Associações ou Comissões, que apresentariam propostas próprias de prioridades de realojamento, temporários ou definitivos, dentro ou fora da zona (no Bairro do Aleixo os habitantes do Barredo; noutros Bairros Municipais os moradores da Fonte Taurina-Reboleira).

Simultaneamente foi efectuado um inquérito à população, no sentido de auscultar as possibilidades de intervenção, no que respeita ao realojamento definitivo fora da área, questionando as respectivas disponibilidades e indisponibilidades face a um possível deslocamento.

O papel desempenhado pelas Comissões e Associações de Moradores em todo este processo, constituindo o elo de ligação e articulação mais directa e imediata entre o Comissariado e a população foi de grande relevância, ainda que conhecendo diferentes momentos que se traduziram em diferentes graus de protagonismo e de colaboração.

A este contexto não foi alheio todo o ambiente político e social que envolveu a operação, principalmente na sua fase de implementação e anos subsequentes.

Esta participação tornou-se tão mais relevante quanto mais problemática se revelou a existência na zona de duas populações sociológica e culturalmente distintas, patenteando diferentes comportamentos sociais e distintos graus de enraizamento, gerando posições e interesses antagónicos, por vezes mesmo conflituosos.

Com o decorrer da operação as Comissões foram sendo criadas ou por iniciativa da própria população, e de que são exemplo a Comissão do Barredo (englobando também no seu seio senhorios e comerciantes) e a Comissão de Moradores da Fonte Taurina, criadas em 1975, esta última transformada em Associação dois anos mais tarde, ou por circunstâncias decorrentes do próprio processo em curso, caso da Comissão de Moradores do Aleixo.

Com o desenrolar do processo, e na sequência das alterações estruturais do Comissariado e da própria filosofia de intervenção, as relações entre este organismo e a população, representada pelas associações e comissões de moradores, foi esmorecendo, tornando-se a sua participação mais fraca e pontual com o decorrer da operação, acabando as próprias organizações de moradores por se extinguirem.

Na realidade, no período que decorreu entre a sua criação, em 1975, e a sua progressiva municipalização (1978-1980), os objectivos sociais que caracterizavam a actuação do comissariado tornaram-se cada vez menos claros, sobrepondo-se outros valores e tornando-se explícita a nova aposta do município na terciarização da zona, pelo reforço e promoção das suas potencialidades lúdicas, turísticas e culturais.

A manutenção da função habitacional continuou a ser encarada como o objectivo primordial, sempre complementada por equipamentos de apoio a uma zona com um expressivo défice nesse campo, como factor chave para garantir a evolução desejada, mais abrangente e sustentada do que a simples renovação de habitações poderia, por si só, alcançar.

Neste âmbito e após as primeiras auscultações, levantamentos e estudos efectuados na e para a área de intervenção, o Comissariado avançou com a elaboração e proposta de um programa de equipamentos básicos, indispensáveis ao equilibrado funcionamento da zona e à integração social, profissional e cultural dos seus residentes, bem como à melhoria das suas condições económicas.

Este programa consistia na construção de uma biblioteca/centro de cultura, na instalação de um posto de turismo de pequenas dimensões, vocacionado para a divulgação directa da operação de renovação, na criação de uma unidade hoteleira/residencial, com possibilidade de instalação de uma escola de formação de pessoal especializado neste domínio, na revitalização das actividades comerciais pela introdução de novas actividades, nomeadamente as ligadas ao artesanato, para além de uma forte e ambiciosa aposta na criação de espaços especialmente vocacionados para o ensino, contemplando desde a infantil e primária, até à formação profissional especializada em sectores ligados à recuperação e em articulação com as obras em curso, daí retirando dividendos.

Algumas destas propostas seriam iniciadas de imediato, com execução das obras de renovação dos espaços seleccionados para a sua instalação, ainda que nunca chegassem a funcionar de acordo com a actividade pré-definida, como será o caso da instalação da biblioteca/centro de cultura. Outras encontram-se finalmente em execução, decorridas que estão duas décadas após o reconhecimento da sua importância para a zona e respectiva população e da expressa intenção da sua

existência, por parte do Comissariado, de que é exemplo a instalação de uma unidade hoteleira de elevado standard, não tendo vingado a intenção de promoção de uma escola de formação, ligada às artes do restauro e da renovação.

Defendia-se que a intervenção na área deveria ser programada, com vista ao estabelecimento de uma estratégia de abordagem baseada no quarteirão (com benefícios evidentes no que respeita aos custos de obra e de maior facilidade de movimentação e instalação do material de obra), dado o elevado grau de degradação em que se encontrava grande parte do parque edificado da zona, sobretudo no Barredo e às características medievais da própria malha urbana.

Esta metodologia baseada no quarteirão como unidade morfológica de intervenção, era já defendida no estudo de 1969, pelo seu autor, como a metodologia mais adequada dadas as especificidades da realidade socio-económica da população por um lado e da tipologia, do grau e das características da intervenção a executar, por outro.

Dificuldades decorrentes do andamento da própria operação, relacionadas com a excessiva lentidão na resolução dos processos expropriatórios e de realojamento de inquilinos habitacionais e comerciais e sobretudo da falta de disponibilização de verbas levam a que esta metodologia fosse abandonada.

Em termos de intervenção a metodologia de abordagem passou a ter um carácter pontual, baseado no edifício, sendo cada caso encarado como um caso específico.

Entre 1975 e 1980, no seguimento da política de intervenção do Comissariado, as expropriações foram executadas com base no Decreto-Lei 273-C/75, altura em que foi determinada a sua inconstitucionalidade. Este decreto permitiu, durante a sua vigência, ainda que inconstitucional, uma maior eficácia de actuação.

A expropriação sistemática seria, no entanto, abandonada em 1978, por a Câmara entender que se tornava incomportável para o município fazer uma correcta gestão e manutenção do seu vasto parque habitacional, face à escassez de financiamentos e dos meios disponíveis.

A situação então vivida tomou proporções mais expressivas com o alargamento da área de intervenção do Comissariado a todo o Centro histórico.

Já na década de noventa, mais propriamente em 1991, é criada a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto – FDZHP –, com um âmbito de actuação

que abrange as freguesias da Sé e de S. Nicolau e que se virá a revelar um dos parceiros mais importantes do Município no que respeita à execução e ao investimento efectuado nas áreas da renovação urbana e social.

Com o objectivo de implementação de uma política de reforço da vertente social, expressa no programa de luta contra a pobreza, e de combate à acelerada degradação do parque habitacional da cidade, e consequentemente nos níveis de vida dos seus habitantes, a Fundação tem vindo a desempenhar um papel fundamental. Este tem-se revelado não apenas no contacto com a população local, proveniente de extractos sociais de baixos recursos, na implementação de actividades lúdico-sociais e na captação de apoios financeiros comunitários, estatais e de entidades particulares como na elaboração de estudos de caracterização e de actuação urbanística, para incremento do nível de vida da população da zona histórica da cidade.

O trabalho desenvolvido pela Fundação em articulação com a Câmara do Porto, e mais propriamente com o Comissariado, ao abrigo de um protocolo celebrado entre estas duas entidades e o Comissariado Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza, permitiu que a dinâmica de reabilitação, urbana e humana, que se vinha verificando na Ribeira-Barredo se alargasse para a zona da Sé, com a execução do 'Projecto Piloto Urbano do Bairro da Sé', conferindo outra projecção às intervenções já efectuadas nessa área pelo CRUARB, as quais permaneciam sem a visibilidade e consistência necessárias, muito por falta de um plano estratégico de intervenção global na zona e da sua inserção na cidade concretamente definido.

Paralelamente a Fundação intervém, sempre em articulação com o Comissariado, no prosseguimento da operação de renovação, da área restrita da Ribeira-Barredo.

No plano financeiro, esta actuação em parceria é assegurada tanto pela Fundação, pela aplicação das verbas comunitárias atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado, por intermédio do Programa de 'Luta contra a Pobreza', como pelo município do Porto, através das verbas disponibilizadas, quer por transferências de capital do orçamento municipal para a Fundação, quer ainda pelo orçamento anual atribuído ao Comissariado, para pressecução dos objectivos do Projecto Municipal de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto.

Actualmente, a reabilitação do Bairro da Sé constitui a principal prioridade tanto para o Município como para a Fundação, sendo aí que se concentram grande parte das

intervenções e dos investimentos em curso, abrangendo vários quarteirões segundo a metodologia adoptada, de intervenção sistemática no tecido construído.

Os seus objectivos passam quer pela valorização do ambiente urbano e do património histórico como pelo desenvolvimento económico e social, devolvendo a confiança e auto-estima às pessoas que habitam na zona, em cujo benefício se pretende actuar, à semelhança dos princípios de actuação na Ribeira-Barredo.

A operação de execução do Projecto Piloto envolve um significativo investimento, superior a um milhão de contos, destinados à realização de novas infraestruturas e à recuperação de edifícios para equipamentos públicos.

Estando inicialmente programada a sua conclusão para 1996, a operação continua em curso.

6.2.2.4 Decretos e Programas Financeiros de Apoio à Reabilitação

Com as alterações entretanto introduzidas, em termos estratégicos e operativos pelo CRUARB e com as alterações legislativas introduzidas ao nível do governo central, o processo de intervenção é reajustado às novas condicionantes, tendo-se procedido:

- ao alargamento, em 1982, da área de intervenção a todo o centro histórico, passando de uma área de intervenção de aproximadamente 6,2 ha para cerca de 90 ha;
- à passagem do Comissariado a Projecto Municipal e à sua integração na Câmara Municipal do Porto, em 1985, passando a dispor de quadro e orçamentos próprios, com receitas emanadas, por transferência, do Orçamento Municipal. Apartir de 1989 as transferências municipais para o Projecto Municipal de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto, são efectuadas através de uma rubrica própria, inscrita no orçamento municipal;
- à criação do Programa de Reabilitação Urbana;
- ao estabelecimento dos Contratos de Colaboração Financeira, no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana, em programa trienal das dotações PRID;

- ao estabelecimento dos Contratos de Assistência Técnica, igualmente na sequência do Programa de Reabilitação Urbana;
- à aprovação das Áreas Críticas para Recuperação e Reconversão Urbanística, num total de 8 áreas, abrangendo 10 quarteirões em elevado estado de degradação, para acção imediata (Decreto Regulamentar 54/85, de 12 de Agosto de 1985).

6.2.2.5 Financiamento da Operação e Investimentos Realizados

Até 1978, todas as verbas colocadas ao dispor do Comissariado para execução da operação de renovação, foram concedidas através do ex-Fundo de Fomento da Habitação, organismo que assegurava desde a sua criação o financiamento da operação por transferência de verbas provenientes do Orçamento Geral do Estado.

Com a publicação da Lei das Finanças Locais⁽¹⁶⁾, reconhecendo a autonomia financeira das autarquias, o Governo Central determina o fim do regime de comparticipações e subsídios, desresponsabilizando-se, deste modo, pelo financiamento da operação.

Esta autonomia não foi contudo acompanhada por uma clara delimitação de competências, de modo a assegurar a exequibilidade financeira e a continuidade da operação de renovação, criando-se uma indefinição institucional envolvendo Câmara Municipal e Administração Central.

A partir de 1979, e após intervenção ministerial, ficou estipulado que as verbas relativas às despesas com o pessoal e à execução das obras em curso que não pudessem ser interrompidas, passariam a ser concedidas por intermédio da Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano (DGERU), prevendo-se então que estas se processariam através de dotações anuais de 20 000 contos.

As verbas atribuídas pelo Estado para suportar financeiramente a operação, tornaram-se, deste modo, cada vez mais escassas, com repercussões no andamento e na produtividade da mesma.

Após 1982, os financiamentos passaram a ser efectuados ao abrigo do Despacho SEOP n.º 88/82, emanado a 24 de Setembro pelo Secretário de Estado das Obras Públicas.

⁽¹⁶⁾Lei n.º 1/79 de 2 de Janeiro de 1979

Posteriormente, após a sua municipalização, a responsabilidade de assegurar o financiamento da operação de renovação do centro histórico ficou a cargo da autarquia.

Com a publicação Programa de Reabilitação Urbana e a assinatura dos Contratos de Colaboração Financeira, o financiamento deveria passar a ser assegurado pelas verbas provenientes das dotações PRID destinadas para o efeito, por elaboração de programas trienais, para além de eventuais subsídios e empréstimos concedidos por outras entidades.

Estes contratos chegaram mesmo a ser assinados entre o executivo camarário e a administração central, tendo-se verificado no entanto alguma morosidade e várias complicações na sua execução.

Com a transformação do Comissariado em Projecto Municipal para a Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto, o organismo passou a ter quadro e orçamento próprios, sendo as receitas emanadas provenientes de transferências do orçamento municipal, por dotação específica, após aprovação em Assembleia Municipal e da atribuição de outras participações.

Estas alterações, introduzidas no decorrer do processo, causaram incertezas e atrasos na sua execução tal como planeado, dificuldades essas bem patentes na necessidade de proceder com alguma frequência a ajustes aos planos de actividades executados, para curto e médio prazo, tornando-os mais realistas e condizentes com a disponibilidade financeira e a dinâmica evolutiva e produtiva da própria operação de renovação.

A primeira alteração efectuada ocorreu logo em Dezembro de 1975, altura em que foi estabelecido um Plano de Actividades para o Triénio 1976/1978 prevendo a realização dos seguintes investimentos:

Quadro 6.4 - Plano de Actividades para o Triénio 1976/1978 (em contos)

	1976	1977	1978	Total
Expropriações	25.000	6.000	4.000	35.000
Recuperação Edifícios Existentes	60.000	65.000	50.000	175.000
Novos Edifícios	10.000	10.000	5.000	25.000
Estudos e Projectos	3.500	2.000	500	6.000
Despesas Administrativas	3.000	3.000	3.000	9.000
Beneficiação de Infraestruturas	2.000	1.000	1.000	4.000
Total	103.500	87.000	63.500	254.000

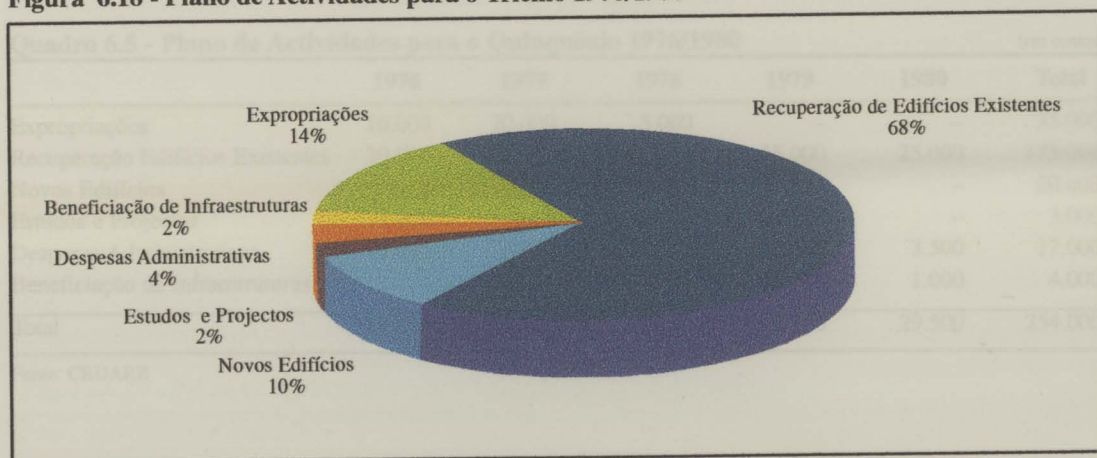
Fonte: CRUARB

Este plano surgiu na sequência do 1º relatório elaborado pelo então Comissário, e que previa um investimento inicial de 23 300 contos para o ano de 1975, de modo a colocar em marcha toda a operação, sendo as verbas para os restantes três anos as constantes no referido Plano de actividades para o Triénio 1976/1978.

A filosofia de intervenção que norteava a operação estava assim reflectida no plano estabelecido, pressupondo um forte investimento inicial em termos de expropriações e de renovação do parque edificado existente, como factor credibilizador da própria operação junto dos principais beneficiários – a população da Ribeira-Barredo.

No primeiro ano de execução do plano seriam dispendidos cerca de 41% da verba total, 34% em 1977, descendo aos 25% no terceiro e último ano.

Figura 6.18 - Plano de Actividades para o Triénio 1976/1978



Em termos expropriatórios o grande esforço seria efectuado no primeiro ano, tendo sido investidos 25 000 contos, cerca de 71,5%, assegurando-se desta forma a disponibilização de edifícios para obras de renovação ou para realojamento provisório, viabilizando-se a continuidade operativa e a constante abertura de novas frentes de obra.

No decorrer dos três anos previa-se que seriam gastos um total de 254 000 contos, dos quais 68% em obras de recuperação do parque edificado existente, 14% em expropriações e 10% na construção de novos edifícios, distribuindo-se os restantes 8% pela beneficiação de infraestruturas, despesas administrativas e pela elaboração de estudos e projectos.



O desenvolvimento da própria operação permitiu que ao fim de alguns meses de actuação, numa visão mais aproximada da realidade, o primeiro plano fosse revisto, tendo-se avançado com a delineação de um segundo para um período de execução mais alargado, correspondendo ao quinquénio 1976/1980.

De facto, algumas ambiguidades na definição das competências do Commissariado, dificuldades de articulação e de resposta em tempo útil por parte dos serviços camarários quando por este solicitados a intervir, os imprevistos no decorrer das obras, a inexistência ou exiguidade de operários qualificados para a especificidade do trabalho a executar, a inexistência no mercado de materiais necessários ao tipo de intervenção colocada em prática, as dificuldades inerentes ao deslocamento definitivo ou temporário da população e a oposição e contestação de alguns proprietários ao processo expropriatório, criavam dificuldades à evolução do processo.

Quadro 6.5 - Plano de Actividades para o Quinquénio 1976/1980

(em contos)

	1976	1977	1978	1979	1980	Total
Expropriações	10.000	20.000	5.000	–	–	35.000
Recuperação Edifícios Existentes	30.000	40.000	45.000	35.000	25.000	175.000
Novos Edifícios	–	5.000	10.000	5.000	–	20.000
Estudos e Projectos	1.000	1.000	500	500	–	3.000
Despesas Administrativas	3.000	3.500	3.500	3.500	3.500	17.000
Beneficiação de Infraestruturas	–	500	1.000	1.500	1.000	4.000
Total	44.000	70.000	65.000	45.500	29.500	254.000

Fonte: CRUARB

Segundo o novo plano de actividades, a verba seria redistribuída por um prazo de cinco anos a aplicar com algumas nuances, pouco significativas, em relação às percentagens definidas no anterior plano.

A alteração mais significativa em termos percentuais verificou-se na verba atribuída à elaboração de estudos e projectos, com uma redução de 50% do valor inicialmente estipulado, passando de 6 000 contos disponíveis para apenas 3 000.

Esta redução resultava do facto de os projectos e estudos a elaborar passarem a ser executados pelos técnicos do próprio Commissariado, em detrimento da sua encomenda a arquitectos exteriores ao organismo, obrigando, como contrapartida, ao reforço do escasso pessoal técnico ao serviço, implicando novas contratações.

As despesas administrativas, reflectindo sobretudo os previsíveis aumentos dos encargos relativos a pessoal, sofrem um acréscimo de 43%, passando de 9 000 para 17 000 contos.

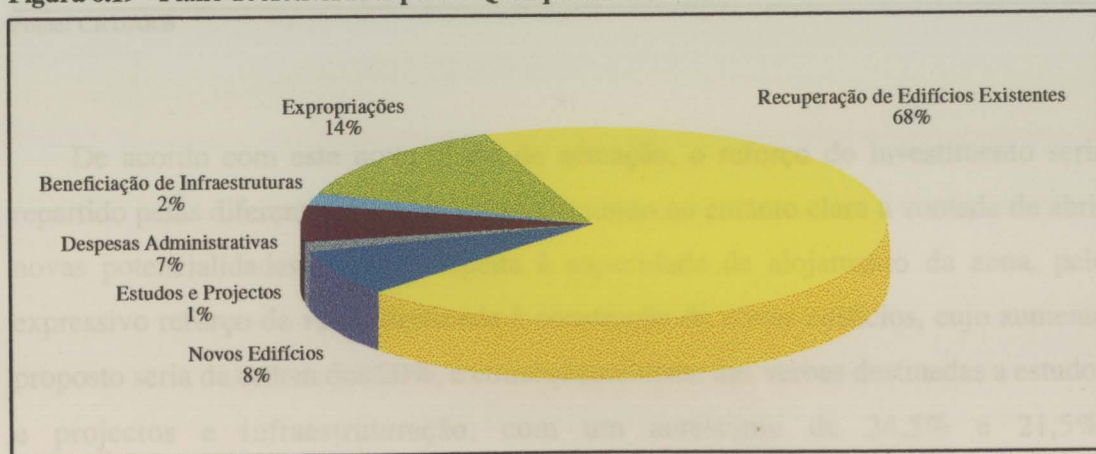
O maior esforço de investimento seria efectuado no segundo e terceiro ano de operacionalidade do Plano de Actividades, com 70 000 e 65 000 contos dispendidos, respectivamente, realizando mais de 53% do investimento destinado à recuperação de edifícios e concentrando nos três primeiros anos o período expropriatório.

É de notar que em qualquer um dos referidos planos de actividades está contemplada a construção de novos edifícios, com atribuição para o efeito de verbas com alguma expressão em termos do montante total previsto – 25 000 contos no Plano para o Triénio 1976/1978 e 20 000 contos no Plano de Actividades para o Quinquénio 1976/1980.

Esta importância não foi contudo dispendida por não se ter procedido à construção de novas edificações em toda a área, mas apenas a reconstruções totais.

À semelhança do anterior Plano de Actividades, a repartição dos 254 000 contos previstos privilegiava a recuperação do parque edificado e as expropriações – 175 000 e 35 000 contos respectivamente – perfazendo, em conjunto, 82% do total da verba a dispendir na operação até 1980.

Figura 6.19 - Plano de Actividades para o Quinquénio 1976/1980



Em Abril de 1977, o Plano para 1976/1980 foi reajustado de acordo com o estágio de desenvolvimento dos trabalhos, corrigindo-se o desfazamento entre o previsto

realizar e o efectivamente realizado, visto que dos 44 000 contos previstos para investir até finais de 1976, apenas 59% (25 938 contos) haviam sido efectivamente aplicados.

As despesas que ultrapassaram os valores previstos foram, precisamente, as dispendidas em estudos e projectos, com mais 50% (aproximadamente 1 572 contos) e em despesas de administração, com um acréscimo de 11% (cerca de 3 386 contos).

A recuperação de edifícios e as expropriações realizadas não ultrapassaram os 52,5% da verba estipulada, atingindo taxas de execução baixas, particularmente nas expropriações, com 19 269 contos (apenas 64,2%) e 1 710 contos (17%), respectivamente.

Após efectuados os acertos, plano de Actividades para o quinquénio previa a aplicação de aproximadamente 287 500 contos, cerca de 33 000 contos mais do que a verba prevista no anterior plano, distribuídos do seguinte modo:

Quadro 6.6- Ajustamento ao Plano de Actividades para o Quinquénio 1976/1980

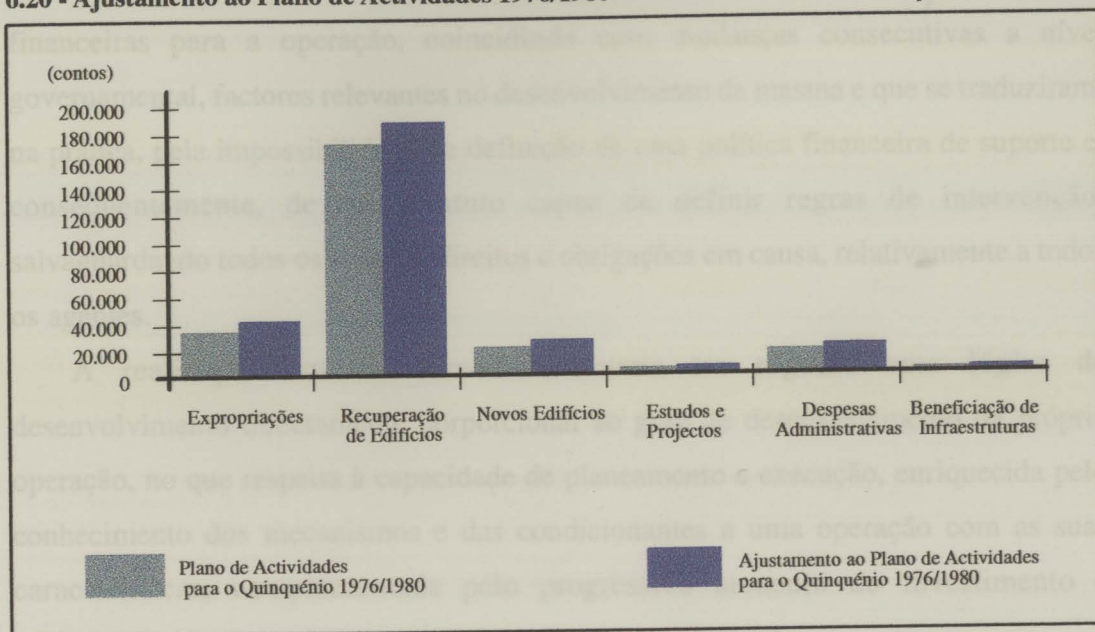
(em contos)

	1976	1977	1978	1979	1980	Total
Expropriações	1.711	28.000	6.000	4.000	3.000	42.711
Recuperação Edifícios Existentes	19.269	45.000	54.000	42.000	30.000	190.269
Novos Edifícios	–	5.000	12.000	6.000	2.000	25.000
Estudos e Projectos	1.572	1.000	700	700	–	3.972
Despesas Administrativas	3.386	4.000	4.000	4.500	4.500	20.386
Beneficiação de Infraestruturas	–	1.000	1.300	1.800	1.000	5.100
Total	25.938	84.000	78.000	59.000	40.500	287.438

Fonte: CRUARB

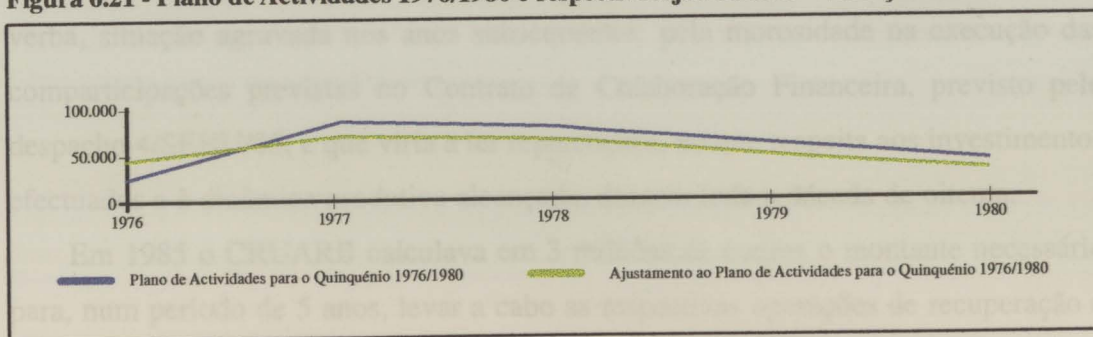
De acordo com este novo plano de actuação, o reforço do investimento seria repartido pelas diferentes áreas de actuação, sendo no entanto clara a vontade de abrir novas potencialidades no que respeita à capacidade de alojamento da zona, pelo expressivo reforço da verba destinada à construção de novos edifícios, cujo aumento proposto seria da ordem dos 20%, e consequentemente das verbas destinadas a estudos e projectos e infraestruturaração, com um acréscimo de 24,5% e 21,5%, respectivamente.

6.20 - Ajustamento ao Plano de Actividades 1976/1980



O reajustamento efectuado ao plano para os anos 1976/1980 previa ainda que o atraso verificado no ano de 1976 em termos do investimento realizado fosse recuperado anualmente de forma constante, não se verificando portanto um acréscimo significativo, em termos percentuais, em qualquer dos anos seguintes.

Figura 6.21 - Plano de Actividades 1976/1980 e respectivo Ajustamento - Variação anual



Posteriormente, no relatório anual do Comissariado referenciado a Dezembro de 1978, estimava-se em mais cinco anos o prazo necessário para finalizar a operação de renovação em curso na área da Ribeira-Barredo, sendo o respectivo investimento calculado em cerca de 456 000 contos, pelo que desde 1979 até 1983 era imprescindível que se verificasse a atribuição de dotações médias anuais de cerca de 90 000 contos, de modo a alcançar os objectivos estipulados.

Os anos de 1979 a 1982 corresponderam no entanto a um período de dificuldades financeiras para a operação, coincidindo com mudanças consecutivas a nível governamental, factores relevantes no desenvolvimento da mesma e que se traduziram, na prática, pela impossibilidade de definição de uma política financeira de suporte e, consequentemente, de um estatuto capaz de definir regras de intervenção, salvaguardando todos os valores, direitos e obrigações em causa, relativamente a todos os agentes.

A realização dos investimentos deveria ter seguido uma lógica de desenvolvimento directamente proporcional ao grau de desenvolvimento da própria operação, no que respeita à capacidade de planeamento e execução, enriquecida pelo conhecimento dos mecanismos e das condicionantes a uma operação com as suas características, complementada pelo progressivo aumento do investimento e participação dos privados na reabilitação do parque edificado.

Os sucessivos estrangulamentos financeiros anteriormente referidos, as dificuldades de prosseguimento da operação de uma forma mais expedita em termos expropriatórios, as dificuldades dos proprietários e da autarquia na obtenção de crédito a juros compensatórios e outros factores de natureza diversa, obstaram, contudo, a que na prática a visibilidade dos resultados fosse tão rápida e eficaz quanto o planeado.

Em 1984 as obras chegariam mesmo a parar na Ribeira-Barredo, por falta de verba, situação agravada nos anos subsequentes, pela morosidade na execução das participações previstas no Contrato de Colaboração Financeira, previsto pelo despacho 4/SEHU/85, e que viria a ter repercussões, no que respeita aos investimentos efectuados e à dinâmica produtiva alcançada, durante toda a década de oitenta.

Em 1985 o CRUARB calculava em 3 milhões de contos o montante necessário para, num período de 5 anos, levar a cabo as respectivas operações de recuperação e reconversão urbanística na área da Ribeira-Barredo, valor que atingiria os 10 milhões de contos se a área de actuação considerada fosse a área alargada a todo o Centro Histórico, incluindo as 8 áreas definidas no Decreto Regulamentar nº 54/85, passando nestas circunstâncias o período de actuação a ser de 10 anos.

A relação de investimentos enviada ao Secretário de Estado da Habitação nesse mesmo ano, e elaborada para o período 1985/1987, previa efectuar intervenções no Centro Histórico no valor de 1 070 804 contos.

Este valor seria no entanto actualizado em 1986 e corrigido para 1 008 005 contos, a aplicar do seguinte modo:

Quadro 6.7 – Contrato de Colaboração Financeira para o triénio 1985/1987 – Mapa resumo (em contos)

Descrição	1985	1986	1987	Orçamento
Aquisição de edifícios e/ou terrenos		14.716	32.000	46.716
Obras em edifícios/terrenos em aquisição		26.400	66.000	92.400
Obras em prédios municipais	13.798	116.835	104.686	235.319
Obras nos quarteirões de acção imediata				
Subsídio com base na al. a) do ponto 2º do despacho 7/SEHU/85		106.200	106.500	212.700
Empréstimo com base no PRID		177.000	177.500	354.500
Infraestruturas (a financiar a 50% do valor apresentado)	14.700	37.070	14.600	66.370
Total	28.498	478.221	501.286	1.008.005

Fonte: Quadro elaborado com base em dados fornecidos pelo CRUARB

Em 1987 o primeiro Contrato de Colaboração Financeira elaborado não havia ainda sido executado, por dificuldades de obtenção dos financiamentos a assegurar pelo Estado à operação, pelo que foi elaborado um novo contrato para o triénio 1987/1989, contemplando os seguintes investimentos:

Quadro 6.8 – Contrato de Colaboração Financeira para o triénio 1987/1989 – Mapa resumo (em contos)

Descrição	1987	1988	1989	Orçamento
Obras de reconstrução	3.000	10.000	8.500	21.500
Obras em prédios municipais*	68.000	294.940	239.710	602.650
Obras nos quarteirões de acção imediata				
Subsídio com base na alínea a) do ponto 2º do despacho 7/SEHU/85	42.300	85.200	85.200	212.700
Empréstimo com base no PRID	105.750	213.000	213.000	531.750
Infraestruturas (correspondente a 50% do custo)	9.000	38.773	28.046	75.819
Total	228.050	641.913	574.456	1.444.419

* Inclui apenas 40% dos custos da obra com a designação Lada 1 e Lada 2.

Fonte: Quadro elaborado com base em dados fornecidos pelo CRUARB

Na década de 90, mais concretamente a partir de 1989, as propostas de investimento refletem, de forma clara, a nova orientação estratégica de intervenção no Centro Histórico, com uma forte aposta no planeamento urbanístico, bem como a nova estrutura orgânica do próprio organismo face ao município, com as verbas a serem directamente estipuladas, anualmente, em orçamento municipal, para a totalidade da

área abrangida pelo projecto sem discriminação de áreas, pelo que não é possível isolar para análise, após essa data, quais as verbas investidas exclusivamente na Ribeira-Barredo e quais as aplicadas na Sé-Miragaia.

No entanto, como facilmente se pode depreender, tendo presente a nova perspectiva de intervenção, o investimento proposto para a área da Ribeira-Barredo terá sido alvo de uma expressiva diminuição, condicionada principalmente pelo alargamento da área de intervenção a outras zonas também extremamente degradadas, principalmente a da Sé, para onde seriam maioritariamente canalizadas as verbas, num esforço de recuperação, de modo a aproximá-la dos índices de recuperação então já alcançados para a zona da Ribeira-Barredo.

Desde o início da operação a Administração Central colocou à disposição do Comissariado um total aproximado de 603 542 contos, em dotações anuais variáveis, que se apresentam no seguinte quadro:

Quadro 6.9 - Dotações anuais atribuídas directamente pela Administração Central (em escudos)

Entidade	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	Total
SEHU	3.500	42.800	40.000					200.000			21.340	10.146			317.786
MHOP				83.000	39.000										122.000
DGERU					15.000	50.000	20.000	18.000	20.000						123.000
DGPU												7.352			7.352
DGOT													15.206	18.198	33.404
Total	3.500	42.800	40.000	83.000	54.000	50.000	20.000	218.000	20.000	0	21.340	17.498	15.206	18.198	603.542

Fonte: CRUARB

As verbas atribuídas pelo Governo ao longo dos quatro primeiros anos de existência do CRUARB, período inicialmente estimado para conclusão da respectiva intervenção na totalidade da área da Ribeira-Barredo, totalizaram o montante de 169 300 contos, quantia largamente deficitária, face ao montante estimado como indispensável para fazer face às graves carências habitacionais, sociais e económicas da zona, calculado em mais 33,4% do efectivamente atribuído.

Por este motivo o período de actuação do Comissariado teve que ser necessariamente prolongado, permanecendo ainda em plena actividade.

Pela análise do quadro verifica-se que após uma dotação inicial de apenas 3 500 contos, correspondendo à criação e estruturação do Comissariado e ao arranque das primeiras intervenções nos casos de maior gravidade, as dotações anuais foram sendo reforçadas, atingindo o seu máximo em 1978.

A partir deste ano, e na sequência da progressiva desresponsabilização da Administração Central pelo financiamento da operação, constata-se uma diminuição do montante das verbas transferidas, não se tendo verificado no ano de 1984 a atribuição de qualquer montante.

Relativamente ao ano de 1982 é contudo de ressaltar a atribuição esporádica de uma verba adicional de 200 000 contos à verba normalmente destinada à operação, montante esse atribuído para aplicação exclusiva na zona da Sé e de Miragaia, nos edifícios afectados por um forte temporal.

De modo a assegurar o prosseguimento das obras durante o ano de 1981, foi acordada com o então Secretário de Estado da Habitação, uma dotação de 40 000 contos proveniente do Orçamento Geral do Estado, destinadas a financiar os encargos do Gabinete e as obras de renovação, ficando, a título eventual, o processamento das indemnizações a cargo da Câmara Municipal do Porto, com a disponibilização de 10 000 contos.

As transferências do OGE nunca chegaram a ser efectuadas na sua globalidade, ficando reduzidas a apenas 50% do valor estipulado, pelo que o ano de 1981 e os anos subsequentes foram de total estrangulamento financeiro para a operação.

Pode-se mesmo afirmar que na década de oitenta a situação financeira do Comissariado comprometeu, de algum modo, o desempenho e a capacidade produtiva que vinha demonstrando até ao momento.

Paralelamente, verifica-se pela análise do quadro 6.10 que as comparticipações camarárias se tornaram cada vez mais expressivas.

Quadro 6.10 – Comparticipações Camarárias e Receitas Próprias do CRUARB (em escudos)

Entidade	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Total
CMP-exprop.			10.000	4.428	3.135	6.194	4.506	6.220	5.268										39.751
CMP-vencim.					3.752	10.207	12.878	13.691	15.584	23.230									79.342
CMP-DPMRU/CHP											527.550	1.018.880	947.600	866.650	779.005	1.035.000	896.077	1.024.150	7.094.912
CMP-FDZHP														130.000	310.000	250.000	150.000	840.000	
Total CMP	0	0	10.000	4.428	6.887	16.401	17.384	19.911	20.852	23.230	527.550	1.018.880	947.600	996.650	1.089.005	1.285.000	896.077	1.174.150	8.054.005
CRUARB-rendas	1.750	1.450			9.100	5.772	10.800	12.215	17.791										58.878
CRUARB-outras					38.594	37.546	21.818	14.902	9.425	5.642									127.927
Total CRUARB	1.750	1.450	0	0	47.694	43.318	32.618	27.117	27.216	5.642	0	0	0	0	0	0	0	0	186.805
TOTAL	1.750	1.450	20.000	8.856	57.716	65.913	54.508	53.248	53.336	28.872	527.550	1.018.880	947.600	996.650	1.089.005	1.285.000	896.077	1.174.150	8.280.561

Fonte: CRUARB

Não obstante, a primeira comparticipação prestada à operação pela administração local de carácter não eventual, reporta-se a 1983, quatro anos após a publicação da Lei das Finanças Locais, funcionando nestes moldes até 1988, inclusivé.

Esta participação corresponde a um montante de 104 655 contos para fazer face às expropriações em curso na Ribeira-Barredo e ao pagamento dos vencimentos do pessoal técnico e administrativo do Comissariado, totalizando uma comparticipação directa à operação por parte do município, de 119 093 contos.

A estas verbas há que juntar as que resultam das receitas próprias do CRUARB, provenientes das rendas cobradas na área da Ribeira-Barredo, juros de capital e outras receitas, correspondendo a cerca de 186 805 contos, totalizando a quantia aproximada de 305 898 contos.

A partir de 1989 a atribuição de verbas para aplicação sofreu alterações significativas, passando o financiamento ao Projecto Municipal a ser executado através de dotação própria, inscrita em orçamento municipal sob a designação de Direcção do Projecto Municipal de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto (DPMRUHP), através do qual foram colocados à disposição da operação até 1996, 7 934 912 contos.

Esta verba contempla não apenas o CRUARB-CH, organismo tutelado pela câmara, com 89,4% da verba orçada, como instituições particulares, mais propriamente a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP), com os restantes 10,6%, correspondendo a atribuições de 7 094 912 contos e de 840 000 contos, respectivamente.

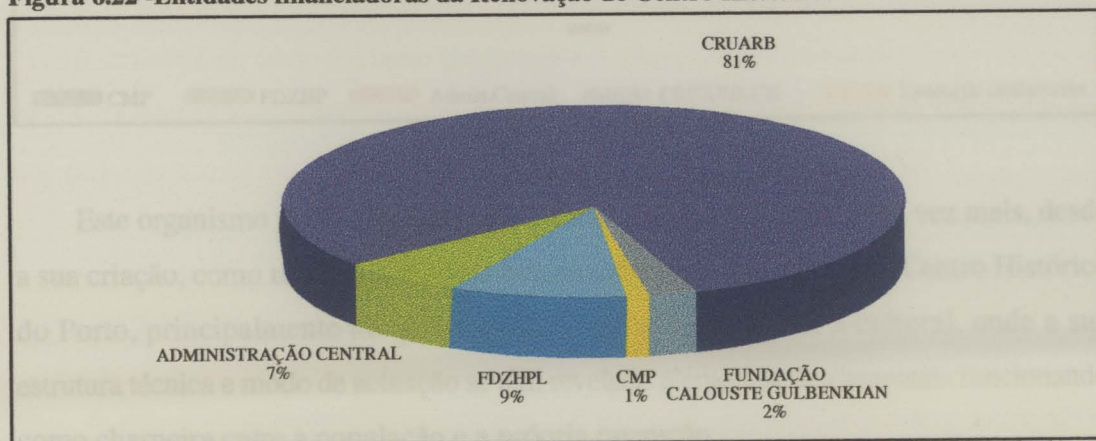
As fontes de financiamento da FDZHP não se reduzem porém às atribuições camarárias, juntando-se a estas outras verbas, designadamente as disponibilizadas pela comunidade europeia através do Programa de Luta Contra a Pobreza.

Há ainda a salientar as contribuições à execução do programa de renovação provenientes da Fundação Calouste Gulbenkian, através das comparticipações efectuadas na renovação do Mercado Ferreira Borges, no valor de 20 000 contos, representando cerca de 40% do custo total, e na construção do Complexo Habitacional e Comercial da Lada, com atribuição de 201 813 contos, correspondendo a uma comparticipação da ordem dos 60% do custo total da obra, bem como a referência a contribuições da Região Militar do Norte e da Fundação Eng^o António Almeida,

correspondendo a subsídios atribuídos em Outubro de 1985 e em Dezembro do mesmo ano, no valor de dois mil e oitocentos contos e dois mil contos, respectivamente, verbas que apesar de orçadas nunca chegariam a ser colocadas à disposição do Comissariado.

Até 1996 a operação contou com a disponibilização de uma verba que atingiu aproximadamente os 9 105 916 contos, não contabilizando as verbas atribuídas à FDZHP por outros organismos que não a Câmara Municipal do Porto, assim distribuídos pelas diferentes entidades:

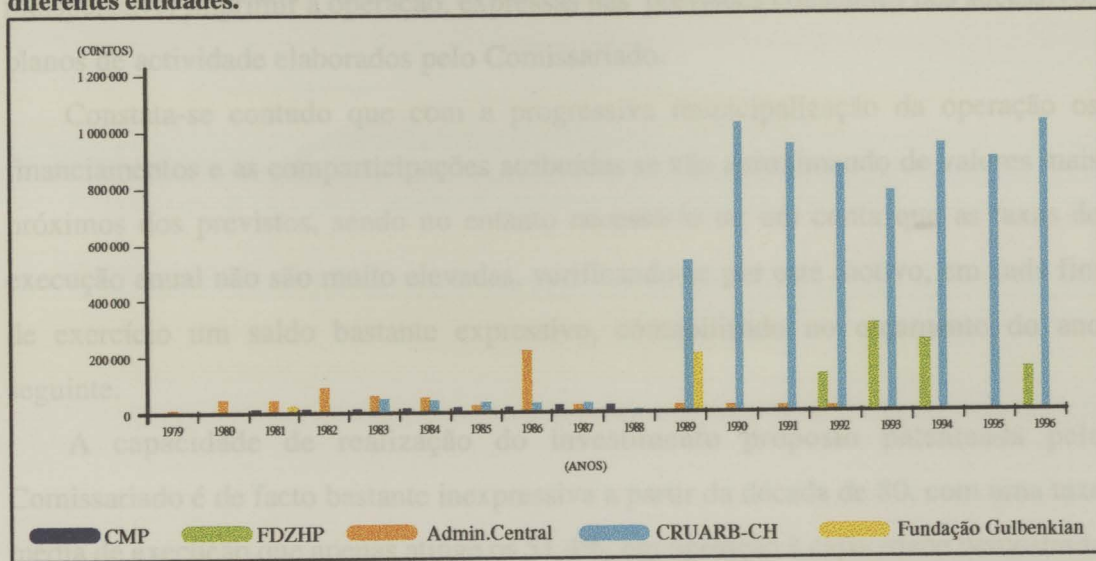
Figura 6.22 -Entidades financiadoras da Renovação do Centro Histórico.



No que respeita à evolução do investimento, considerando as diferentes entidades envolvidas no processo e conforme se pode constatar pela análise da figura 6.24, verifica-se que a um período inicial de financiamento exclusivo à operação da responsabilidade da Administração Central, que atinge no ano de 1978 uma quantia significativa – 83 000 contos –, segue-se um período de desaceleração progressiva do financiamento à operação por parte deste organismo.

A sua participação no financiamento da operação deixou mesmo de se constituir como a mais significativa, como se verifica na figura 6.23, – com uns inexpressivos 6,6% do financiamento global atribuído–, quando comparada com as verbas disponibilizadas pelas restantes entidades financiadoras da operação – CRUARB-CH com 80,3%, CMP com 1,3%, Fundação Calouste Gulbenkian com 2,5% e mais recentemente, a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP) com um investimento que ronda os 9,3%, tendo em consideração somente os investimentos realizados com verbas provenientes do orçamento municipal.

Figura 6.23 - Dinâmica anual dos financiamentos à renovação do centro histórico, segundo as diferentes entidades.



Este organismo privado de interesse público tem-se assumido cada vez mais, desde a sua criação, como um dos principais dinamizadores da renovação do Centro Histórico do Porto, principalmente no que respeita à sua vertente social e cultural, onde a sua estrutura técnica e modo de actuação se têm revelado elementos fundamentais funcionando como charneira entre a população e a própria operação.

Contudo, o desfazamento entre as necessidades de investimento inerentes a uma operação do género e a capacidade de execução e de disponibilização desses mesmos recursos é significativa, como se pode constatar pela observação do quadro 6.11.

Quadro 6.11 - Programa de Intervenção. Dinâmica e Balanço de Gestão (em contos)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Invest. Previsto	23.300	44.000	84.000	78.000	85.000	95.000	95.000	91.000	90.000	*	175.391	213.949	228.050	641.913	574.456	361.850	505.000	966.650	1.089.000	1.285.911	896.077	1.174.150	
Ribeira-Barredo	23.300	44.000	70.000	78.000	85.000	95.000	95.000	91.000	90.000	*	41.640	95.168	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Orçamento	3.500	43.724	57.786	85.085	65.609	50.984	30.000	222.430	327.378	251.098	220.084	195.924	144.876	221.782	527.050	1.018.880	947.600	866.550	779.005	1.035.911	896.077	1.024.150	
Ribeira-Barredo	3.500	43.724	57.786	85.085	65.609	50.984	30.000	22.430	107.570	31.280	34.045	45.922	36.423	42.493	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Investimento	2.536	25.937	55.706	75.226	66.075	37.740	43.357	22.975	136.832	124.645	91.156	114.003	56.638	141.052	179.787	301.388	387.134	427.642	415.056	352.382	460.532	611.585	
Ribeira-Barredo	2.536	25.937	55.706	75.226	66.075	37.740	43.357	22.172	103.253	47.181	16.014	26.910	17.325	93.273	*	*	*	*	*	*	*	*	*
% Atrib. Prevista	15%	99%	69%	109%	77%	54%	32%	244%	364%	*	125%	92%	64%	35%	92%	282%	188%	90%	72%	81%	100%	87%	
Ribeira-Barredo	15%	99%	83%	109%	77%	54%	32%	25%	120%	*	82%	48%	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Taxa Execução	72%	59%	96%	88%	101%	74%	145%	10%	42%	50%	41%	58%	39%	64%	34%	30%	41%	49%	53%	34%	51%	60%	
Ribeira-Barredo	72%	59%	96%	88%	101%	74%	145%	99%	96%	151%	47%	59%	48%	220%	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Saldo	964	17.787	2.080	9.859	-466	13.244	-13.357	199.455	190.546	126.453	128.928	81.921	88.238	80.750	347.263	717.492	560.466	438.908	365.949	683.529	435.545	412.565	

Na realidade, pela análise do quadro é possível concluir que a capacidade de atribuição efectiva das receitas para investimento não é suficiente para dar resposta por

um lado às necessidades da população e por outro ao ritmo de produção que é indispensável imprimir à operação, expressas nas previsões constantes nos sucessivos planos de actividade elaborados pelo Comissariado.

Constata-se contudo que com a progressiva municipalização da operação os financiamentos e as participações atribuídas se vão aproximando de valores mais próximos dos previstos, sendo no entanto necessário ter em conta que as taxas de execução anual não são muito elevadas, verificando-se por este motivo, em cada fim de exercício um saldo bastante expressivo, contabilizado no orçamento do ano seguinte.

A capacidade de realização do investimento proposto patenteada pelo Comissariado é de facto bastante inexpressiva a partir da década de 80, com uma taxa média de execução que apenas atinge os 51,4%, em oposição à capacidade demonstrada nos primeiros anos de actuação, período em que esta se situa nos 83,5%.

Até finais de 1996 o investimento efectivamente realizado na recuperação e reabilitação do Centro Histórico do Porto foi de aproximadamente 4 129 364 contos, aplicado do seguinte modo:

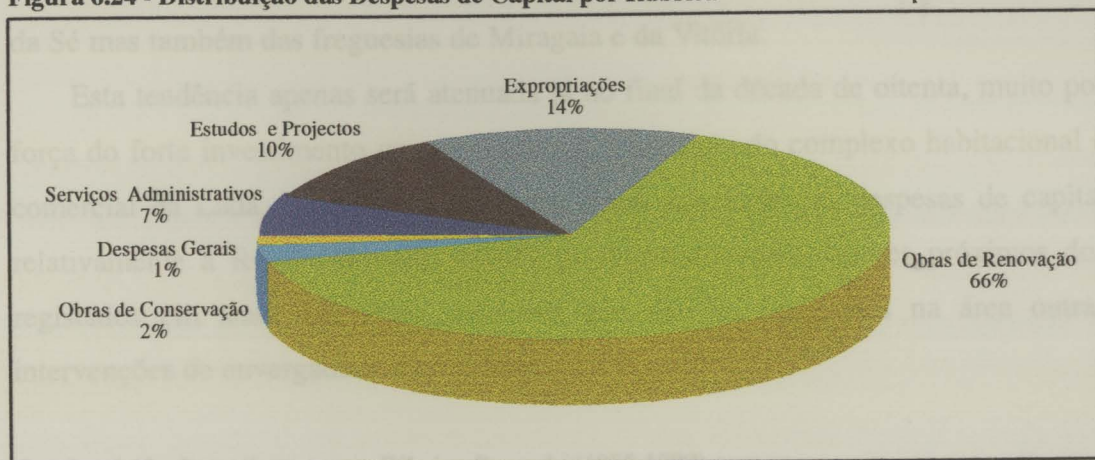
Quadro 6.12 – Investimentos Realizados na Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto (em contos)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Total
Serviços Administrativos	1.183	2.956	4.056	2.442	2.364	3.195	3.380	3.150	5.408	6.433	7.614	9.347	9.121	11.900	15.081	19.764	21.935	23.309	26.361	17.809	37.574	44.392	280.774
Estudos e Projectos	345	1.591	764	2.154	2.621	3.041	2.915	2.987	4.936	8.064	8.145	8.547	11.613	14.796	16.660	19.935	27.029	55.355	46.041	66.745	51.644	66.418	424.336
Expropriações	-	1.710	10.039	13.926	10.574	3.412	10.210	4.518	4.908	7.792	11.976	27.157	7.985	1.444	-	14.584	28.025	72.609	79.189	-	115.185	168.747	594.050
Obras de Renovação	886	19.287	40.246	56.349	49.405	26.708	24.341	10.560	116.668	98.018	59.977	66.065	26.343	110.133	142.028	238.880	297.666	251.152	240.832	253.892	244.951	318.418	2.692.735
Obras de Conservação	-	-	-	435	483	1.300	425	4.005	2.052	2.143	880	603	757	3.475	4.943	10.373	22.650	16.342	10.957	7.927	7.362	97.11	
Despesas Gerais	122	393	601	355	646	901	1.221	1.335	847	2.286	1.301	2.077	1.073	2.002	2.543	3.282	2.106	2.567	4.291	2.979	3.251	4.248	40.257
Total	2.536	25.937	55.706	75.226	66.075	37.740	43.357	22.975	136.832	124.645	91.156	114.003	56.638	141.032	179.787	301.388	381.134	427.642	415.066	352.382	460.352	611.585	4.129.364

Fonte: CRUARB

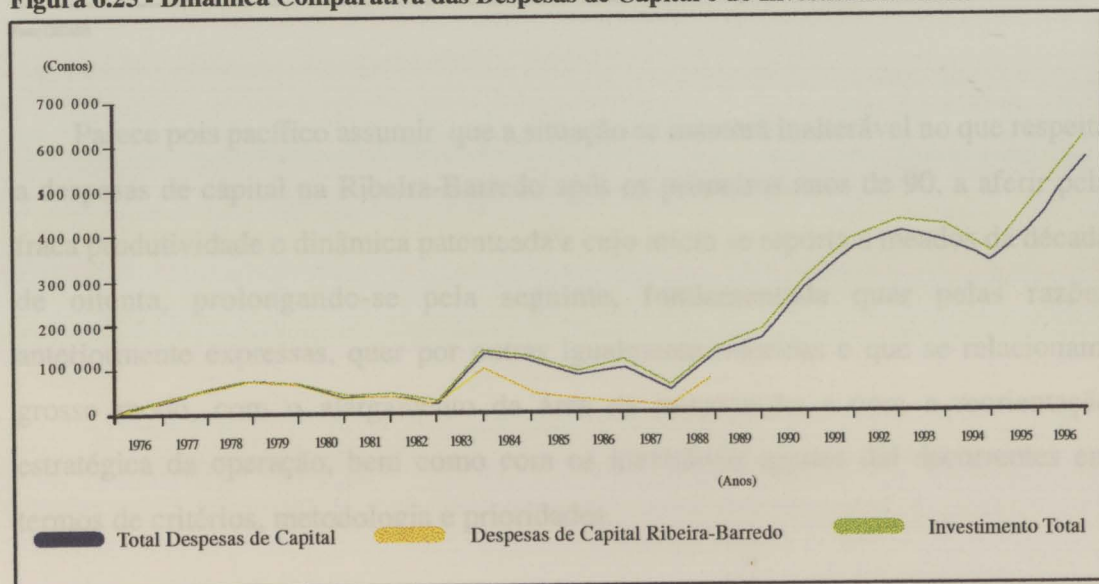
As despesas de capital, totalizado cerca de 3 808 233 contos, representam, como aliás seria desejável, uma parte significativa deste investimento, mais propriamente cerca de 92% do total, acompanhando de modo proporcional a sua evolução, sendo os restantes 8% relativos a despesas correntes.

Figura 6.24 - Distribuição das Despesas de Capital por Rúbrica



Desde o início da operação até 1989, 64 % do total das despesas de capital efectuadas no Centro Histórico referem-se às investidas exclusivamente na área da Ribeira -Barredo, não sendo possível efectuar esta análise pormenorizada após esta data, face à insuficiente discriminação dos dados disponibilizados para observação, pelo que a partir desse ano os valores apresentados contemplam os montantes globais investidos para a totalidade da área do centro histórico.

Figura 6.25 - Dinâmica Comparativa das Despesas de Capital e do Investimento Total



Verifica-se porém que a partir da década de oitenta, as despesas de capital levadas a cabo na Ribeira-Barredo efectuadas pelo Organismo responsável pela renovação urbana da área, diminuem progressivamente em relação ao total de despesas de capital

efectuadas em benefício da restante área do Centro Histórico, principalmente da área da Sé mas também das freguesias de Miragaia e da Vitória.

Esta tendência apenas será atenuada já no final da década de oitenta, muito por força do forte investimento que representa a construção do complexo habitacional e comercial da Lada, sendo certo que após a sua conclusão, as despesas de capital relativamente à Ribeira-Barredo devem ter regressado para valores próximos dos registados em anos anteriores, uma vez que não se registaram na área outras intervenções de envergadura semelhante.

Quadro 6.13 - Investimentos na Ribeira-Barredo (1975-1988)

(em contos)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	total	%
serviços admin.istr	1.183	2.956	4.056	2.442	2.364	3.195	3.380	2.730	3.246	2.764	3.272	4.478	5.419	10.272	51.757	8,18
estudos e projectos	345	1.591	764	2.154	2.621	3.041	2.905	2.619	1.546	1.757	2.106	2.472	5.196	1.451	30.568	4,83
expropriações	0	1.710	10.039	13.926	10.574	3.412	10.210	4.503	3.370	5.159	2.886	15.062	2.159	0	83.010	13,12
obras de renovação	886	19.287	40.246	56.349	49.435	26.708	24.341	10.560	90.239	33.681	4.854	3.043	3.071	79.098	441.798	69,83
obras de conservação	0	0	0	0	435	483	1.300	425	4.005	2.052	2.143	880	603	757	13.083	2,07
despesas gerais	122	393	601	355	646	901	1.221	1.335	847	1.768	753	975	877	1.695	12.489	1,97
Total																
Ribeira-Barredo	2.536	25.937	55.706	75.226	66.075	37.740	43.357	22.172	103.253	47.181	16.014	26.910	17.32	93.273	632.705	100,00
Total																
investimentos	2.536	25.937	55.706	75.226	66.075	37.740	43.357	22.975	136.832	124.645	91.156	114.003	56.638	141.032	993.858	100,00
% Total																
investimentos	100	100	100	100	100	100	100	96,50	75,46	37,85	17,57	23,60	30,59	66,14	63,66	

Fonte: CRUARB

Parece pois pacífico assumir que a situação se manterá inalterável no que respeita a despesas de capital na Ribeira-Barredo após os primeiros anos de 90, a aferir pela fraca produtividade e dinâmica patenteada e cujo início se reporta a meados da década de oitenta, prolongando-se pela seguinte, fundamentada quer pelas razões anteriormente expressas, quer por outras igualmente referidas e que se relacionam, grosso modo, com o alargamento da área de intervenção e com a reorientação estratégica da operação, bem como com os inevitáveis ajustes daí decorrentes em termos de critérios, metodologia e prioridades.

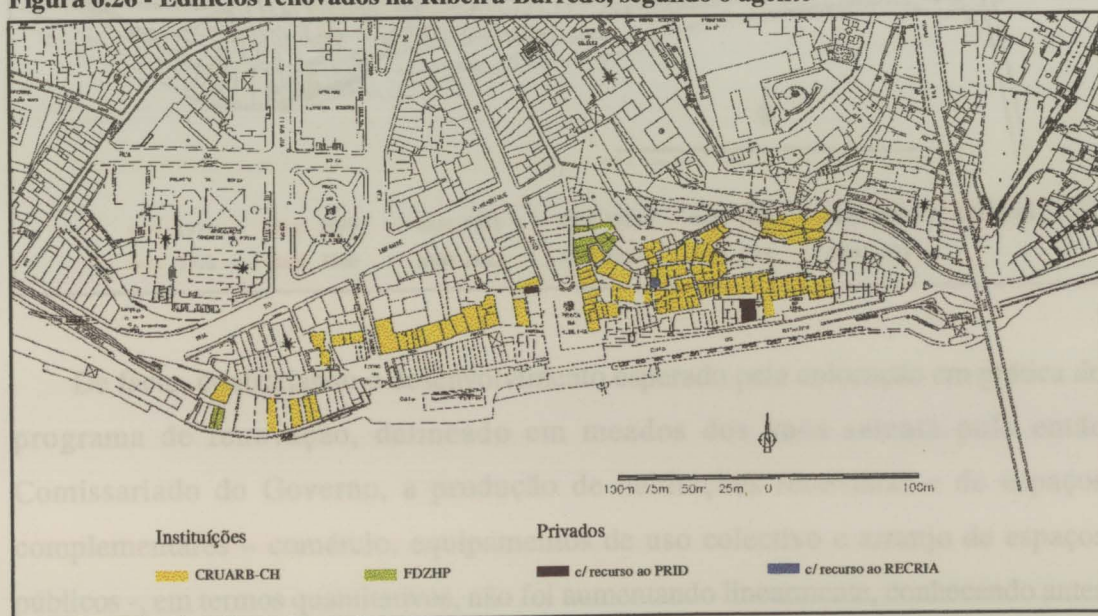
6.2.2.6 Capacidade e Dinâmica de Realização

A dinâmica de renovação levada a cabo no centro histórico prende-se com diversos factores de ordem política, estratégica, económica, social, logística e mesmo cultural, facto tanto mais relevante quando, actualmente, se trata de uma área de intervenção com cerca de 90ha e 3220 edifícios, grande parte dos quais, aproximadamente 40%, em avançado grau de degradação e/ou sem as condições mínimas de habitabilidade e segurança.

Desde o início da operação de renovação urbana até ao ano de 1996 e no âmbito da mesma, a capacidade de actuação dos agentes, privados ou municipais, envolvidos no processo, revelou-se relativamente pouco significativa, tendo sido renovada na totalidade do centro histórico uma área de aproximadamente 87.382 m², dos quais 31% situados em plena Ribeira-Barredo.

Esta, ainda que constituindo uma área de menores dimensões, e após mais de duas décadas de actuação, não se encontra ainda totalmente renovada sendo no entanto notório o trabalho aí desenvolvido, mesmo considerando que este ainda se encontra num estágio bastante aquém das expectativas iniciais.

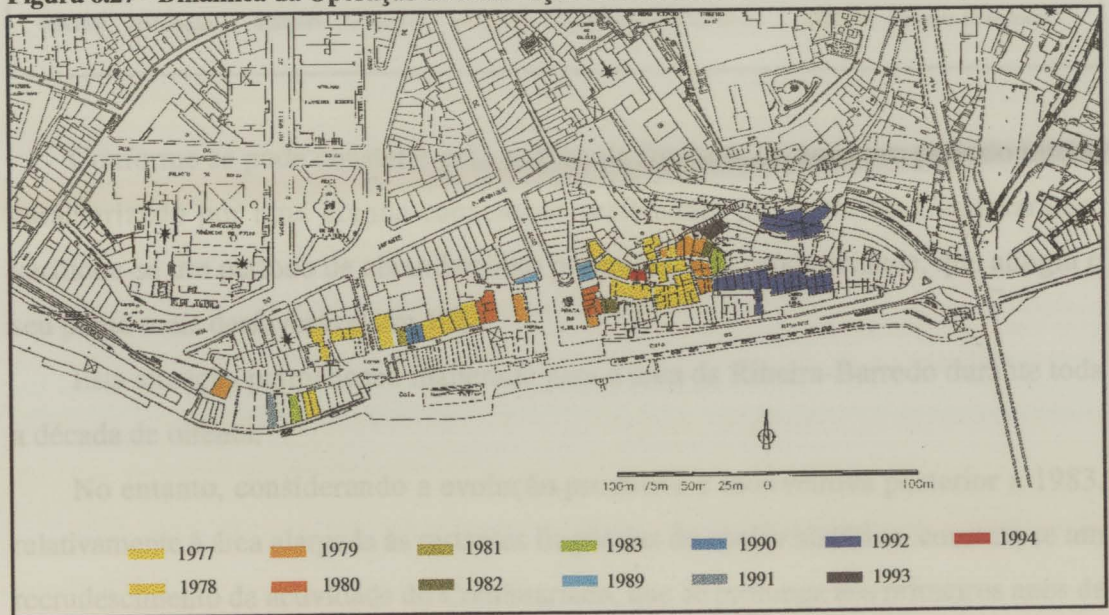
Figura 6.26 - Edifícios renovados na Ribeira-Barredo, segundo o agente



Fundamental para esta realidade será não apenas o estrangulamento financeiro a que o CRUARB se encontrou sujeito durante grande parte da sua existência, mas sobretudo a metodologia de intervenção adoptada pelo Comissariado, baseada numa intervenção pública de carácter sistemático, para além da inexistência de uma verdadeira política de habitação e da ineficácia ou insuficiência dos sistemas vigentes de crédito bonificado aos particulares.

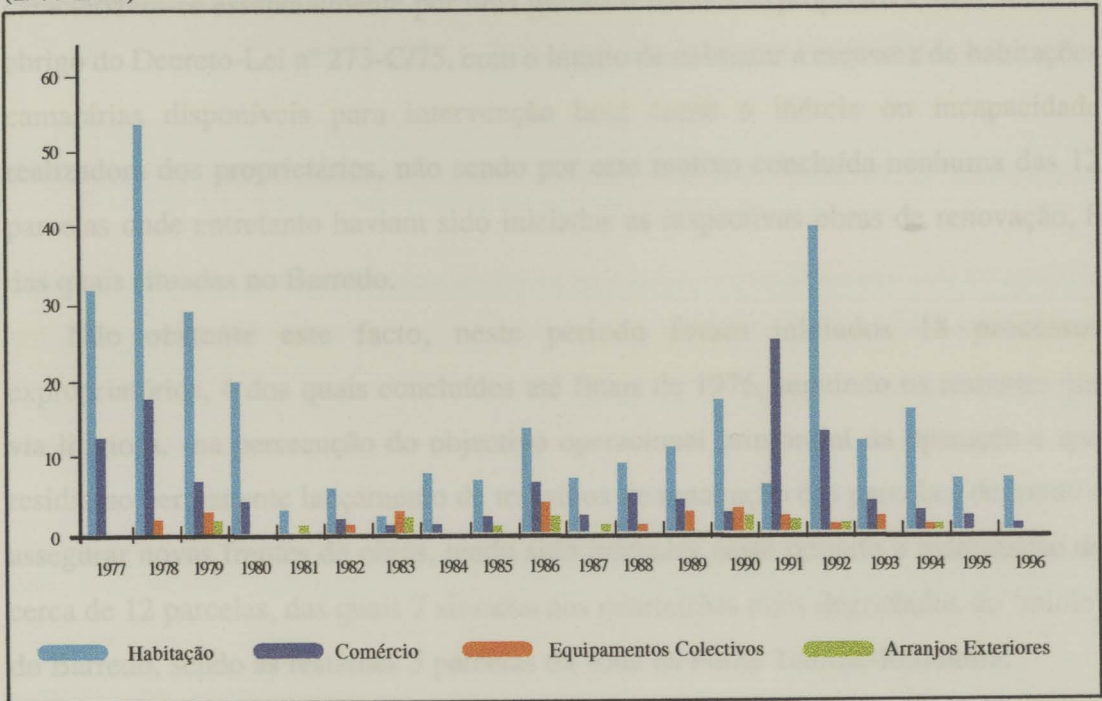
Por este motivo da totalidade das intervenções efectuadas na Ribeira-Barredo, 83% foram executadas pelo CRUARB, 11,9% pela Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto e apenas 0,3% pelos proprietários, com recurso aos programas existentes de financiamento, e mais concretamente ao PRID e ao RECRUA.

Figura 6.27 - Dinâmica da Operação de Renovação dos edifícios na Ribeira-Barredo (1975-1996)



De facto, contrariando o desenvolvimento esperado pela colocação em prática do programa de renovação, delineado em meados dos anos setenta pelo então Comissariado do Governo, a produção de habitações renovadas e de espaços complementares – comércio, equipamentos de uso colectivo e arranjo de espaços públicos -, em termos quantitativos, não foi aumentando linearmente, conhecendo antes períodos de grande abrandamento e mesmo de alguma estagnação, no que respeita à área de intervenção da Ribeira-Barredo.

Figura 6.28 - Dinâmica da Operação de Renovação no Centro Histórico e da Ribeira-Barredo (1977-1996)



Conforme se pode constatar pela análise da figura 6.28, após um período inicial caracterizado por uma grande capacidade realizadora por parte do Comissariado, verificou-se um período de abrandamento progressivo na produtividade, que atingiu o seu ponto mais desfavorável em 1981.

Esta situação permaneceu inalterada para a área da Ribeira-Barredo durante toda a década de oitenta.

No entanto, considerando a evolução produtiva e interventiva posterior a 1983, relativamente à área alargada às restantes freguesias do centro histórico, constata-se um recrudescimento da actividade do Comissariado, que se prolonga aos primeiros anos da década de noventa, após o que se verifica novamente um decréscimo produtivo, sendo a média de renovação/ano, considerando o período 1975-1996, de 14 habitações/ano, 5,3 espaços comerciais, 1 equipamento colectivo e apenas 0,6 arranjos exteriores.

O período de maior actividade do Comissariado no que respeita às renovações efectuadas e expropriações realizadas abrange todo o período de 1977 a 1980, correspondendo os anos de 1975/76 à fase de criação e organização das infraestruturas técnicas, à definição de critérios e prioridades de intervenção e ao arranque da própria operação.

Como seria de prever, os dois primeiros anos de actividade do Comissariado caracterizam-se essencialmente por uma grande dinâmica expropriativa, executada ao abrigo do Decreto-Lei nº 273-C/75, com o intuito de colmatar a escassez de habitações camarárias disponíveis para intervenção bem como a inércia ou incapacidade realizadora dos proprietários, não sendo por este motivo concluída nenhuma das 12 parcelas onde entretanto haviam sido iniciadas as respectivas obras de renovação, 8 das quais situadas no Barredo.

Não obstante este facto, neste periodo foram iniciados 18 processos expropriatórios, 4 dos quais concluídos até finais de 1976, seguindo os restantes por via litigiosa, na persecução do objectivo operacional primordial da operação e que residia no permanente lançamento de trabalhos de renovação das parcelas, de modo a assegurar novas frentes de obras, tendo sido iniciadas neste periodo a reabilitação de cerca de 12 parcelas, das quais 7 situadas nos quarteirões mais degradados do ‘miolo’ do Barredo, sendo as restantes 5 parcelas da zona da Fonte Taurina-Reboleira.

O número de processos de expropriação iniciados nos anos subsequentes manteve-se bastante elevado até 1978, sendo o número de expropriações efectuadas até este ano da ordem das 49, num total de 78 processos em curso, obtendo-se uma média de 16,3 parcelas expropriadas/ano.

Ainda que relativamente elevado, o ritmo de execução dos processos expropriatórios não permitia garantir a disponibilização de edifícios para intervenção imediata, em virtude de os processos de realojamento, temporário ou definitivo, serem bastante morosos e complexos.

Este facto ficou a dever-se, essencialmente, à inexistência ou insuficiência de alojamentos vagos para transferência imediata dos ocupantes de edifícios a necessitar de intervenção, à emergência de dificuldades decorrentes de questões técnicas e de inexistência ou exiguidade de mão-de-obra especializada, bem como de um mercado insuficientemente munido com os materiais específicos indispensáveis ao prosseguimento e conclusão das obras de renovação em curso.

Apartir de 1979 os processos expropriatórios passaram a ser conduzidos de forma negocial, podendo assumir três procedimentos distintos: aquisição amigável, expropriação amigável quando proprietário e municipio se encontrassem de acordo quanto ao montante da indemnização a atribuir ou expropriação litigiosa, sempre que não se chegasse a acordo entre as partes relativamente ao montante da indemnização.

Nesta matéria a actuação do Comissariado assentava essencialmente numa aposta clara na expropriação por via amigável, postura que obrigava a negociações morosas de modo a obter resultados positivos, pelo que o número de expropriações efectuadas no quinquénio 1979-1983 diminuiu para 26 parcelas, passando a assumir um carácter pontual nos anos posteriores.

Esta postura ainda que estabelecida de modo a ir de encontro à nova política camarária, uma política de contenção do aumento do parque edificado sob sua gestão, condicionou definitivamente o ritmo e a capacidade de intervenção da mesma, reflectindo-se claramente na dinâmica anual de produção do Comissariado, como se pode constatar no quadro 6.14.

Quadro 6.14 – Quadro de Produção na Ribeira-Barredo

Ano Renov.	Nº Parcelas Intervenc.	Habitação		Comércio		Equip. Colect		Arranjos Ext.		Total	
		nº	m2	nº	m2	nº	m2	nº	m2	nº	m2
1977	11	32	2 646	13	1 047	0	0	0	0	45	3 693
1978	30	54	5 430	18	1 341	2	236	0	0	74	7 047
1979	14	29	2 361	7	370	3	999	2	653	41	4 383
1980	9	20	1 611	4	443	0	0	0	0	24	2 054
1981	2	3	209	0	0	1	258	0	0	4	467
1982	3	6	407	2	146	1	812	0	0	9	1 365
1983	3	2	256	1	184	1	573	1	2 100	5	3 113
1984	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1985	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1986	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1987	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1988	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1989	4	8	674	3	262	1	185	0	0	12	1 221
1990	3	7	648	2	113	0	0	0	0	9	761
1991	1	0	472	0	0	1	330	0	0	2	330
1992	5	33	2.959	12	738	0	0	0	0	45	4 169
1993	3	3	343	0	0	0	0	0	0	3	343
1994	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
1995	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1996	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	90	197	18 016	62	3 433	11	1 275	3	2 753	273	27 634
Total CH		307	28 841	116	8 556	25	18 520	13	31 465	461	87 382

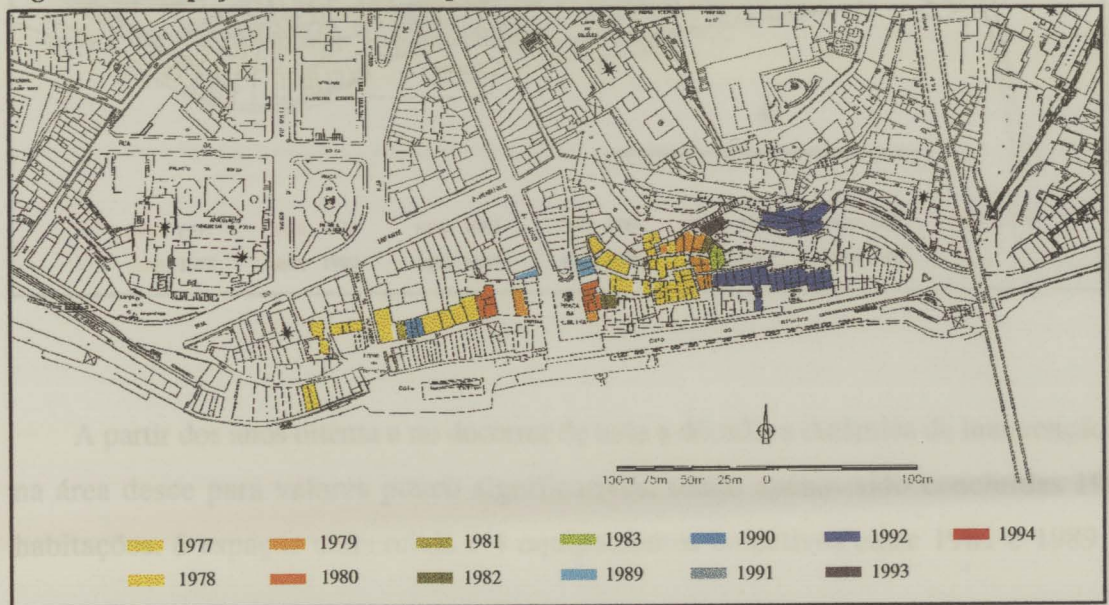
Fonte: CRUARB

No que se refere à dinâmica de recuperação, durante o período de 1977 a 1980 foram intervencionadas 64 das cerca de 242 parcelas da área da Ribeira-Barredo que integravam a função habitacional, o que corresponde a mais de um quarto do seu

parque edificado, tendo sido recuperados 135 fogos, obtendo-se uma média de renovação de aproximadamente 34 fogos renovados/ano.

Este valor corresponde a sensivelmente 82,3% do número total de fogos renovados nesta área até 1996, inclusivé, e a 68,5% do número total de fogos intervencionados, considerando para o efeito as construções de raíz efectuadas na Lada

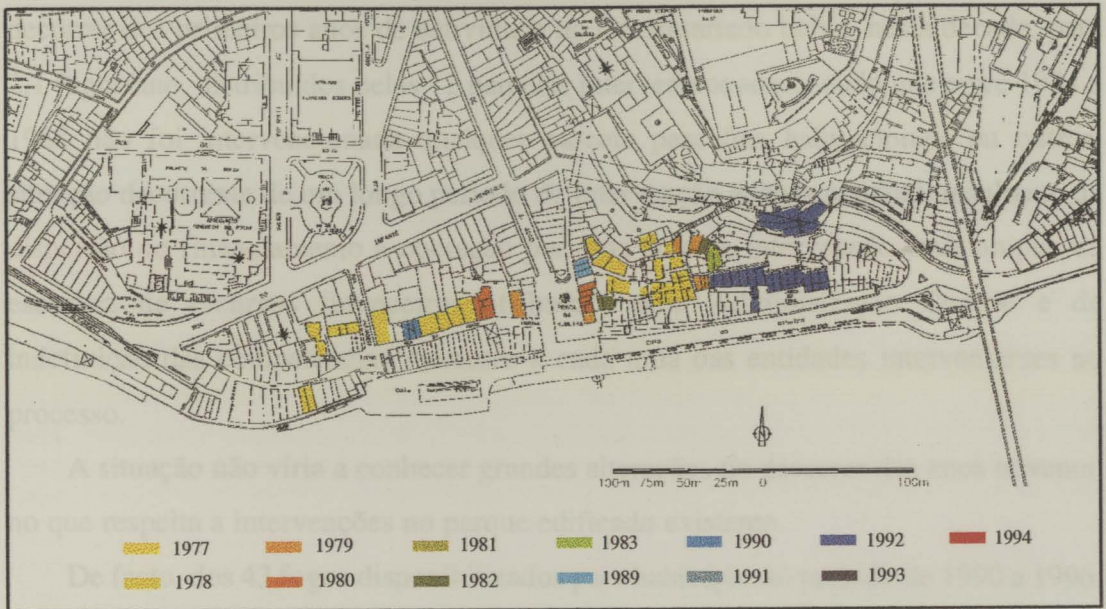
Figura 6.29 - Espaços habitacionais disponibilizados/ ano na Ribeira-Barredo



Os espaços renovados durante o mesmo período para a actividade comercial, no total de 42, representam 67,7% da respectiva produção, enquanto que no que se refere aos equipamentos colectivos esta representa cerca de 45,5% da sua produção total da área, reflectindo de modo bastante claro as prioridades da operação em termos funcionais.

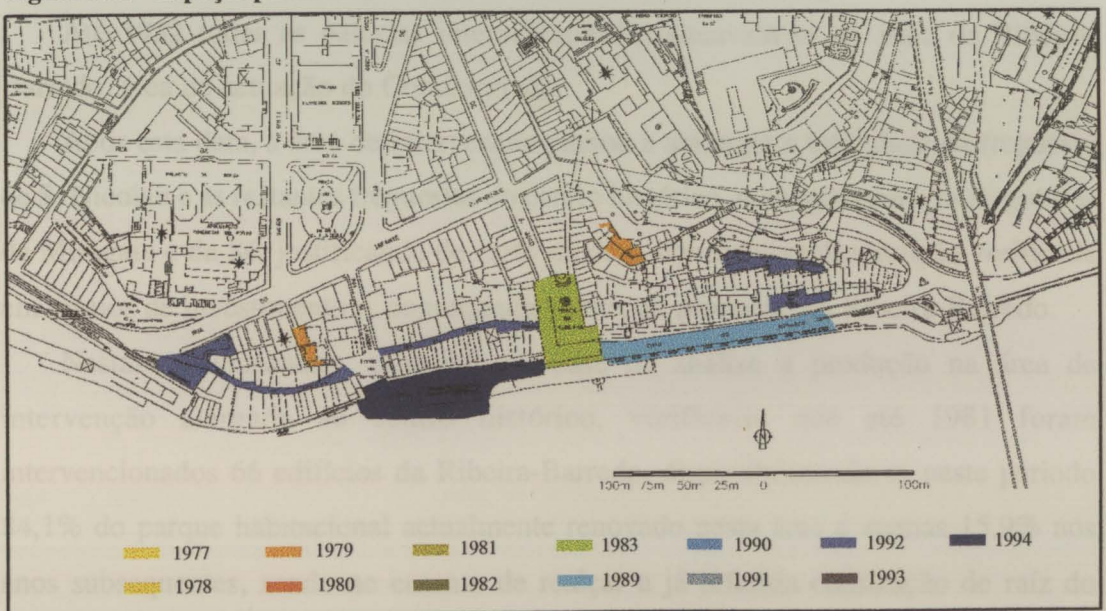
O ano de 1978 foi contudo o ano que mais se destacou em termos produtivos anuais, com um total de 54 fogos renovados, 18 espaços comerciais e 2 equipamentos colectivos, distribuídos pelas 30 parcelas concluídas no decorrer desse mesmo ano, ultrapassando largamente a média de recuperação obtida no período 1977-1980.

Figura 6.30 - Espaços comerciais disponibilizados/ ano na Ribeira-Barredo



A partir dos anos oitenta e no decorrer de toda a década, a dinâmica de intervenção na área desce para valores pouco significativos, tendo apenas sido concluídas 19 habitações, 6 espaços comerciais e 4 equipamentos colectivos entre 1981 e 1989.

Figura 6.31 - Espaços públicos intervencionados/ano na Ribeira-Barredo



Por este facto, a significativa média de renovação de fogos/ano, alcançada no decorrer dos primeiros anos de actividade do Comissariado baixa, nesta década, para 2,1 fogos/ano, distribuídos pelas 12 parcelas intervencionadas, sendo que entre 1984 e 1988 não foi intervencionada qualquer parcela para fins habitacionais ou outros, situação decorrente de um longo periodo de intervenção apenas residual, resultante da dispersão do financiamento à operação por uma área de intervenção mais ampla, da escassez de recursos financeiros atribuídos pela Administração Central e da indefinição das competências inerentes a cada uma das entidades intervenientes no processo.

A situação não viria a conhecer grandes alterações no decorrer dos anos noventa, no que respeita a intervenções no parque edificado existente.

De facto, dos 43 fogos disponibilizados para habitação no periodo de 1990 a 1996, apenas 10 correspondem a habitações renovadas, sendo que as restantes 33 representam novas construções, edificadas no espaço que permanecia livre na Lada desde que foram efectuadas as demolições para abertura do túnel da Ribeira.

Também no que se refere ao número de espaços intervencionados com fins comerciais neste periodo, num total de 14 espaços, estes restringem-se a apenas duas renovações, constituindo as restantes intervenções construções de raiz, igualmente no espaço da Lada, verificando-se simultaneamente uma diminuição de 50% em relação à década anterior, no que se refere aos espaços intervencionados para uso colectivo.

Até 1982 todas as parcelas intervencionadas situavam-se na zona da Ribeira-Barredo, área de actuação do Comissariado.

Após esta data, a área de intervenção passou a abranger a totalidade da freguesia de S. Nicolau e as restantes freguesias do centro histórico, nomeadamente as freguesias de Miragaia e da Sé, justificando de certo modo a significativa diminuição verificada em termos de investimento e, conseqüentemente, de produção na Ribeira-Barredo.

Nestas circunstancias, e tendo por base de análise a produção na área de intervenção alargada ao centro histórico, verifica-se que até 1981 foram intervencionados 66 edifícios da Ribeira-Barredo, disponibilizando-se neste periodo 84,1% do parque habitacional actualmente renovado nesta área e apenas 15,9% nos anos subsequentes, sendo no entanto de realçar a já referida construção de raiz do

complexo habitacional e comercial da Lada, representando um acréscimo de quase 17% ao parque habitacional, renovado ou construído de raiz, disponibilizado de 1977 a 1996.

Quadro 6.15 – Quadro de Produção no Centro Histórico

Ano Renov.	Habitação		Comércio		Equip. Colect		Arranjos Ext.		Total	
	nº	m2	nº	m2	nº	m2	nº	m2	nº	m2
1977	32	2 646	13	1 047	0	0	0	0	45	3 693
1978	54	5 430	18	1 341	2	236	0	0	74	7 047
1979	29	2 361	7	370	3	999	2	653	41	4 383
1980	20	1 611	4	443	0	0	0	0	24	2 054
1981	3	209	0	0	1	258	0	0	4	467
1982	6	407	2	146	1	812	0	0	9	1 365
1983	2	256	1	184	3	573	2	2 434	8	6 321
1984	8	844	1	321	0	0	0	0	9	1 165
1985	7	4 213	2	109	0	0	1	137	10	
1986	14	1 206	7	405	4	0	2	2 800	27	5 958
1987	7	538	2	188	0	0	1	170	10	896
1988	9	792	5	393	1	0	0	0	15	1 409
1989	11	974	4	318	1	185	0	0	16	1 477
1990	17	1 797	2	113	3	0	2	2 800	24	14 399
1991	6	472	25	1 662	2	330	1	5 100	34	330
1992	40	4 112	13	828	1	0	1	1 850	55	4 169
1993	12	689	4	60	2	0	0	0	18	343
1994	16	1 693	3	296	1	0	1	15 520	21	17 919
1995	7	882	2	266	0	0	0	0	9	1 148
1996	7	731	1	66	0	0	0	0	8	797
Total CH	307	28 841	116	8 556	25	18 520	13	31 465	461	87 382

Fonte: CRUARB

Durante a década de oitenta, após o alargamento da área de actuação, a prioridade de intervenção centrou-se nas restantes freguesias do centro histórico, tendo sido alvo de intervenção 14 parcelas, 8 das quais em Miragaia e 6 na Sé, num total de 58 fogos renovados, sendo que na área da Ribeira-Barredo apenas prosseguiram as obras entretanto iniciadas, sendo concluídas 10 parcelas até 1989, num total de 16 fogos, 6 comércios e 4 equipamentos colectivos.

Com o início dos anos noventa, foi notória a mudança de orientação na política de actuação do Comissariado, com destaque para a importância que o urbanismo assume na condução e orientação de todo o processo, sempre aliado a uma aposta na continuidade do trabalho executado e em curso.

No que respeita à atribuição das habitações renovadas o processo foi de algum modo complicado, levantando-se sempre algumas vozes discordantes no que se refere às prioridades definidas e/ou às propostas de atribuição apresentadas, ainda que no início da operação estas tenham sido elaboradas com a colaboração dos representantes dos moradores.

Na realidade, para além das perspectivas, apesar de tudo algo distintas, defendidas pelo organismo responsável pela operação de renovação, segundo uma sustentação mais técnica de viabilização da mesma, e pelas respectivas comissões de moradores, numa vertente mais social, no sentido de acorrer às situações mais calamitosas, acresciam os interesses pessoais dos agregados envolvidos que, naturalmente, mais do que querer ver a situação resolvida de forma global pretendiam ver os seus interesses particulares salvaguardados e o mais rápido possível.

A atribuição das primeiras casas renovadas, aspecto sensível e da maior relevância para o decorrer da operação, verificou-se decorrido que estava sensivelmente um ano após o início dos primeiros trabalhos de renovação urbana, não se tendo nunca conseguido alcançar um ritmo constante de produção e/ou de disponibilização das mesmas.

A par da renovação do parque edificado, onde a capacidade de intervenção alcançava então uma significativa expressão na Rua da Fonte Taurina, Rua da Reboleira, no Monte dos Judeus e em todo o interior do Barredo, e da aposta na revitalização do comércio e na forte vocação turística da zona, nesta última década foram e têm vindo a ser lançados e desenvolvidos vários planos de pormenor para a área do centro histórico em geral e da Ribeira-Barredo em particular, visando uma melhor articulação, integração e participação destas no desenvolvimento e planeamento da cidade, ainda que subordinados a programas de enquadramento local, pela proposta fundamentada de prioridades de intervenção, baseadas em critérios objectivos e explícitos para a totalidade dos agentes envolvidos.

Destes destacam-se pela sua importância no desenvolvimento e ordenamento da zona, a curto e médio prazo, bem como no melhoramento do ambiente urbano, os planos em curso para a frente ribeirinha do Douro, desde o Passeio Alegre até à Ponte D. Maria Pia.

Nestas circunstâncias é possível concluir que ao longo de todo o período de existência do actual Projecto Municipal para a Renovação do Centro Histórico do Porto, a sua actividade se caracteriza por quatro fases distintas, às quais se encontram associadas diferentes modos e critérios de actuação bem como de relacionamento organismo/população:

– Iª fase de intervenção (1975-1976)

A esta fase corresponde o primeiro período de actuação do Comissariado, baseado no reconhecimento por parte da administração central, do direito dos cidadãos não apenas à cidade como também à habitação, privilegiando a sua participação activa em todo o processo, pressupondo uma intervenção sistemática no espaço construído segundo uma filosofia de conservação respeitosa do passado.

As premissas de actuação passavam pela aquisição imediata e maçiva de imóveis, de modo a fazer face ao elevado número de casos diagnosticados para intervenção e à inércia e incapacidade evidenciada pelos proprietários, em termos de conservação e melhoramento dos mesmos, num total de 112 edifícios, sempre em articulação e com a colaboração directa das comissões de moradores constituídas para o efeito, bem como pelo respeito, em termos projectuais, quer pela conservação e recuperação dos materiais originais dos edifícios quer pela tipologia dos alojamentos.

– IIª fase de intervenção (1977-1980)

Esta fase refere-se ao período de transição a que o organismo responsável pela renovação da área foi sujeito, expressa na progressiva municipalização das operações efectuadas com vista à sua integração no programa e na gestão urbana municipal.

Caracteriza-se por uma actuação que privilegiava a demolição da parcela seguida de reconstrução quer da fachada quer do próprio sistema estrutural, com recurso a novos materiais.

Esta nova atitude de ‘reconstrução integral’ face ao edificado permitia alterar a distribuição funcional do edificado, proporcionando a sua adaptação às novas exigências de habitação.

Paralelamente, nos edifícios pouco degradados, e sempre que possível, adoptava-se uma postura de recuperação da estrutura antiga, ainda que, à semelhança da ‘reconstrução integral’, com recurso a novos materiais e com introdução de novas formas tipológicas.

– IIIª fase de intervenção (1981-1984)

Após um período de actividade evidenciando uma certa dinâmica de execução do processo de renovação da área estabelecida, iniciou-se uma nova etapa de actuação, visando a largamente ansiada ampliação da área de intervenção do CRUARB à totalidade do centro histórico.

A metodologia de intervenção passou então a privilegiar a necessidade de integração da zona no circuito económico da cidade, acelerando o processo de afastamento e de deterioramento da relação entre a população e o Comissariado.

- IVª fase de intervenção (a partir de 1985)

Com a transformação do Comissariado em Projecto Municipal este passou a dispor de programa e recursos financeiros próprios, gerindo a sua aplicação na zona alargada, privilegiando a partir dos anos noventa a vertente urbanística e uma actuação integrada e em parceria com outras instituições e agentes, públicos e privados.

6.2.2.7 Custos da Renovação

No que respeita aos custos da operação de renovação, pela análise do quadro 6.16 é possível constatar que a variação do custo médio de renovação em termos anuais, das obras do CRUARB não é constante, sofrendo variações bastante díspares dos valores anuais da taxa de inflação referente ao ano.

Quadro 6.16 - Custos de Reabilitação/m²* e Taxa de Inflação Anual (Base(100): Preços médios de 1976)

ano	Ribeira-Barredo (escudos/m ²)	Centro Histórico (escudos/m ²)	Variação anual dos custos de reabilitação no CH (%)	Taxa de inflação* (%)
1977	7 600	7 600		**
1978	12 400	12 400	+63,2	**
1979	17 200	17 200	+38,7	24,2
1980	21 700	21 700	+26,2	16,6
1981*	12 000	12 000	+44,7	20,0
1982	24 800	24 800	+106,6	22,4
1983***	30 000	30 000	+24,2	25,5
1984***	0	18 000	-40,0	29,3
1985	0	32 000	+77,8	19,3
1986	0	31 000	-3,1	11,7
1987	0	28 000	-9,3	9,4
1988	0	41 000	+46,4	9,6
1989	51 000	55 000	+34,1	12,6
1990	60 000	61 000	+10,9	13,4
1991	0	78 000	+27,9	11,4
1992	0	0		8,9
1993****	107 500	87 000		6,5
1994	0	78 000	-10,3	5,2
1995	0	80 000	+2,6	4,1
1996	0	83 000	+3,7	3,1

Fontes: CRUARBe Instituto Nacional de Estatística. Índices de Preços no Consumidor. Várias Publicações

* inclui a aquisições dos edifícios

** valor não disponível

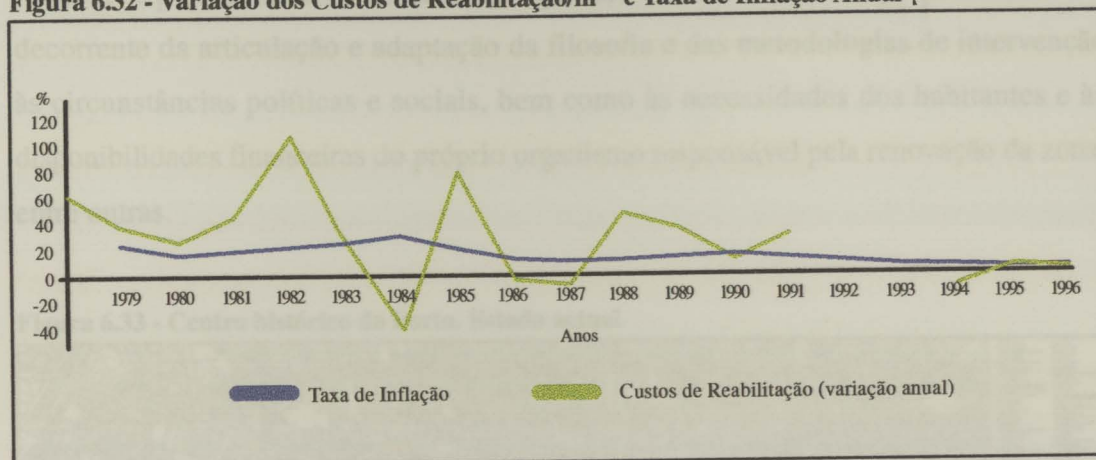
*** apenas uma obra terminada

**** apenas uma obra terminada na Ribeira-Barredo

Deste modo, verifica-se que o incremento observado nos preços ao consumidor, com o conseqüente aumento dos custos relativos aos materiais de construção e afins, não se traduz de forma proporcional no incremento verificado nos respectivos custos de reabilitação.

Este facto poderá estar directamente relacionado com os custos dos terrenos, uma vez que nos custos de reabilitação estão contabilizados quer os custos das obras de renovação quer os de expropriação das parcelas.

Por este motivo não será de estranhar um acentuado incremento dos custos a partir da década de oitenta, após declaração da inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 273-C/75.

Figura 6.32 - Variação dos Custos de Reabilitação/m²* e Taxa de Inflação Anual

Dada a insuficiência de dados não se pode demonstrar que a opção de proceder à renovação quer do tecido construído quer do tecido humano desta área específica foi incomparavelmente mais benéfica e económica para a totalidade dos intervenientes na operação, desde a população ao município e até mesmo para o governo central.

Parece no entanto consensual que a reabilitação das cidades antigas, respeitando quer a sua população quer a sua estrutura física, permite alcançar mais e melhores benefícios não apenas em termos económicos mas também em termos sociais, histórico e até mesmo culturais, os quais constituem igualmente importantes custos que, quando bem geridos, podem constituir importantes rendimentos, ainda que indirectos.

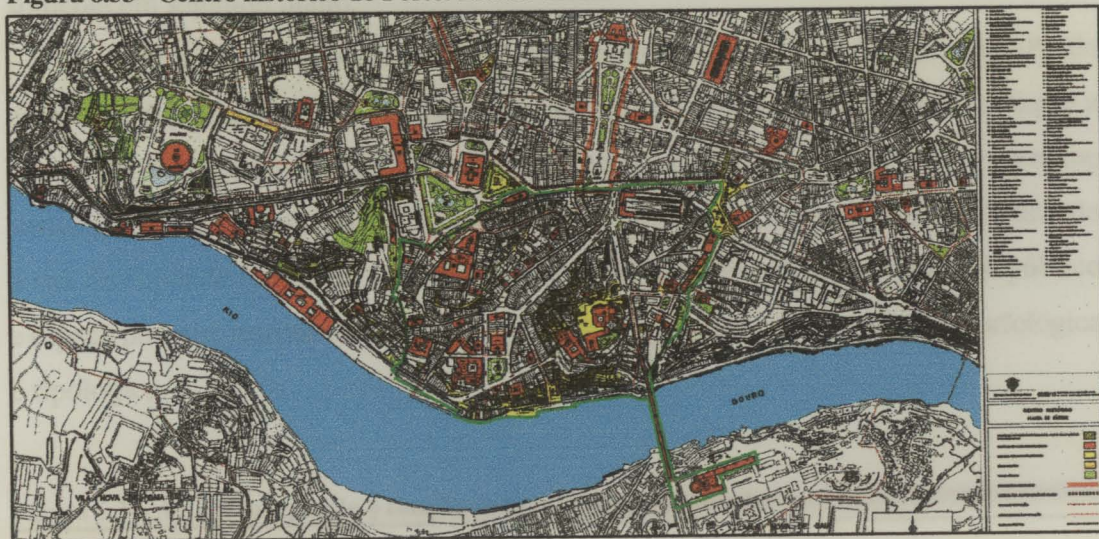
Pode-se pois afirmar que os aspectos económicos de que se reveste uma operação de intervenção na cidade consolidada, e essencialmente no seu centro histórico, com esta amplitude prendem-se não apenas com os custos inerentes a uma acção desta natureza mas também com a relação custo-benefício que esta é capaz, ou não, de proporcionar, quer à população residente quer à população em geral.

6.2.3 Situação Actual

A situação em que se encontra actualmente a operação de renovação do centro histórico, em geral, e da área da Ribeira-Barredo, em particular, bem como as suas repercussões, quer no que respeita às edificações, quer no que se refere à população

residente é pois resultado de toda uma conjuntura económica, social, política e cultural, decorrente da articulação e adaptação da filosofia e das metodologias de intervenção às circunstâncias políticas e sociais, bem como às necessidades dos habitantes e às disponibilidades financeiras do próprio organismo responsável pela renovação da zona, entre outras.

Figura 6.33 - Centro histórico do Porto. Estado actual



Devido a este facto é variável o estágio alcançado pela operação de reabilitação da área, no que se refere aos vários aspectos de que a mesma se reveste.

6.2.3.1 Análise dos Aspectos Arquitectónicos e Urbanísticos

Em termos de intervenção, a renovação urbanística e arquitectónica foi até aos anos noventa, como anteriormente salientado, encarada como prioritária pelos responsáveis pela operação, dada a gravidade e a especificidade da situação, como a forma mais directa e imediata de atingir os objectivos delineados, almejando a resolução das situações mais calamitosas, num primeiro momento e, posteriormente, para a totalidade da população da área, no mais curto espaço de tempo.

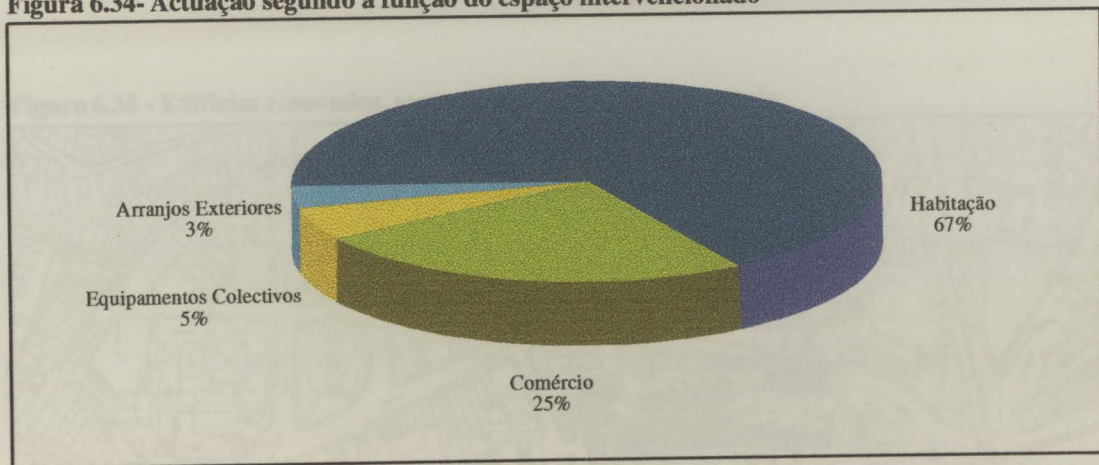
Nesta perspectiva, a produção de habitações condignas e bem infraestruturadas, para proceder ao alojamento da respectiva população, foi sempre valorizada, assumindo-se desde o início como o *leit motiv* da actuação do Comissariado, sempre

complementada pela manutenção de uma significativa e característica estrutura comercial, proporcional às necessidades da zona, e pela criação e implementação de uma rede de equipamentos de uso colectivo eficaz e sustentada, capaz de pôr cobro à situação de grande carência verificada nesta matéria, na totalidade da zona.

O tratamento dos espaços públicos, ainda que também eles assumindo um papel fulcral e relevante na dinamização e qualificação do espaço, era no entanto encarado somente em segundo plano.

Para o efeito foi adoptada como postura municipal, a reserva de cerca de 30% da área dos edifícios não exclusivamente residenciais a intervir para afectação a função não residencial - comércio, serviços ou armazenagem -, postura essa que permitia, simultaneamente, a manutenção do carácter e do ambiente urbano da zona, assegurando a sua diversidade funcional e o não desvirtuamento das relações entre espaço público e espaço privado, mantendo inalterada, tanto quanto possível, a sua estrutura morfológica e tipológica.

Figura 6.34- Actuação segundo a função do espaço intervencionado

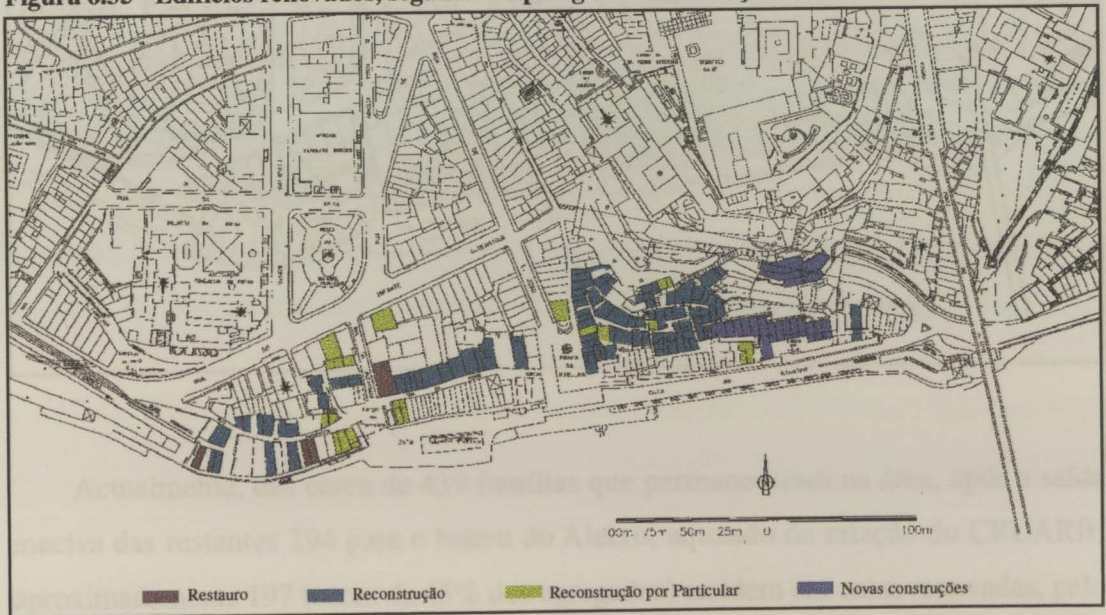


Corroborando este facto, num total de 461 intervenções realizadas pelo comissariado, desde o arranque da operação até ao final do ano de 1996, na área correspondente à totalidade do Centro Histórico, 67% das intervenções executadas referem-se à renovação de habitações, correspondendo a sensivelmente 28 841 m² e envolvendo cerca de 205 agregados familiares, representando a renovação de espaços para comércio ou destinados a actividades de carácter artesanal aproximadamente 25% da totalidade da área intervencionada.

Considerando apenas a área da Ribeira-Barredo, e segundo a tipologia das intervenções efectuadas, 79,9% correspondem a intervenções no parque edificado existente, das quais cerca de 13,2% recuperações integrais, representando os restantes 86,8% acções de recuperação dos edifícios intervencionados, sendo que apenas uma pequena percentagem correspondendo à adopção de soluções de compromisso, em edifícios pouco degradados, com introdução de novas tipologias aproveitando os materiais existentes, recuperando-os e recorrendo à utilização de novos materiais, sempre que necessário, respeitando-se a volumetria inicial do edificado.

Os restantes 20,1% representam novas edificações e que correspondem mais concretamente à intervenção efectuada na Lada, da qual resultou a edificação de 33 novos fogos e 12 novos espaços comerciais, estando em fase de conclusão os espaços reservados para a instalação de ateliers de artistas nesta zona, aguardando-se igualmente o início de actividade do recém concluído elevador da Lada, projectado com o objectivo de por um lado facilitar a ligação cota alta/cota baixa e de se constituir, por outro, como um elemento fundamental na dinamização e animação da zona e da sua actividade comercial.

Figura 6.35 - Edifícios renovados, segundo a tipologia de intervenção



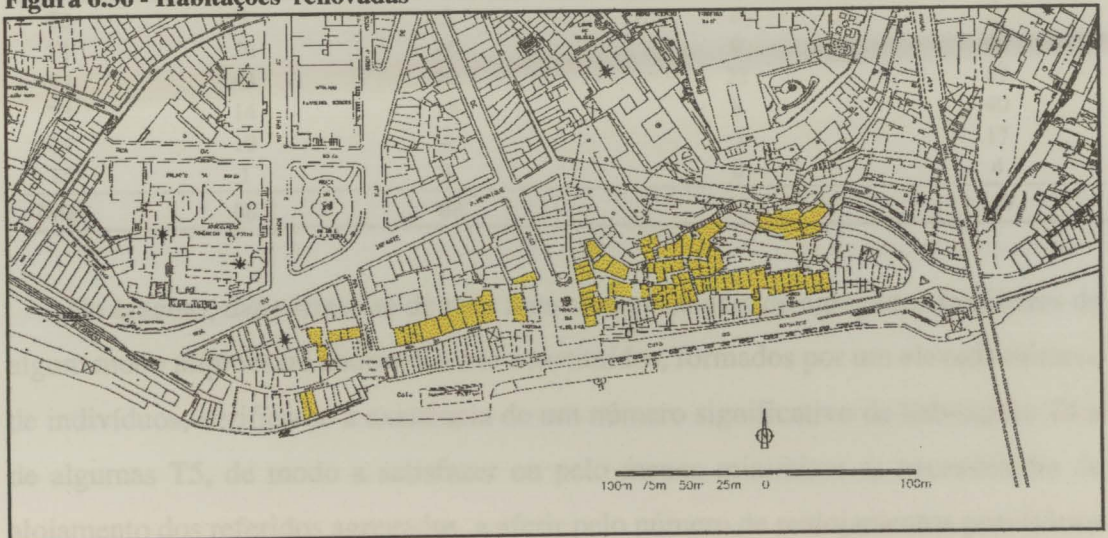
Em termos de cercas, as intervenções efectuadas mantiveram, grosso modo, as existentes, verificando-se apenas dois casos pontuais em que a mesma foi alterada,

tendo-se procedido, em ambos os casos, à eliminação do último piso, por questões estruturais e de integração no conjunto edificado, salvaguardando-se e valorizando-se desta forma a sua coerência funcional, histórica e visual.

Por este facto, a área construída disponível no início da operação não sofreu variação significativa neste campo, no que se refere a intervenções no tecido construído, verificando-se, contudo um acréscimo destas em mais de 4.000m^2 , fruto da construção de todo o complexo habitacional e comercial da Lada, bem como da reconstrução de algumas ruínas existentes na área de intervenção, ainda que estas últimas sem grande significado em termos de área total disponibilizada.

No que se refere à área intervencionada na Ribeira-Barredo para fins habitacionais, num total 18.016m^2 , cerca de 81% correspondem a renovações e apenas 9% a novas construções.

Figura 6.36 - Habitações renovadas



Actualmente, das cerca de 439 famílias que permaneceram na área, após a saída maciça das restantes 294 para o bairro do Aleixo, aquando da criação do CRUARB, aproximadamente 197 (cerca de 45% dos agregados) residem em casas renovadas, pelo que os restantes 242 agregados (55%) continuam a residir em casas por renovar.

Esta atribuição, ainda que contemplando apenas a população pertencente à área em questão, possibilitava a atribuição de habitação renovada na FonteTaurina-

Reboleira a agregados residentes no Barredo e vice-versa se isso correspondesse a uma melhor gestão dos recursos físicos e das necessidades humanas, ainda que se procurasse manter preferencialmente as pessoas na sua zona de residência.

Todas as habitações foram concebidas tendo em conta não apenas as necessidades tipológicas dos agregados familiares a realojar como também a capacidade física da área, em termos da área disponível, nos edifícios intervencionados e da escassa capacidade construtiva do local.

Deste modo, e tendo presente que o número médio dos agregados familiares na zona se situava nas 4 pessoas/família, verifica-se que a percentagem de fogos de tipologia T2 é significativamente superior a qualquer outra, ainda que as tipologias T1 e T3 assumam, também elas, alguma relevância, como se pode constatar pela análise do seguinte quadro.

Quadro 6.17 - Fogos Intervencionados segundo a Tipologia e a zona de intervenção

Tipologia	N.º Fogos Intervencionados		N.º Fogos Construídos Lada	Total
	Barredo	Fonte Taurina-Reboleira		
T0	2	3	0	5
T1	26	16	0	42
T2	43	24	22	89
T3	14	18	8	40
T4	10	4	3	17
T5	1	3	0	4
Total	96	68	33	197

No entanto, dado tratar-se de uma área com existência de agregados familiares de algum modo atípicos ou anormalmente constituídos, formados por um elevado número de indivíduos, verifica-se a existência de um número significativo de habitações T4 e de algumas T5, de modo a satisfazer ou pelo menos minimizar as necessidades de alojamento dos referidos agregados, a aferir pelo número de realojamentos provisórios e de permutas efectuadas no decorrer do processo, motivado pelo desfasamento entre as tipologias disponíveis para ocupação e a dimensão dos agregados familiares a realojar.

Dada a exiguidade, em termos espaciais, da maior parte dos lotes que constituem o tecido urbano desta zona da cidade, principalmente no Barredo, e que lhe conferem uma identidade única, a solução encontrada para contornar este obstáculo passou,

algumas vezes, pelo recurso à reformulação da organização interna de várias parcelas optando-se pela sua interligação, conseguindo-se, deste modo, uma melhor optimização do espaço e, conseqüentemente, a rentabilização das áreas úteis disponíveis.

Esta opção condicionou, de algum modo, a proposta de organização tipológica dos edifícios, com introdução de alterações funcionais internas, ainda que com salvaguarda e manutenção da linguagem e do vocabulário urbano específico da zona e da própria cidade.

De facto, a resposta às questões organizacionais e funcionais e de iluminação interna das dependências apoia-se, sempre que possível, na introdução de lanternins e clarabóias, elemento típico da imagem da cidade, até ao início do século.

A concepção dos fogos foi elaborada com base no cumprimento das áreas brutas mínimas estabelecidas pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), prevendo a contemplação e definição de áreas diferenciadas para realização de funções habitacionais específicas, bem como proporcionando uma harmoniosa articulação dos espaços, para além da sua conveniente iluminação e orientação.

As habitações renovadas encontram-se, deste modo, dotadas de espaços especificamente concebidos para realização das novas exigências funcionais decorrentes dos actuais padrões de vida, e que não se encontravam asseguradas anteriormente, respeitando-se sempre que possível os quesitos usuais em termos de áreas mínimas para salas de estar, quartos, zonas intermédias e mesmo zonas de lavagem, salvaguardando-se igualmente a completa infraestruturização das mesmas.

Nesta perspectiva, as cozinhas encontram-se munidas de um sistema de abastecimento de água e de esgotos, à semelhança das instalações sanitárias, regra geral em número proporcional à tipologia da habitação, para além de possuírem igualmente cilindro eléctrico e um sistema de exaustão de fumos, entre outros.

Verifica-se, contudo, uma diferença de algum modo expressiva nas áreas disponibilizadas, segundo os diferentes tipos de fogos, respectivamente na área da Fonte Taurina-Reboleira e na área do Barredo, e que se prende com as pré-existências decorrentes de um cadastro formado por parcelas de dimensões menores nesta última.

Quadro 6.18 - Áreas Mínimas segundo o RGEU e Áreas segundo a Tipologia

Tipologia	Área Bruta Mínima (RGEU)	Área Bruta Média		N.º Fogos c/ Área Negativa		N.º Fogos c/ Área Positiva	
		Barredo	FT-Reboleira	Barredo	FT-Reboleira	Barredo	FT-Reboleira
T0	35,00	42,8	49,1	0	0	0	1
T1	52,00	63,2	66,6	4	1	6	5
T2	72,00	86,6	85,6	7	5	15	5
T3	91,00	106,1	109,3	2	2	7	10
T4	105,00	123,4	157,8	3	0	5	4
T5	122,00	159,4	189,9	0	0	1	3
Total				16	8	34	28

Pela observação do quadro 6.18 é possível verificar-se que num total de 197 habitações renovadas, cerca de 12,2% não atingem a área bruta mínima estipulada pelo RGEU, no seu artº 67º, sendo que 2/3 destas localizam-se no Barredo. Da mesma forma, a área média das habitações disponibilizadas na Fonte Taurina-Reboleira é significativamente superior às correspondentes disponibilizadas no Barredo, excepto nas de tipologia T2, onde a dimensão média dos seus lotes não permite uma melhor rentabilização destas tipologias em termos de área, verificando-se por vezes na configuração dos fogos a existência de alguns espaços residuais ou sem função específica.

Verifica-se, no entanto, que as áreas comuns representam em alguns casos uma parte significativa da área total da parcela, sendo que em quase 40% destas a área comum representa mais de 10% da totalidade da área construída, percentagens que chegam a atingir mais de 20% da área bruta do fogo em 11,5% dos casos, sendo que apenas em 15,8% dos fogos intervencionados o acesso à habitação é efectuado directamente desde a rua.

É contudo notório o incremento verificado nos níveis de eficiência e conforto da estrutura habitacional da zona, proporcionados quer pela reorganização e reformulação da sua estrutura interna, bem como pela introdução de novos materiais, em substituição dos antigos elementos divisórios, de carácter provisório e que permitiam a sucessiva subdivisão do espaço, em áreas cada vez mais exíguas.

Por este motivo, e na sequência do que foi referido no que respeita à tipologia de intervenção preferencialmente adoptada em termos de renovação do parque edificado, a estrutura interna dos edifícios sofreu alterações significativas, quer a nível morfológico como tipológico, bem como no que se refere aos materiais

tradicionalmente característicos destas construções, verificando-se conseqüentemente uma certa descaracterização dos mesmos, contrariamente ao que se passou em termos urbanísticos e de imagem urbana.

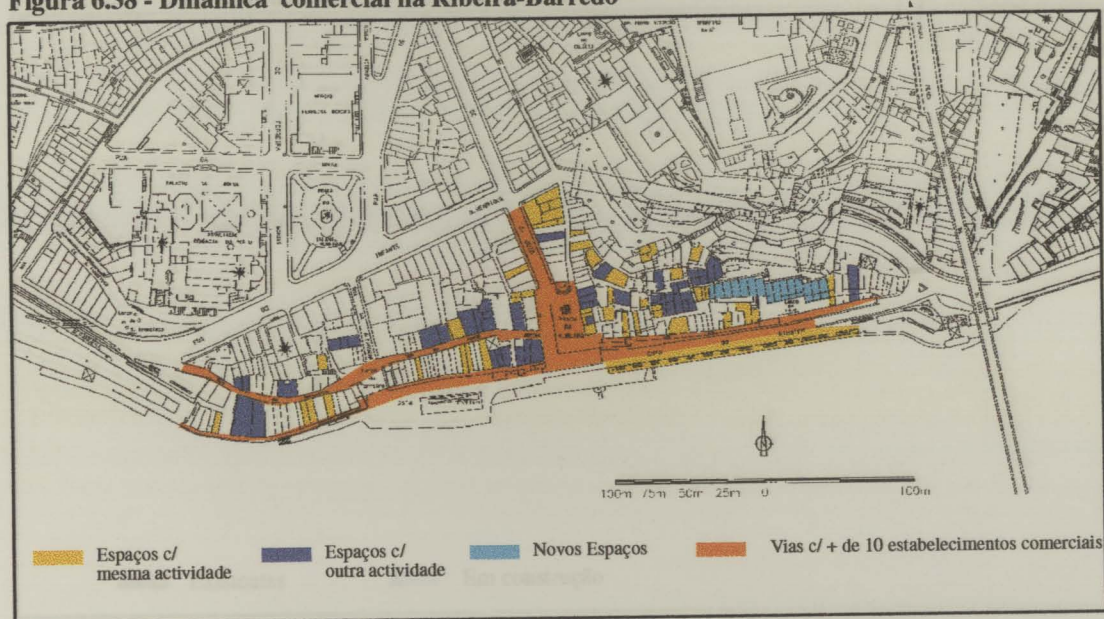
Na realidade, paralelamente à renovação de habitações, e como foi anteriormente referido, a salvaguarda e estipulação de áreas para instalação de comércio, existente e proposto, exigiu da parte dos projectistas uma especial atenção, de modo a assegurar a manutenção da coerência tipológica e morfológica característica desta zona na interrelação espaço público/espaço privado, decorrentes da necessidade de proceder a alterações pontuais, quer nos vãos existentes quer nos propostos, por alteração organizacional ou funcional do edifício ou conjunto de edifícios intervencionados.

Figura 6.37 - Localização da actividade comercial



Assegurou-se igualmente com esta medida a multifuncionalidade da área, evitando-se a concentração ou estagnação da sua actividade comercial, que representa cerca de 25% da área intervencionada, detectando-se no entanto eixos comerciais claramente definidos, os quais continuam a corresponder, grosso modo, aos eixos comerciais pré-existent, ainda que denotando uma maior diversificação da sua oferta e alterações significativas em termos de especialização funcional da mesma.

Figura 6.38 - Dinâmica comercial na Ribeira-Barredo

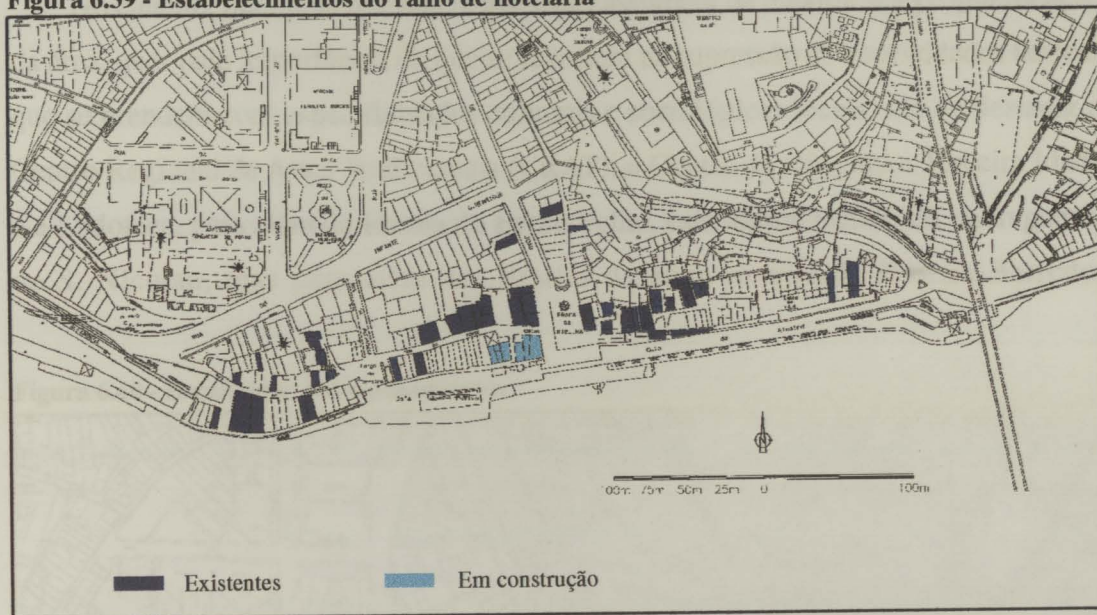


De facto, dos cerca de 32 estabelecimentos comerciais existentes no início da operação de renovação da área da Ribeira-Barredo, 24 permanecem em plena actividade, 9 dos quais em espaços entretanto renovados. Não obstante este facto, esta estrutura comercial inicial foi sendo complementada por uma série de outros espaços e actividades, que se instalaram quer nos espaços comerciais que sofreram alteração do seu ramo de actividade ou nos espaços de armazenagem alvo de reconversão ou alteração funcional, quer ainda nos novos espaços disponibilizados para o efeito, totalizando actualmente uma oferta da ordem dos 93 estabelecimentos.

No que se refere ao ramo de actividade, a maior percentagem recai sobre os estabelecimentos comerciais do ramo da hotelaria, com cerca de 69% do total, sendo contudo de entre estes os espaços vocacionados para a diversão nocturna que assumem maior relevância, não apenas em termos quantitativos (aproximadamente 40,6%), tratando-se de uma área essencialmente habitacional e de uma actividade não tradicional desta zona, mas sobretudo no que respeita à dinamização noturna da área.

No que se refere à renovação e produção de espaços para instalação de equipamentos colectivos, a sua expressão permanece significativamente baixa, reflectindo a disparidade entre o proposto e o realizado nesta matéria.

Figura 6.39 - Estabelecimentos do ramo de hotelaria



Na realidade, constata-se que a produção de equipamentos representa apenas cerca de 5% das intervenções realizadas, situação tanto mais relevante quando se trata de uma área extremamente carenciada a este nível, agravada pelo facto de estes não obedecerem a uma estratégia de intervenção claramente definida, quer em termos sociais quer em termos arquitectónicos, mas antes decorrendo de critérios casuísticos.

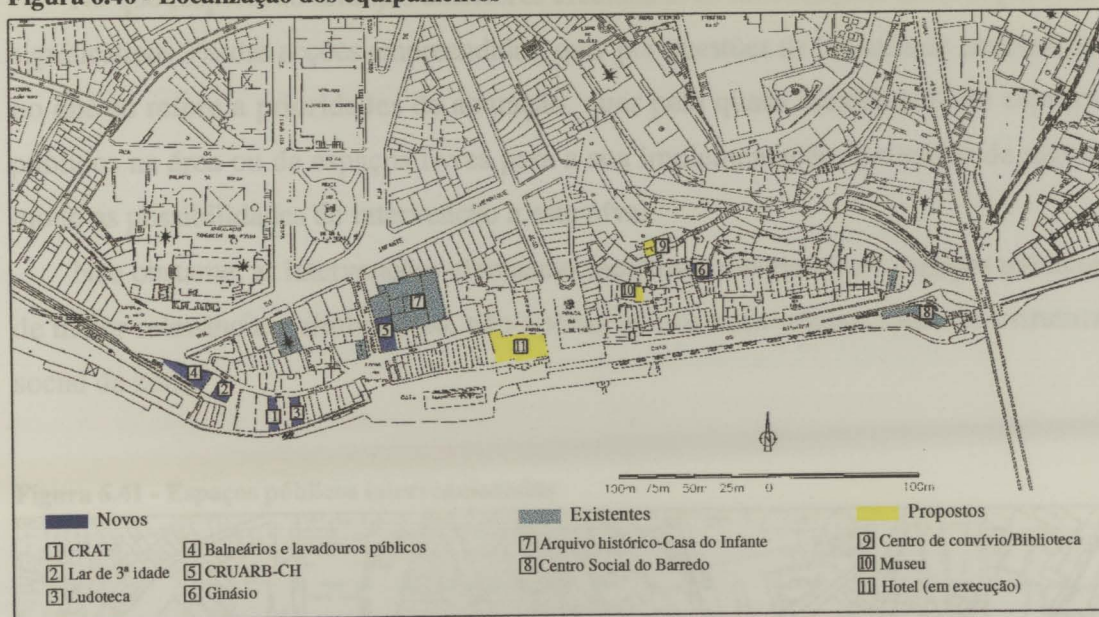
É mesmo possível constatar que no decorrer da operação não se procedeu à realização de qualquer estudo para levantamento das necessidades da população desta área em termos de equipamentos de utilização colectiva, para posterior planeamento e intervenção, excepto para a respectiva população infantil, nem tão pouco à elaboração de um levantamento sustentado das possibilidades de localização e de afectação de edifícios à especificidade desta função, de modo a proceder à disponibilização de uma rede de equipamentos eficaz e eficiente.

Na realidade esta afectação decorreu antes do aparecimento de vestígios arqueológicos de reconhecido valor e/ou da qualidade arquitectónica e histórica dos edifícios intervencionados.

Por este facto, estes não assumem uma posição de grande destaque na malha urbana, por força da grande coerência arquitectónica e de imagem do conjunto edificado, por um lado, mas sobretudo pela exígua largura de grande parte dos seus arruamentos, característica estrutural da malha em que se inserem.

No entanto, quer pela relevância que estes assumem na dinamização e qualificação da área, quer pela importância de que se revestem na supressão de necessidades básicas que se prendem com especificidades culturais e sociológicas locais, são de destacar o Centro Regional de Artes Tradicionais (CRAT), o Centro de Dia para a Terceira Idade e a Ludoteca, para além da Escola do Forno Velho, esta última localizada na freguesia de S. Nicolau, mas para além dos limites da zona restrita da Ribeira-Barredo.

Figura 6.40 - Localização dos equipamentos



Nesta perspectiva, é ainda de realçar, por um lado a instalação de vários postos de recolha de lixo numa zona com grandes dificuldades neste domínio, quer por condicionantes físicas que se prendem com a reduzida largura do sistema viário que compõe e caracteriza esta malha urbana específica quer por dificuldades que se prendem com a introdução de novos hábitos comportamentais numa população com semelhantes características sociológicas, económicas e culturais, bem como a criação e disponibilização de um equipamento multifuncional, integrando uma área de lavagem, lavabos e balneário público, devidamente equipado para satisfação se não da forma ideal e desejada por todos, pelo menos da melhor forma possível, as necessidades mais básicas de toda a população residente em habitações não renovadas e conseqüentemente não munidas de espaços para satisfação destas necessidades.

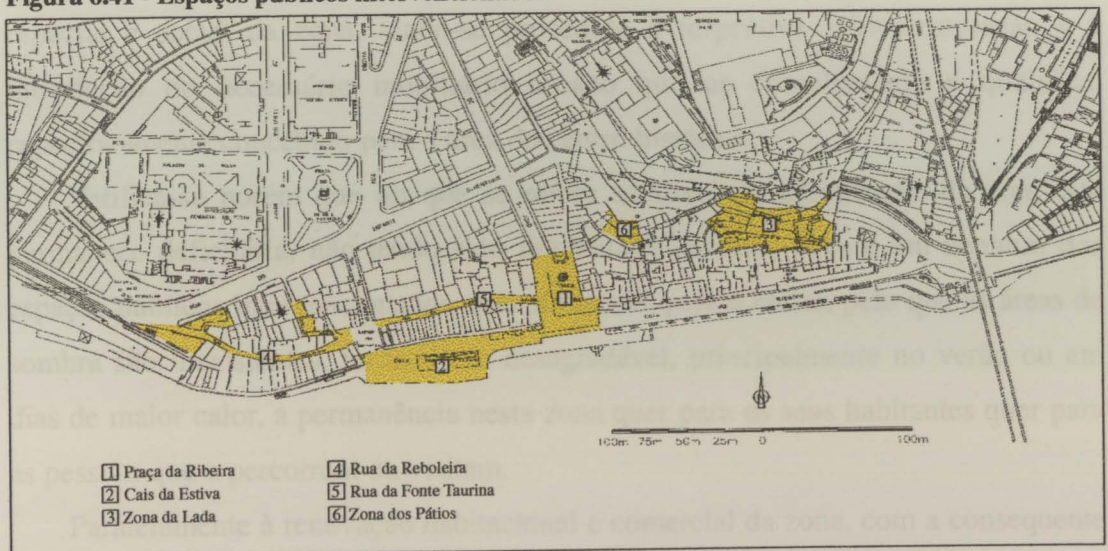
De igual relevância para a zona e para a cidade reveste-se a instalação de uma unidade hoteleira de elevado standard na zona ribeirinha e que se encontra actualmente em construção, após décadas de estudos sobre a viabilidade e pertinência da sua instalação.

Programados à mais de duas décadas mas por realizar permanecem equipamentos tão fundamentais para a zona como uma biblioteca e um museu, tendo mesmo sido realizadas as necessárias obras de adaptação dos respectivos espaços. Estas revelaram-se contudo inconsequentes, permanecendo devolutos os respectivos espaços.

No que respeita ao arranjos exteriores efectuados as intervenções descem para uns significativos 3% das acções empreendidas, quer por questões de filosofia de intervenção no que se refere a prioridades de actuação, quer pela quase inexistência de espaços públicos na área ou de espaços livres para a sua implementação, limitando de algum modo as possibilidades de intervenção a este nível.

Não obstante, as intervenções efectuadas incidiram sobretudo nos espaços públicos de maior relevância e simbolismo, não apenas na estrutura urbana como na estrutura social da zona.

Figura 6.41 - Espaços públicos intervencionados



De facto, esta preocupação em termos de tratamento e melhoramento do espaço público prende-se certamente com questões objectivas, como será o caso da salubridade e higienização da área, mas também com questões de carácter mais

subjectivo mas de igual importância, como a reafirmação do seu carácter simbólico, o melhoramento da imagem urbana, e a sua integração e abertura à cidade, promovendo, deste modo, sociabilidades entre os seus frequentadores e devolvendo o orgulho e a auto-estima aos seus habitantes.

Algumas das actuações de maior relevância no que se refere ao tratamento de espaços públicos, prende-se com a abertura ao peão de espaços e canais de atravessamento, outrora nobres e estruturadores da zona mas que permaneciam ou fechados à sua utilização e fruição pública, como é o caso do Cais da Estiva, ou simplesmente desvalorizados.

Estes espaços actualmente recuperados também em termos funcionais, têm contribuído de modo significativo para a reabilitação funcional e vivencial da zona, enquanto local de passagem e de permanência.

Anteriormente já a Praça da Ribeira, o espaço nobre desta área, havia sido recuperado e revitalizado, reabilitação executada em função do peão e do utente da estrutura comercial existente e à qual se encontra intimamente associado.

A qualidade dos acabamentos e dos materiais utilizados nas intervenções efectuadas neste domínio denotam a importância destes espaços na estruturação espacial e social da zona, tendo-se procedido à respectiva infraestruturação e à introdução do necessário mobiliário urbano que os complementa e qualifica, especificamente concebido para a área do centro histórico.

Verifica-se porém que no que se refere ao nível de arborização da área esta permanece deficitária, não tendo sido implantada qualquer árvore em nenhum dos espaços públicos intervencionados, com dimensão para o efeito, pelo que as áreas de sombra são inexistentes, tornando-se desagradável, principalmente no verão ou em dias de maior calor, a permanência nesta zona quer para os seus habitantes quer para as pessoas que a percorrem ou visitam.

Paralelamente à renovação habitacional e comercial da zona, com a consequente infraestruturação básica da mesma, a recuperação de arruamentos foi estendida aos principais eixos comerciais da zona - a rua da Fonte Taurina e a rua da Reboleira - contribuindo para a sua dinamização e melhoramento dos níveis de cobertura infraestrutural.

Actualmente encontra-se num estágio avançado, a proposta de uma nova localização para o antigo mercado de levante instalado ao longo de todo o cais da Ribeira, visando um melhor ordenamento da zona para além do aproveitamento das suas qualidades cénicas, enfatizando e privilegiando a relação da cidade com o rio. Esta proposta insere-se nos objectivos contidos no plano de ordenamento desta faixa ribeirinha e que se encontra a cargo da edilidade portuense.

6.2.3.2 Análise dos Aspectos Socio-Económicos

No que diz respeito às repercussões que a operação de renovação e de reabilitação da área da Ribeira-Barredo foi capaz de introduzir e sobretudo de induzir, a situação é de algum modo distinta dos resultados já alcançados a nível arquitectónico e urbanístico, sobretudo face aos objectivos estabelecidos pelo Comissariado, e que determinavam que a par do melhoramento do tecido físico e do parque construído se procedesse em simultâneo ao desenvolvimento socio-económico e cultural da sua população e, conseqüentemente, à transformação do seu modo de vida quotidiano, pelo incremento da sua qualidade.

Esta dificuldade de concretizar na prática tais objectivos prendem-se sobretudo com a inexistência de uma forte estrutura complementar de apoio e informação à população, no que se refere à componente social, e de relacionamento população/organismo responsável pela operação, facto aliás destacado quer no relatório de 1969 quer nos primeiros anos de actuação do CRUARB, bem como de um forte apoio e colaboração de instituições sociais e do próprio tecido empresarial, ainda que se tenham verificado alguns progressos em termos sociais, mesmo que de forma indirecta, no sentido em que decorrem dos melhoramentos introduzidos no parque edificado e no espaço urbano.

Esta situação reflecte, de certo modo, a fragilidade inicial do organismo em termos estruturais, no sentido em que o número de técnicos disponíveis, sobretudo no que se refere ao sector social, era largamente insuficiente para fazer face ao levantamento da totalidade dos aspectos que caracterizavam a área, pela imensa dimensão humana que esta continha bem como pela instabilidade em termos de

permanência dos técnicos ao serviço, com repercussões quanto ao conhecimento adquirido, acumulado e sistematizado. Reflete ainda, por outro lado, o distanciamento que se foi verificando entre organismo e população.

Importa assim distinguir as implicações sociais motivadas pela dinâmica de renovação introduzidas no parque habitacional e na malha urbana, com repercussões ao nível dos comportamentos, da saúde e conseqüentemente da qualidade de vida, das implicações sócio-económicas, com repercussões sobretudo ao nível da integração social, profissional e cultural da população e, conseqüentemente, das oportunidades e perspectivas em termos de futuro.

Neste sentido, se é incontestável que foi de facto alcançada a resolução e/ou minimização de alguns dos problemas sociais da zona, e que passavam pela recuperação do seu conjunto edificado, com a atribuição a cada família de uma habitação condignamente infraestruturada e funcionalmente completa, de acordo com a dimensão dos respectivos agregados, outros factores, ainda que de resolução mais complexa e menos perceptível ao observador comum, concorrendo igualmente de modo substancial para a escolha das soluções adoptadas e para a eficácia da sua prossecução prática, procurando obter não apenas resultados quantitativos mas, sobretudo, qualitativos não foram de todo almejadas.

Não obstante é um facto que a capacidade de resolução de problemas de índole social passa sem dúvida pela articulação e potenciação das características da área e dos seus habitantes com as características e necessidades da zona e da cidade em que se insere, pelo que desde logo todas as acções foram estruturadas tendo por princípio a inevitabilidade de proceder, antes de mais, à descompressão populacional bem como à sua infraestruturação em termos de equipamentos de uso colectivo e à reestruturação e diversificação da sua actividade comercial.

Directamente relacionada com a pretensão de proporcionar uma melhoria das relações sociais entre população local e a população em geral está, sem qualquer dúvida, a sua abertura à cidade, munindo-a de uma rede de equipamentos e de serviços que a torne atractiva para a comunidade.

Nesta perspectiva, a tentativa de dinamização do tecido económico da zona, bem como de incentivo à sua diversificação, com a manutenção de uma significativa percentagem de áreas para o efeito, com atribuição dos mesmos por concurso público,

alargado à população em geral, após efectuados os necessários, realojamentos comerciais, permitiu alcançar, de algum modo, este objectivo.

Actualmente, esta zona ribeirinha possui um tecido comercial bem mais estruturado e diversificado do que no início dos anos setenta, em que contava com apenas 32 estabelecimentos comerciais, fortemente vocacionados para as actividades características desta outrora importante zona portuária e de atravessamento, sendo actualmente objecto de uma constante procura turística e de lazer.

Esta procura tem origem na introdução de novos polos de atracção, como seja o reaproveitamento da navegabilidade do rio Douro e o surgimento de esplanadas na zona marginal, complementados pela existência de uma vasta oferta em termos de divertimentos noturnos, do tipo bares e cafés-concerto.

Com esta postura pretendeu-se que a área fosse vivenciada, simultaneamente, pela população residente e pela não residente, resultando num aumento significativo da procura turística, com benefícios evidentes para a área e para a cidade.

No entanto, a proliferação de espaços de divertimento noturno numa zona, apesar de tudo, maioritariamente residencial e sem grande capacidade de escoamento e de estacionamento do tráfego viário, provoca ainda hoje algum descontentamento e uma certa revolta na população residente.

Este estado de espírito dos moradores face a esta situação, iniciada na década de oitenta e alcançando então números na ordem das dezenas, é ainda agravado pelo alargado e tardio horário de funcionamento de tais estabelecimentos, interferindo necessariamente com a sua qualidade de vida, bem como pelo facto de grande parte destes estabelecimentos serem explorados por pessoas não residentes na zona.

Mais recentemente, a política de abertura desta zona à cidade passou igualmente a contemplar a possibilidade de pessoas provenientes de outras áreas da cidade poderem comprar residência no complexo habitacional da Lada, mais propriamente no designado por Lada I, através da colocação a concurso de alguns fogos, ainda que para o efeito apenas se tenha disponibilizado uma pequena percentagem do número de fogos construídos.

Estas medidas, com vista à *gentrification* da zona levantam de imediato duas questões que se prendem, por um lado, com o facto de teoricamente provocarem uma diminuição nas taxas de criminalidade verificadas, aumentando deste modo a

segurança urbana numa zona tradicionalmente conotada como insegura e propensa a algumas formas de marginalidade e, por outro, o facto de dada a situação sócio-económica dos agregados residentes permanecer de algum modo debilitada, com a abertura à população em geral do acesso aos concursos de atribuição dos espaços comerciais renovados, se tornar difícil ou mesmo impossível para estes, adquirir ou explorar por conta própria, os novos espaços comerciais disponibilizados após renovação, face aos elevados investimentos que teriam de efectuar.

De facto, tratando-se de um tecido social empobrecido também economicamente, as possibilidades de acesso da população residente aos novos espaços comerciais disponibilizados pela acção de renovação e dinamização da estrutura comercial da zona e atribuídos por concurso a preços de mercado, revelaram-se mínimas ou mesmo inexistentes, passando os mesmos a ser explorados por pessoas de maior poder económico, de proveniência exterior à área.

Igualmente relevante para a consolidação e incremento da qualidade de vida da população da área e para uma melhor inserção na cidade foi o modo como se processou a descompressão populacional levada a cabo na área, na medida em que, como anteriormente referido, permitiu diminuir os frequentes problemas de saúde da população, bem como os elevados índices de promiscuidade verificados na zona.

Para tal, e como já foi salientado, a participação activa dos residentes no decurso da operação, quer na apresentação de soluções para a gestão da mobilidade e afectação da população a casas volantes e/ou definitivas, quer na apresentação de propostas para elaboração de projectos e na discussão de soluções técnicas, revelou-se fundamental na estruturação inicial da operação de renovação, cuja opção de actuação pressupunha intervir com e para a população.

Da mesma forma, o modo como se procedeu à selecção dos residentes a abandonar de forma definitiva o local, a juventude do seu tecido social e a existência de uma significativa percentagem de indivíduos com um relativo grau de enraizamento à zona, por oposição a uma população volante, tornou possível a minimização dos custos sociais e culturais inerentes a qualquer atitude desta natureza.

A ponderação destas circunstâncias permitiu assegurar que o tecido social não fosse destruído ou de algum modo dilacerado, mas antes reajustado, pela introdução à data de algumas correcções nas pirâmides etárias então verificadas, facto constatável

pela análise dos dados relativos à população envolvida no início da operação e à população residente após a saída da população excedente para o Aleixo e possibilitou simultaneamente que fosse de algum modo assegurada uma evolução equilibrada e estruturada da população nas décadas seguintes, após Aleixo, como se verifica pela análise do quadro 6.19.

Quadro 6.19 - Evolução da população residente, segundo escalão etário e área de residência (1975* -1991)

escalões etários	Barredo		Fonte Taurina Reboleira		Fonte Ribeira Barredo		%		Freguesia de S. Nicolau	%
	1975	1991	1975	1991	1975	1991	1975	1991	1991	1991
0 aos 4	97	47	70	45	167	92	11,6	6,2	237	6,0
5 aos 9	77	38	57	54	134	92	9,3	6,2	268	6,8
10 aos 14	77	55	39	47	116	102	8,0	6,9	243	6,1
15 aos 19	101	75	50	86	151	161	10,4	10,9	377	9,5
20 aos 64	459	388	268	420	727	808	50,3	54,5	2211	55,9
65 ou mais	83	107	67	120	150	227	10,4	15,3	621	15,7
total	894	710	551	772	1445	1482	100,0	100,0	3957	100,0

fontes: CRUAR-B-CH e Instituto Nacional de Estatística. Censos 1991. Informação não publicada.

Verifica-se no entanto que a população com mais de 65 anos aumentou em 50%, o que não será de estranhar visto terem decorrido duas décadas desde o início da operação, tendo por sua vez os efectivos referentes aos escalões etários mais baixos (os escalões dos 0 aos 14 anos) sofrido uma diminuição de cerca de 1/3.

No entanto, a área mantém valores de algum modo satisfatórios comparativamente ao núcleo central constituído pelas restantes freguesias do centro histórico e com a própria cidade (quadro 6.20), com valores mais elevados nos escalões entre os 0 e os 14 anos (+1,2% e + 2,4% respectivamente), sendo que nos escalões etários acima dos 65 anos a relação inverte-se (-2,5%) no que respeita ao núcleo central, contrariando a actual tendência dos centros históricos para acolherem uma estrutura social envelhecida, e mantendo valores próximos dos verificados na cidade para esses escalões, ainda que ligeiramente superior (+ 0,5%).

Pela observação do quadro referente à evolução da população residente na área constata-se ainda que a descompressão populacional foi necessariamente significativa, face às óbvias limitações físicas do parque edificado existente tendo presente a pressão demográfica a que a zona então se encontrava sujeita.

Quadro 6.20 - Estrutura etária da população residente (1991)

escalões etários	Ribeira-Barredo	%	Núcleo Central	%	Porto	%
0 aos 14	286	19,3	3 684	18,1	51 269	16,9
15 aos 64	969	65,38	13 046	64,1	206 423	68,2
65 ou mais	227	15,32	3 612	17,8	44 780	14,8
total	1482	100	20 342	100	302 472	100

fontes: CRUARB-CH e Instituto Nacional de Estatística. Censos 1991. Informação não publicada.

Esta postura permitia gerir de forma mais correcta e equilibrada o parque habitacional existente, com atribuição de uma habitação por agregado familiar após renovação, criando condições para o desenvolvimento de relações de parentesco e de vizinhança dentro dos padrões socialmente aceites.

Nestas circunstâncias não será de estranhar que a dimensão média dos agregados familiares da zona baixasse para cerca de 3,1 pessoas/agregado, valor superior ao da freguesia (2,77 pessoas/família) e mais próximo do verificado no resto da cidade (3,04 pessoas/família), representando mesmo os agregados constituídos por mais 4 elementos apenas 18% do total de famílias, observando-se, contudo, um aumento do respectivo número de agregados bem como da população residente, contrariamente à tendência demográfica verificada no núcleo central da cidade, consequência directa da sua tercearização com diminuição da função habitacional.

Quadro 6.21 - Variação da população residente (1960 - 1991)

freguesias	1960-70	1970-81	1981-91
S. Nicolau	-8,31	-32,54	-18,24
Vitória	-25,38	6,53	-30,9
Sé	-21,13	-9,28	-29,95
Miragaia	-9,81	-13,91	-26,11
Núcleo Central	-17,00	-13,16	-27,25
Cidade do Porto	-0,58	8,52	-7,6

fontes: Gabinete de Estudos e Planeamento da CMP.

Por outro lado, a descompressão populacional permitia abrir perspectivas de implementação de novos modelos comportamentais na zona, mais consentaneos com os comportamentos tidos como normais pela sociedade, promovendo, deste modo, a sua integração e abertura à cidade, fundamentadas no incremento dos sentimentos de auto-estima e respeito mútuo, proporcionando uma melhoria das relações sociais entre população local e população em geral, com a decorrente desmarginalização dos seus habitantes.

Também relativamente a outros indicadores de caracterização da população e das suas condições de vida, é possível constatar uma certa impotência do organismo em alterar significativamente a realidade dos factos ou de pelo menos moldar de algum modo o seu curso, ainda que tanto a quantidade como a própria qualidade da informação disponível ou disponibilizada para o efeito por parte dos organismos competentes não fosse de facto significativa ou de grande fiabilidade e de o levantamento da informação através do contacto directo com a população se tornar difícil pela sua reserva no que se refere a certo tipo de informação de carácter mais sócio-profissional e respectivos rendimentos e de alguma descrença que tal tema ainda merece junto desta. Por este motivo, a análise destes indicadores incidiu sobre a informação disponível e/ou disponibilizada pelas diversas instituições contactadas, após compilação e sistematização da mesma, pelo que se tratam de dados que reportam a 1991.

Assim, relativamente ao nível de instrução em 1991, verifica-se que a percentagem de analfabetos e de indivíduos com baixo grau de escolaridade é bastante significativa, representando quase metade da população (45%), não diferindo dos valores encontrados para a freguesia de S. Nicolau, com óbvias repercussões em termos de inserção no mercado de trabalho face ao baixo nível de preparação e de especialização da mão-de-obra, bem como no nível de remunerações auferidas.

Quadro 6.22 - Nível de instrução da população residente (1991)

Grau de instrução	Barredo	Fonte Taurina Reboleira	Total Ribeira-Barredo	%	Freguesia de S. Nicolau	%
Analfabetos	78	103	181	12,2	481	12,2
c/ instrução primária completa	211	267	478	32,3	1245	31,5
c/ ensino preparatório completo	25	54	79	5,3	244	6,2
c/ ensino secundário completo	17	32	49	3,3	213	5,4
c/ um curso médio completo	0	1	1	0,1	14	0,4
c/ um curso superior completo	2	8	10	0,7	36	0,9
a frequentar a instrução primária	173	58	231	15,6	540	13,6
a frequentar o ensino preparatório	20	31	51	3,4	135	3,4
a frequentar o ensino secundário	30	40	70	4,7	198	5,0
a frequentar um curso superior	3	5	8	0,5	37	0,9
s/ idade escolar	47	45	92	6,2	237	6,0
s/ informação	104	128	232	15,6	577	14,5
total de indivíduos residentes	710	772	1482	100,0	3957	100,0

fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censos 1991. Informação não publicada

Na base destes números estarão certamente razões quer de natureza económica, uma vez que tratando-se de famílias com baixos recursos económicos existe uma maior propensão para o abandono precoce da actividade escolar com antecipação da entrada no mercado de trabalho, quer de natureza socio-cultural, na medida em que permanecem enraizadas as marcas e hábitos de um passado de degradação humana ainda recente, que condicionou as perspectivas de sucesso e ascensão de uma geração que despontava na década de setenta.

É no entanto de assinalar o aumento, de algum modo significativo, do número de licenciados, para proporções mais consentâneas com a restante freguesia.

Já no que se refere à actual população infantil e juvenil a situação é relativamente distinta, verificando-se neste campo um aumento da frequência e do grau de escolaridade, um dos principais objectivos sociais da operação de renovação e que culminou com a instalação de uma nova escola primária (a Escola do Forno Velho), bem como da frequência de outros tipos de ensino e formas de abordagem e contacto com a cultura, que não os convencionais (expressão musical, informática, meios audiovisuais,...), para as quais a contribuição da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto se revelou de extrema pertinência. É de facto de salientar a importância de que se revestiu a instalação de um equipamento fundamental como uma Ludoteca no coração da área, não apenas no preenchimento dos tempos livres da população jovem, mas sobretudo na sua estruturação e consolidação humana e cultural, contribuindo para o seu enriquecimento pessoal bem como para a criação de hábitos salutareos e introdução de novos valores numa população de risco.

De facto, verifica-se que encontrando-se cerca de 1/4 da população (mais concretamente 24%) na faixa etária dos 5 aos 19 anos, 23,8% frequentam um qualquer grau de instrução, até ao ensino secundário, ou seja, a quase totalidade dos indivíduos permanece na escola, ainda que podendo acumular outra actividade, sendo que outros 0,5% frequentam um curso superior.

Constata-se contudo que em termos profissionais não se verificou uma evolução substancial directamente decorrente da intervenção na área, sobretudo no que respeita à melhoria das condições de acesso e das oportunidades de emprego, bem como de uma maior estabilidade ocupacional, com resultados visíveis ao nível da qualificação e ascensão profissional, consequência por um lado do distanciamento entretanto

verificado entre população e organismo, bem como das dificuldades financeiras e estruturais experimentadas por este último no decorrer de toda a operação.

A manifesta incapacidade inicial de levar a cabo um dos objectivos da operação na sua vertente social, ainda que em articulação com a vertente urbanística e arquitectónica, e que se prendia com uma aposta clara na especialização de mão-de-obra local voltada para os trabalhos de recuperação e reabilitação em curso, com implementação de cursos profissionalizantes nesta área, valorizados pela possibilidade de aplicação prática *in loco* dos conhecimentos adquiridos, revelou-se crucial, concorrendo de algum modo para a fraca evolução profissional e económica verificada, não se destacando neste particular a freguesia de S. Nicolau das restantes freguesias constituintes do núcleo central da cidade do Porto, como se pode observar no seguinte quadro.

Quadro 6.23 - Caracterização dos Grupos Sócio-Profissionais por freguesia

Freguesia	Superior	Médio	Inferior
S. Nicolau	6,8	52,7	40,5
Vitória	6,7	52,4	40,9
Sé	6,3	53,4	39,3
Porto	9,5	57,7	35,5

Fonte: Ensaio de caracterização dos grupos sócio-profissionais por freguesia, GPU, Porto, 1985

Repostando-se a 1985, altura em que as restantes zonas do núcleo central da cidade apenas davam os primeiros passos com vista à renovação e reabilitação do seu tecido físico e humano, os números publicados pelo Gabinete de Planeamento Urbano da Câmara Municipal do Porto no seu ensaio de caracterização dos grupos sócio-profissionais por freguesia demonstram, de forma clara, a inércia da vertente social da operação em curso, permanecendo a quase totalidade dos trabalhadores nos grupos sócio-profissionais mais baixos, à semelhança do que se verificava em igual período nas freguesias da Sé e de Miragaia.

A própria evolução verificada na distribuição da população empregada, segundo o sector de actividade seguiu a evolução verificada na freguesia, com a quase extinção do sector primário e o fortalecimento do sector terciário.

Quadro 6.24 - População empregada, segundo o sector de actividade (1991)

Sector de Actividade	Barredo	Fonte Taurina Reboleira	Total Ribeira-Barredo	%	Freguesia de S. Nicolau	%
Sector Primário	1	0	1	0,1	3	0,1
Sector Secundário	79	79	158	16,3	463	17,9
Sector Terciário	202	222	424	43,8	1166	45,1
total de indivíduos 15 aos 64 anos	146	823	969	100	2588	100

fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censos 1991. Informação não publicada

Ainda que os dados disponíveis para análise não permitam afirmar com total certeza não será de todo infundado assumir como facto que esta situação decorrerá não de qualquer actuação específica, directa ou induzida pela operação mas antes das alterações funcionais e estruturais verificadas quer ao nível da zona, com a progressiva perda de importância do rio enquanto elemento fundamental de sustentação e dinamização das actividades por ele geradas, quer ao nível da cidade em geral, principalmente com a proliferação de novas estruturas comerciais (os centros comerciais e as grandes superfícies) com horários e períodos de funcionamento bastante alargados, sustentadas por uma mão-de-obra não especializada.

Tais relações de trabalho desenvolvem-se geralmente com recurso a contratos a prazo ou mesmo sem qualquer espécie de vínculo entre a entidade empregadora e o trabalhador, gerando situações de grande instabilidade e precaridade face ao emprego, com graves repercussões sociais, quer ao nível da família como da própria sociedade.

Aliás, a própria análise do quadro referente à situação da população face ao emprego parece querer corroborar esta perspectiva.

De facto, apenas 60,2% da população em idade activa da área da Ribeira-Barredo estava empregada, média inferior à da freguesia onde se insere e que se situa nos 63,1%, sendo que dos 7,8% desempregados à procura de emprego, 5,8% tentavam reintegrar-se no mercado de trabalho.

Quadro 6.25 - Situação da população face ao emprego (1991)

Situação face ao emprego	Barredo	Fonte Taurina Reboleira	Total Ribeira-Barredo	%	Freguesia de S. Nicolau	%
Pensionistas ou Reformados	162	169	331	33,4	891	33,4
Empregados	282	301	583	58,9	1632	61,2
Desempreg. à procura do 1º emprego	10	9	19	1,9	29	1,1
Desempreg. à procura de novo emprego	31	26	57	5,8	115	4,3
Total	485	505	990	100	2667	100

fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censos 1991. Informação não publicada

É ainda de realçar a elevada percentagem de pensionistas (quadro 6.25). Na realidade, partindo do pressuposto que a população com idade igual ou superior a 65 anos se encontra na reforma, e cujo efectivo populacional é de 227 indivíduos, o número de indivíduos a usufruírem de pensões sociais eleva-se a cerca de 104, ou seja, cerca de 7% da população da Ribeira-Barredo. A este facto não será certamente alheia a existência de algumas famílias (cerca de 13,3% dos agregados) com elementos sem qualquer tipo de ocupação (quadro 6.26).

Quadro 6.26 - Situação das famílias face ao emprego, segundo os seus elementos (1991)

Sector de Actividade	Barredo	Fonte Taurina Reboleira	Total Ribeira-Barredo	%	Freguesia de S. Nicolau	%
Famílias sem desempregados	203	202	405	86,7	1145	89,9
Famílias com 1 elemento desemp.	22	29	51	10,9	114	9,0
Famílias com mais que 1 desemp.	8	3	11	2,4	14	1,1
Total de famílias clássicas	233	234	467	100	1273	100

fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censos 1991. Informação não publicada

Não será pois de estranhar o facto de actualmente mais de 70% dos inquilinos camarários permanecerem a necessitar de usufruir de rendas sociais como única forma de fazer face às rendas em vigor em edifícios renovados, num parque habitacional essencialmente municipal, o que só corrobora a ideia de que social e economicamente continua a prevalecer um tecido humano desfavorecido e de algum modo estigmatizado.

Quadro 6.27 - Regime de ocupação dos Alojamentos (1991)

Regime de Ocupação	Barredo	Fonte Taurina Reboleira	Total Ribeira-Barredo	%	Freguesia de S. Nicolau	%
Alojamento Próprio	7	11	18	3,8	99	7,7
Alojamento Arrendado	216	206	422	88,5	1093	84,5
Alojamentos Vagos	6	31	37	7,8	101	7,8
Total Alojamentos	229	248	477	100	1293	100

fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censos 1991. Informação não publicada.

7. Conclusões e Desenvolvimentos Futuros

7.1 Conclusões Gerais

Ainda que as questões relacionadas com a cidade consolidada, e em particular com os seus centros históricos, sejam cada vez mais alvo de preocupações e debates quer por parte da comunidade científica, quer pela classe política, quer mesmo pela comunidade em geral, no sentido de enquadrar e ajustar as necessidades específicas destas áreas no planeamento e gestão da cidade, as abordagens tendem a ser sempre efectuadas numa perspectiva mais quantitativa e menos qualitativa.

Sendo a reabilitação do tecido sócio-económico encarada actualmente como um objectivo tão fundamental como a reabilitação do tecido construído, complementando-se, impoe-se que em simultaneo com os aspectos quantitativos resultantes das acções empreendidas na prática, sejam equacionados e ponderados os aspectos qualitativos decorrentes.

Neste sentido, este trabalho de dissertação ao abordar a problemática inerente ao planeamento e gestão dos centros históricos e particularmente do caso da área da Ribeira-Barredo, pela análise das políticas e estratégias de intervenção, bem como dos critérios inerentes à sua execução, procurou valorizar não apenas os números mas sobretudo as suas consequências no incremento da qualidade de vida dos seus habitantes e da cidade em geral, no sentido de contribuir para um melhor entendimento das suas implicações práticas e da pertinência do tema para o desenvolvimento futuro das cidades.

7.1.1 Dos Conceitos, Políticas e Estratégias de Intervenção

As actuais práticas de intervenção na cidade existente e particularmente na sua zona histórica são o resultado visível da evolução e valorização dos valores sociais, históricos e culturais verificados essencialmente no decorrer deste século, face aos graves problemas existentes, decorrentes dos vários acontecimentos à escala mundial — especialmente as grandes guerras —, das diversas vicissitudes da vida quotidiana e

dos modelos de desenvolvimento económico e urbano adoptados pelos sucessivos governos.

A esta realidade acrescem as especificidades locais decorrentes do grau de atração dos aglomerados, populacional e das actividades, com repercuições ao nível do espaço construído.

Por este motivo, ainda que naturalmente analisadas à luz das políticas nacionais, as políticas e estratégias de intervenção a nível local assumem particularidades de modo a dar resposta aos seus problemas específicos.

É pois possível encontrar diferentes abordagens e posturas, *timings* e interpretações dentro do mesmo espaço nacional, como se constata pela análise dos casos portugueses abordados — Porto, Évora e Guimarães, da mesma forma que também se torna possível a similitude de atitudes e filosofias de abordagem entre municípios de diferentes países — Porto e Bolonha —, ainda que recorrendo a diferentes metodologias.

Constata-se que o município assume um papel fundamental na condução de todo o processo, com particular relevo para as ‘suas’ políticas de solo e habitacional, a primeira como instrumento indispensável ao planeamento e gestão do território onde a renda fundiária e o direito de propriedade se constituem como factores condicionantes da organização do espaço, repercutindo-se a segunda essencialmente em termos sociológicos e comportamentais, com implicações em termos da localização e da tipologia das habitações e consequentemente das sociabilidades e modos de vida.

Cabe aos respectivos respectivos governos criar as condições legais e financeira necessárias à prossecução de uma política fundamentada na intervenção da cidade existente.

7.1.2 Do Caso de Estudo

O estudo efectuado permitiu antes de mais, corroborar por um lado a complexidade do tema abordado e por outro os diferentes graus de envolvimento, de evolução e de consolidação alcançados pela operação de intervenção efectuada, nos diferentes momentos e pelos diferentes agentes, na área da Ribeira-Barredo.

Assim, se no que se refere à recuperação física do espaço, ainda que podendo ser questionadas as filosofias de intervenção em cada momento bem como o modo ou modos de actuação, é facilmente perceptível a visibilidade do organismo responsável pela renovação da área bem como a sua capacidade interventiva, a situação já não é de percepção tão imediata e linear no que se refere aos seus reflexos em termos sociológicos e económicos, encontrando-se mesmo algo distante de alcançar na totalidade, os objectivos almejados neste campo, para a zona em questão.

É contudo incontestável a importância de que esta se revestiu para a população desta área ribeirinha, então alojada em condições sub-humanas, sendo também indissociável a importância dessa mesma população no despelotar de uma experiência inovadora na procura de um urbanismo de cariz democrático e que caracterizou o início da operação de renovação da Ribeira-Barredo.

De facto, a génese do forte espírito associativista que caracterizava a zona e na qual permanece enraizado, remonta aos movimentos sociais ocorridos em Abril de 1974, de reivindicação por melhores condições habitacionais e pelo direito à cidade, nomeadamente pela permanência na sua zona central e está na origem da tomada de posição do então Secretário de Estado da habitação e Urbanismo. Esta pretensão justificou-se, não apenas pela injustiça social que representa a segregação e expulsão desta população das zonas centrais da cidade, em detrimento de interesses meramente económicos relacionados com o valor fundiário dos terrenos em causa, mas sobretudo por uma questão de desenraizamento, de perda de sentido de pertença a um local e de referências, necessárias ao desenvolver de uma vida plena e normal, aspectos equacionados e salvaguardados na adopção da filosofia de intervenção da operação de renovação, colocando-se deste modo a questão da minimização dos custos sociais e culturais a infligir a esta população, sendo que estes se revelam, por vezes, tão ou mais importantes do que as questões que se prendem com os custos económicos.

Na realidade, verifica-se que existem certos tipos de rendimentos indirectos que se revelam fundamentais, quer para as famílias residentes quer para a sociedade em geral, e que devem ser questionados e ponderados, não os minimizando à partida, face a questões estritamente económicas de rentabilização dos investimentos efectuados.

A sua subestimação provoca, a curto ou médio prazo, situações bem mais gravosas para o erário público e para a própria sociedade, do que os custos económicos que implicaria a sua manutenção no local de origem, como se tem verificado em casos similares de realojamentos em quantidades significativas, principalmente em bairros periféricos, criando-se autênticos ghettos, focos de marginalidade e de ocorrência dos mais diversos comportamentos desviantes.

Esta postura, de algum modo inovadora e revolucionário no quadro português do urbanismo só foi possível face a uma nova cultura de requalificação e gestão da cidade existente que se vinha tornando cada vez mais visível e generalizada em termos europeus, por oposição a uma cultura de expansão, cujos problemas sociais de desenraizamento e de não sociabilidades originados essencialmente pelas grandes áreas de expansão residencial e respectivas tipologias, em conjugação com problemas económicos e políticos permitiram equacionar, bem como pela criação de mecanismos legais expeditos e de algum modo eficazes que permitissem enquadrar e dinamizar a actuação do organismo criado para empreender tal tarefa.

Este posicionamento foi-se alterando em certos aspectos no sentido de se adaptar às novas circunstâncias e necessidades, sociais e funcionais, do centro histórico e da própria cidade.

De acordo com as análises efectuadas, e tendo por base a informação disponibilizada pelas diversas instituições contactadas bem como a observação *in loco*, verifica-se que de facto no que se refere às pedras a situação está de algum modo controlada e encaminhada, ainda que com um atraso de alguns anos face às primeiras previsões.

É mesmo evidente as melhorias introduzidas tanto a nível do ambiente urbano como da sua funcionalidade, com repercussões muito positivas quer para os habitantes da área como para a cidade no seu todo.

Na realidade, a existência de um organismo como o CRUARB-CH permitiu evitar ou minimizar os principais problemas que se colocam aos centros históricos, sobretudo os relacionados com a sua desertificação, o envelhecimento do seu tecido humano, o tráfego e a obsolescência dos espaços comerciais e/ou industriais desactivados.

É no entanto notório que numa perspectiva mais sócio-económica os resultados alcançados não tão estimulantes como seria desejável, continuando a verificar-se a permanência de um tecido social frágil e fragilizado, quer no que se refere à sua integração profissional quer no que respeita às perspectivas de ascensão social da população residente.

Pela observação dos dados analisados concluí-se que o estágio de renovação da área da Ribeira-Barredo e a capacidade realizadora do organismo responsável decorrem sobretudo das diversas filosofias adoptadas e das correspondentes metodologias de intervenção preconizadas, para além do empenho da administração central, quer no apoio financeiro à operação quer nos apoios e incentivos à renovação pelos próprios, com recurso a programas específicos com crédito bonificado.

No caso concreto da Ribeira-Barredo foi possível constatar a pertinência destes factores no desenvolvimento da operação, verificando-se um maior dinamismo produtivo do organismo no período anterior à sua municipalização por um lado, e a ineficácia dos programas de crédito aos particulares, por outro, sendo praticamente inexistente a renovação de edifícios pelos próprios, reflectindo uma realidade constatada a nível nacional.

Torna-se ainda evidente pela análise da actuação na área que à medida que o parque edificado e o espaço público foi sendo recuperado se verificou uma alteração nas prioridades de intervenção do município.

Minimizados os seus problemas físicos e face à relativa incapacidade evidenciada na implementação de uma variada rede de equipamentos fundamentais à revitalização funcional da zona e à sua integração na cidade, a aposta recaiu claramente pelo aproveitamento das suas capacidades turísticas, numa abordagem mais abrangente de integração e articulação com a cidade, com implicações sobretudo na segurança que proporciona aos seus frequentadores.

Os níveis de habitabilidade e a qualidade de vida dos seus habitantes conheceram em geral incrementos igualmente significativos, dotando a área com as infraestruturas necessárias para o efeito e munindo as habitações intervencionadas com os espaços indispensáveis às exigências actuais.

Esta foi alcançada sem o recurso à alteração e descaracterização da zona, quer arquitectónica e urbanística quer social.

Não foi contudo alcançado o impacto socio-económico pretendido, pelo menos para as duas primeiras gerações de habitantes, permanecendo relativamente baixos os níveis de instrução e de especialização profissional dos mesmos, com repercussões em termos da sua estabilidade social e de segurança económica.

Verifica-se contudo uma aposta clara na formação da nova geração com introdução de equipamentos especialmente vocacionados para os escalões mais jovens da população.

E é precisamente neste campo que a articulação com outros organismos e instituições será fundamental, como se pode constatar nomeadamente pela actuação da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, a qual tem de algum modo colmatado as carências e dificuldades evidenciadas pelo CRUARB-CH, não apenas na reabilitação física mas essencialmente na reabilitação social e profissional da população do centro histórico.

7.2 Desenvolvimentos Futuros

Dada a relevância de que o tema da renovação, reabilitação e requalificação dos centros históricos se reveste actualmente, e cada vez mais, como alternativa aos problemas colocados pela cidade expansionista, parece de primordial importância que o estudo dos benefícios que as soluções específicas de cada cidade ao seu caso concreto possam abrir novas perspectivas e certezas para intervenções futuras, quer noutros centros históricos quer mesmo no seu alargamento a outras partes da cidade consolidada.

Só a posse de uma vasta e relevante informação, quer de natureza urbanística e arquitectónica mas também sócio-económica e mesmo no que respeita aos diversos financiamentos, agentes e quadros legislativos, passados e actuais permitirão proceder à aferição dos seus resultados, quantitativos e qualitativos, e eventualmente à introdução de correcções/alterações nas políticas e estratégias preconizadas.

Neste sentido, e dada a dispersão por várias entidades (oficiais e não oficiais) de grande parte dos dados e elementos existente para análise, a maioria dos quais inacessíveis ao público em geral, bem como a falta de sistematização e de rigor que

grande parte deles carecem, será de todo benéfico o refinamento e desenvolvimento destes, sobretudo os de índole sócio-económica.

A sua validação e aprofundamento permitirá aferir com segurança a qualidade das acções empreendidas bem como a pertinencia da sua execução, no âmbito não apenas da área mas da cidade no seu todo, proporcionando uma sustentação mais sólida e um refinamento de acções futuras, no sentido de promover um melhor ambiente urbano e uma maior qualidade de vida dos seus habitantes.

Neste sentido e em termos de desenvolvimentos futuros, parece pertinente e essencial para uma mais aprofundada caracterização e aferição dos resultados práticos da operação de reabilitação da área da Ribeira-Barredo proceder a um levantamento tão exaustivo quanto possível das actuais condições de índole sócio-económica relativamente à população actualmente residente na área a que o estudo se reporta, face às dificuldades e limitações já mencionadas no que se refere à quantidade de informação disponível e/ou disponibilizada, bem como à sua relativa fiabilidade.

O aprofundamento e alargamento do conhecimento desta realidade depende do seu levantamento, para além da sistematização definitiva dos referidos dados reportados ao início da operação, evitando-se deste modo a contínua perda de informação relativa a esse periodo, permitindo então, numa fase posterior, uma abordagem da filosofia, critérios e estratégias de intervenção camarária no que se refere à intervenção na cidade existente e especialmente na área de intervenção alargada do CRUARB-CH, e que corresponde actualmente à sua zona histórica, questão pertinente particularmente numa altura em que a cidade do Porto aguarda, nos próximos dias, a decisão da comissão da UNESCO relativamente à candidatura do seu centro histórico a Património da Humanidade.

Igualmente relevante será o conhecimento mais aprofundado do papel desempenhado por outros organismos e instituições, e particularmente pela Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico do Porto, pelo dinamismo imprimido à operação na área alargada e pela complementaridade que representa sobretudo em termos sociais ao organismo municipal responsável pela reabilitação urbana, e de que modo se enquadram no tipo de abordagem preconizada para a área do centro histórico em particular.

Referências Bibliográficas

Alho, Carlos et al., 1988 - Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitectónico Europeu. *in* Sociedade e Território 6, Janeiro 1988, Edições Afrontamento, Porto, 1988.

Allonso-Muñoyerro, Susana Mora., 1987- Reflexión Histórica sobre la Rehabilitación. O el Valor de lo Existente. *in* Proyectos de intervención en Edificios y Recintos Históricos, COAM, Madrid, 1987.

Cabrita, A.M.Reis, 1990 - Prioridades e Métodos para a Reabilitação em Áreas Urbanas. *in* Colóquio Viver (n)a Cidade. Comunicações, LNEC e ISCTE, Lisboa, 1990.

Campos Venutti, Giuseppe, 1981 -Urbanismo y Austeridad. Siglo XXI. Madrid, 1981

Campos Venutti, Giuseppe, 1987 - La Terza Generazione Dell'Urbanistica, Urbanistica Franco Angeli, Milano, 1987.

Cardoso, Abílio, 1996 - Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento. Colecção A cidade em Questão/10, Edições Afrontamento e FEUP, Porto, 1996.

Castells, M., 1970 - Paris 1970: Reconquête Urbaine et Renovation-Deportation *in* Cadernos de Sociologia Urbana, ISCTE, Lisboa, 1970.

Cervellati, P.L, et al, 1976 - Bolonia. Política y Metodología de la Restauración de los Centros Históricos, Gustavo Gilli, Barcelona, 1976

Di Battista, Valério, 1987 - Métodos y Processos en la Recuperación de la Edificación Residencial en Italia. *in* Ciudad, História, Proyeto, Universidad Internacional Menendez Pelayo/MOPU, Cuenca, 1987.

Di Stefano, Roberto, 1979 - Il Recupero dei Valori. Centro Storici e Monumenti. Limiti della Conservazione e del Restauro, Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli, 1979.

Ferreira, António F., 1987 - Por uma Nova Política de Habitação, Edições Afrontamento, Porto, 1987.

Gigante, Jorge, 1975 - Relatório de Outubro de 1975. CRUARB, Porto, 1975.

Jorge, Ricardo, 1899 - Demografia e Higiene da Cidade do Porto, I Clima - População - Mortalidade. CMP, Porto, 1899.

Mendes, Maria Clara, 1997 - Política de Habitação: evolução recente, situação actual e perspectivas. In: Colóquio 'A política de Habitação', Conselho Económico e Social, Lisboa, 1997, 15pp.

Oliveira, J.M. Pereira de et al., 1992 - A Evolução Urbanística do Núcleo Histórico do Porto. in VI Colóquio Ibérico de Geografia: A península em Mutação, 16 de Setembro 1992.

Portas, Nuno, 1984 - Notas sobre a Cidade Existente. in Sociedade e Território 2, Fevereiro 1985, Edições Afrontamento, Porto, 1985.

Portas, Nuno, 1984 - Uma Política de Conservação Activa. in Cadernos Municipais nº12, Maio 1981.

Regulamento Geral das Edificações Urbanas, 1990, Porto Editora.

Ribeiro, Maria Fernanda Neves Alves, 1963 - As Condições Habitacionais do Barredo, Porto, 1963.

Secchi, Bernardo, 1978 - Riuso Perverso?. in Città Classe 15-16, Junho-Julio 1978.

Silveirinha, Maria Benedita de Castro Garrett, 1963 - O Problema Profissional Masculino no Barredo, Porto, 1963.

Souza, Maria Rosa Correia de, 1968 - Relatório de Estágio no Centro Social do Barredo, Instituto de Serviço Social do Porto, Porto, 1968.

Tavares, Rui, 1988 - Oporto. *in* Atlas Histórico de Ciudades Europeas, Peninsula Ibérica, I, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Barcelona, 1994.

Teixeira, Manuel C., 1985 - Do Entendimento da Cidade à Intervenção Urbana. O caso das 'ilhas' da Cidade do Porto. *in* Sociedade e Território 2, Fevereiro 1985, Edições Afrontamento, Porto, 1985.

Teixeira, Manuel C., 1992 - As Estratégias de Habitação em Portugal. *in* Análise Social XXVII (115), 1992.

Teran Troyano, F., 1984 - Teoría e Intervención en la Ciudad. Balance de un Período. Estado de la Cuestión. Perspectivas. Ciudad Y Territorio 1-2, 1984.

Bibliografia

Alho, Carlos et al., 1988 - Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitectónico Europeu. *in* Sociedade e Território 6, Janeiro 1988, Edições Afrontamento, Porto, 1988.

Allonso-Muñoyerro, Susana Mora., 1987 - Reflexión Histórica sobre la Rehabilitación. O el Valor de lo Existente. *in* Proyectos de intervención en Edificios y Recintos Históricos, COAM, Madrid, 1987.

Alvarez Mora, A., 1980 - En torno al Concepto de Patrimonio Arquitectónico-Urbanístico. III Jornadas de Estudio sobre la Provincia de Madrid. Diputación de Madrid, 1980, pp 19-27.

Bonet, A.; Gavira, C., 1886 - Transformación del Centro y Percepción del Espacio Urbano. *In* AAVV: Estudios sobre Espacios Urbanos. Ed. IEAL/MOPU, Madrid, 1986, pp 671-676.

Bourdin, A., 1884 - Le Patrimoine Reinventé. Presses Universitaires de France. Paris, 1984.

Busquets Grau, J., 1886 - Nueva Renovación de los Centros Históricos. Rehabilitación y Planeamiento Urbanístico. El caso de Barcelona. *In* AAVV: Planeamiento Especial y Rehabilitación Urbana. MOPU, Madrid, 1986, pp 59-67.

Cabrita, A.M.Reis, 1990 - Prioridades e Métodos para a Reabilitação em Áreas Urbanas. *in* Colóquio Viver (n) a Cidade. Comunicações, LNEC e ISCTE, Lisboa, 1990.

Camposino Fernandez, A. J. , 1986 - Revalorización Funcional de los Centros Históricos Españoles. *In* AAVV: Estudios sobre Espacios Urbanos. IEAL/MOPU, Madrid, 1986, pp 91-103.

Camposino Fernandez, A. J. , 1989 - Rehabilitación Integrada de los Centros Históricos: el Reto Urbanístico de Finales de los Ochenta. Rev. Investigaciones Geográficas, 7, 1989, pp7-17.

Campos Venutti, Giuseppe, 1981 -Urbanismo y Austeridad. Siglo XXI. Madrid, 1981

Campos Venutti, Giuseppe, 1982 - Recuperación y Rehabilitación de Núcleos Urbanos. Rev. CEUMT, 50, 1982, pp 70-75.

Campos Venutti, Giuseppe, 1987 - La Terza Generazione Dell'Urbanistica, Urbanistica Franco Angeli, Milano, 1987.

Cardoso, Abílio, 1996 - Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento. Coleção A cidade em Questão/10, Edições Afrontamento e FEUP, Porto,1996.

Castells, M., 1970 - Paris 1970: Reconquête Urbaine et Renovation-Deportation *in* Cadernos de Sociologia Urbana, ISCTE, Lisboa, 1970.

Cervellati, P.L, et al, 1976 - Bolonia. Política y Metodología de la Restauración de los Centros Históricos, Gustavo Gilli, Barcelona, 1976

Di Battista, Valério, 1987 - Métodos y Processos en la Recuperación de la Edificación Residencial en Italia. *in* Ciudad, História, Proyecto, Universidad Internacional Menendez Pelayo/MOPU, Cuenca, 1987.

Di Stefano,Roberto, 1979 - Il Recupero dei Valori. Centro Storici e Monumenti. Limiti della Conservazione e del Restauro, Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli, 1979.

Faolini, P., 1990 - Protección, Reforma y Renovación Urbana en Italia. Urbanismo, 9/1990, pp 25-43.

Ferreira, António F., 1987 -Por uma Nova Política de Habitação, Edições Afrontamento, Porto, 1987.

Gigante, Jorge, 1975 - Relatório de Outubro de 1975. CRUARB, Porto, 1975.

Levy, J. P., 1987 -Centre Villies en Mutation. CNRS, Paris, 1987.

Jorge, Ricardo, 1899 - Demografia e Higiene da Cidade do Porto, I Clima - População - Mortalidade. CMP, Porto, 1899.

Mendes, Maria Clara, 1997 - Política de Habitação: evolução recente, situação actual e perspectivas. In: Colóquio 'A política de Habitação', Conselho Económico e Social, Lisboa, 1997, 15pp.

Oliveira, J.M. Pereira de et al., 1992 - A Evolução Urbanística do Núcleo Histórico do Porto. *in* VI Colóquio Ibérico de Geografia: A península em Mutação, 16 de Setembro 1992.

Portas, Nuno, 1984 - Notas sobre a Cidade Existente. *in* Sociedade e Território 2, Fevereiro 1985, Edições Afrontamento, Porto, 1985.

Portas, Nuno, 1984 - Uma Política de Conservação Activa. *in* Cadernos Municipais nº12, Maio 1981.

Ribeiro, Maria Fernanda Neves Alves, 1963 - As Condições Habitacionais do Barredo, Porto, 1963.

Secchi, Bernardo, 1978 - Riuso Perverso?. *in* Città Classe 15-16, Junho-Julio 1978.

Silveirinha, Maria Benedita de Castro Garrett, 1963 - O Problema Profissional Masculino no Barredo, Porto, 1963.

Souza, Maria Rosa Correia de, 1968 - Relatório de Estágio no Centro Social do Barredo, Instituto de Serviço Social do Porto, Porto, 1968.

Tavares, Rui, 1988 - Oporto. *in* Atlas Histórico de Ciudades Europeas, Península Ibérica, I, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Barcelona, 1994.

Teixeira, Manuel C., 1985 - Do Entendimento da Cidade à Intervenção Urbana. O caso das 'ilhas' da Cidade do Porto. *in* Sociedade e Território 2, Fevereiro 1985, Edições Afrontamento, Porto, 1985.

Teixeira, Manuel C., 1992 - As Estratégias de Habitação em Portugal. *in* Análise Social XXVII (115), 1992.

Teran Troyano, F., 1984 - Teoría e Intervención en la Ciudad. Balance de un Período. Estado de la Cuestión. Perspectivas. Ciudad Y Territorio 1-2, 1984.





FACULDADE DE ENGENHARIA
UNIVERSIDADE DO PORTO

BIBLIOTECA



0000031654

